

Orçamento Federal ao Alcance de Todos

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA



2012

Orçamento Federal ao Alcance de Todos

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2012

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTRA DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Miriam Belchior

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Iraneth Rodrigues Monteiro

SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Célia Corrêa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Bruno César Grossi de Souza

Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios

George Alberto Aguiar Soares

COORDENADOR-GERAL DE INOVAÇÃO E ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS E FEDERATIVOS

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

COORDENADOR

Émerson Guimarães Dal Secchi

EQUIPE TÉCNICA

André Guimarães Resende Martins doValle

Carlos Augusto de Oliveira Santos

Catarina Mendonça Ferreira Pinheiro

Eduardo Du Pasquier Brasileiro

Francisco das Chagas Ribeiro

Gustavo Teixeira Lino

Isabella Amaral da Silva

Leila Barbieri de Matos Frossard

Munique Barros Carvalho

CONTRIBUIÇÕES DAS UNIDADES DA SOF

Departamento de Programas Especiais

Departamento de Programas Sociais

Departamento de Programas da Área Econômica

Departamento de Programas de Infraestrutura

Coordenação-Geral de Avaliação Macroeconômica

Coordenação-Geral de Consolidação

REVISÃO DE TEXTO

Janaina Thaines Moreira

FOTOGRAFIAS

Ascom Ministério do Planejamento

Ascom Ministério das Relações Exteriores

Rogério Reis

Herivelto Batista Minicom

Comando da Marinha / Ministério da Defesa

INFORMAÇÕES:

www.portalsof.planejamento.gov.br

Secretaria de Orçamento Federal

SEPN 516 - Bloco D, lote 8,

70770524, Brasília DF Tel.: (61) 2020-2480

Sugestões e/ou críticas:

gasto.eficiente@planejamento.gov.br

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA
2012.
Brasília, 2011.
88 p.
Orçamento público. 2. Proposta orçamentária. I. Título.

CDU: 336.14(81)"2011"
CDD: 351.722

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO 2012

Em 2010, a Secretaria de Orçamento Federal publicou o documento “Orçamento Federal ao Alcance de Todos”, contendo o orçamento público da União previsto para 2011. Agora, em agosto de 2011, apresentamos a segunda edição de acordo com o orçamento proposto ao Congresso Nacional para 2012.

Além das atualizações, aperfeiçoamos o Orçamento Federal ao Alcance de Todos 2012, para tornar ainda mais compreensível o processo de elaboração orçamentária, os valores globais e a finalidade dos recursos direcionados às áreas de atuação governamental.

O objetivo deste orçamento simplificado, podendo ser também chamado de “orçamento-cidadão”, é contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos. É no orçamento que se define o que será feito e quanto será gasto pelo Governo Federal para atender às necessidades da população, nas áreas da saúde, da agricultura, da educação e de todas as outras. Entender como esta atividade funciona e participar de sua condução, direta ou indiretamente, é uma condição essencial para o exercício da cidadania.

Sabemos ainda que um documento dessa natureza sempre será limitado e jamais suprirá integralmente as necessidades de informação sobre o orçamento da União. Afinal, trata-se de uma síntese. Porém, esperamos que esta referência inicial permita ao cidadão conhecer a proposta para 2012, motivando-o a ampliar seus conhecimentos sobre a matéria e influir futuramente na aprovação e execução da despesa pública.

No Brasil democrático, redutor das desigualdades e em acelerado desenvolvimento, é crescente o número de cidadãos que procuram se informar sobre a receita pública, obtida a partir do esforço de cada brasileiro, e a despesa pública, que produz bens e serviços necessários. A você, leitor, que certamente é um deles, desejamos uma boa leitura.

Célia Corrêa

Secretária de Orçamento Federal

SUMÁRIO

VISÃO GERAL	7
ÁREA SOCIAL	16
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
CULTURA.....	18
DESPORTO E LAZER.....	20
DIREITOS DA CIDADANIA.....	22
EDUCAÇÃO.....	24
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA.....	26
PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	28
SAÚDE.....	30
TRABALHO.....	32
ÁREA DE INFRAESTRUTURA	34
CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	34
COMUNICAÇÕES.....	36
ENERGIA.....	38
GESTÃO AMBIENTAL.....	40
HABITAÇÃO.....	42
SANEAMENTO.....	44
TRANSPORTES.....	46
URBANISMO.....	48
ÁREAS ESPECIAIS	50
AGRICULTURA.....	50
DEFESA.....	52
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO.....	54
RELAÇÕES EXTERIORES.....	56
SEGURANÇA PÚBLICA.....	58
REGIÃO NORTE	61
ACRE.....	61
AMAZONAS.....	62
AMAPÁ.....	63
PARÁ.....	64
RONDÔNIA.....	65
RORAIMA.....	66
TOCANTINS.....	67
REGIÃO NORDESTE	68
ALAGOAS.....	68
BAHIA.....	69
CEARÁ.....	70
MARANHÃO.....	71
PARAÍBA.....	72
PERNAMBUCO.....	73
PIAUI.....	74
RIO GRANDE DO NORTE.....	75
SERGIPE.....	76
REGIÃO CENTRO-OESTE	77
DISTRITO FEDERAL.....	77
GOIÁS.....	78
MATO GROSSO.....	79
MATO GROSSO DO SUL.....	80
REGIÃO SUDESTE	81
ESPÍRITO SANTO.....	81
MINAS GERAIS.....	82
RIO DE JANEIRO.....	83
SÃO PAULO.....	84
REGIÃO SUL	85
PARANÁ.....	85
RIO GRANDE DO SUL.....	86
SANTA CATARINA.....	87

VISÃO GERAL

CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Este documento tem por finalidade tornar mais acessível as informações sobre o orçamento federal, abrangendo as receitas (impostos, taxas e contribuições, entre outras) e as despesas (gastos com Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Investimentos e outros) que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PLOA 2012), encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2011.

As informações são apresentadas em três partes. A primeira contempla os grandes números do orçamento para 2012, segundo a característica de cada receita e despesa, bem como a evolução das despesas. Para tornar possível a comparação entre os projetos de 2011 e 2012, excluíram-se dos números apresentados os valores acrescentados nos orçamentos mediante emendas parlamentares, que são realizadas durante a apreciação legislativa, assim como valores acrescentados por intermédio de créditos extraordinários, que são recursos para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as de calamidade pública.

A segunda parte contém informações sobre as despesas, com a quantificação dos recursos que o Governo Federal tem aplicado nos últimos anos em Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outras, e com o valor da respectiva proposta para 2012.

A terceira é a parte nova desta edição, que traz os principais destaques do orçamento federal para os Estados e o Distrito Federal nas cinco Regiões do País. Esclarecemos que são despesas que estão identificadas nominalmente no PLOA 2012 e que, portanto, não se aplicam às transferências obrigatórias previstas na nossa Constituição, que ocorrem da União para tais entes, pois este dinheiro é repassado somente durante a execução do orçamento.

Outra inovação diz respeito à versão eletrônica desta revista, pois ela contém *links* que possibilitam o acesso a informações mais detalhadas, tais como, o plano anual de financiamento da dívida pública, a legislação pertinente de algumas áreas abordadas neste documento, e dados mais detalhados acerca dos valores de cada Estado e do Distrito Federal.

Maiores informações do PLOA 2012 poderão ser obtidas por meio da leitura da Mensagem Presidencial que encaminha esse Projeto de Lei ao Congresso Nacional, assim como dos anexos e volumes que compõem o texto da proposta. Esses documentos podem ser acessados no sítio https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcamento_2012/.

CONHECENDO O ORÇAMENTO

Para que se possa administrar o Brasil, é necessário que o Governo tenha dinheiro para cobrir todas as despesas relacionadas com suas atividades, como manter hospitais, construir ferrovias ou contratar professores. Esse dinheiro é obtido, em grande parte, pelos tributos pagos pela população e pelas empresas. Quando alguém paga um imposto, uma taxa ou uma contribuição, automaticamente faz um depósito em uma “conta bancária” do Governo Federal, chamada de conta única, na qual os valores depositados serão utilizados pelo governo para cobrir tais despesas.

O dinheiro disponível para a realização das despesas é distribuído para os programas do governo, que são partes de sua atuação, em um mesmo assunto, para alcançar um objetivo. Por exemplo, tudo o que o governo faz em Saúde ou Educação pode ser agrupado dentro de um programa. Dentro do programa, o dinheiro é distribuído para ações, que, como o nome indica, trata do que será feito, ou seja, “Implantação de Unidades Básicas de Saúde em Brasília” ou “Ampliação da Rede Federal de Ensino em Rondônia”. Esse processo de distribuição também é chamado de alocação de recursos.

As despesas previstas no orçamento muitas vezes geram diretamente alguns produtos, como rodovias, e serviços, como o atendimento médico. Nesses casos, o orçamento também prevê a quantidade de produto que se pretende gerar, medido em quilômetros construídos e atendimentos realizados, por exemplo.

O orçamento, mais do que definir valores de gastos, aponta “o que”, “onde” e “em que quantidade” o cidadão e a sociedade receberão em bens e serviços do Estado, em retribuição aos tributos pagos, em áreas que afetam a vida de todos nós. Por isso é um instrumento tão importante.

COMO É FEITO O ORÇAMENTO FEDERAL

Todo ano, até 31 de agosto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração dos outros Ministérios, prepara um documento com a proposta de orçamento para ser encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Lá os Deputados Federais e Senadores discutem e aprovam o conteúdo da proposta, que se transforma em uma lei. Os Deputados e Senadores podem alterar a proposta, sob determinadas *regras*, aumentando ou reduzindo as alocações de recursos, por meio de emendas parlamentares.

Dessa forma, esta revista que você está lendo traz as informações do orçamento que o Governo Federal propôs em 31 de agosto de 2011 para o ano de 2012. Os Deputados e Senadores devem aprová-lo até o último dia de trabalho no Congresso Nacional em 2011.

Por ser o documento que vai virar uma lei, a proposta de orçamento é conhecida como “Projeto de Lei”. Como vale por um ano, o nome da lei aprovada é “Lei Orçamentária Anual”, LOA, tam-

bém chamada, antes da nossa atual Constituição, de Orçamento-Geral da União, OGU.

A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento público seja feito assim. Ela é nossa lei máxima. O orçamento público é um único documento, dividido em três partes: o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento Fiscal.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, com cerca de R\$ 106,8 bilhões, apresenta os investimentos das empresas dirigidas pelo Governo Federal, mas só das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não necessitam de recursos do governo para manter ou ampliar suas atividades. São exemplos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Orçamento da Seguridade Social mostra as despesas com saúde, previdência e assistência social. Para 2012, essas despesas representam R\$ 588,7 bilhões. Os pagamentos de aposentadorias e pensões, assim como os gastos com hospitais, medicamentos e bolsa-família são exemplos de despesas desse orçamento.

O Orçamento Fiscal é de aproximadamente R\$ 1,53 trilhão. Nele estão incluídas as despesas dos Poderes Legislativo (Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União), Executivo (Presidência, Ministérios e outros órgãos) e Judiciário (Fóruns e Tribunais) e o Ministério Público da União, além dos valores para pagamento e rolagem da dívida pública federal, que serão explicados posteriormente.

No orçamento público, devem estar presentes todas as receitas e despesas públicas. O total das despesas não deve superar o total das receitas, ou seja, o orçamento deve ser equilibrado. Para o orçamento da União de 2012, as receitas e despesas propostas são de aproximadamente R\$ 2,22 trilhões.

É importante destacarmos que, no Orçamento Fiscal, embora o valor total da despesa com a dívi-

da pública federal alcance a soma de R\$ 910,9 bilhões, a maior parte desse montante não representa propriamente pagamento da dívida, uma vez que R\$ 653,3 bilhões correspondem ao seu refinanciamento, ou seja, substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior. Nesse tipo de operação, usualmente conhecida como “rolagem da dívida”, não há redução nem ampliação do endividamento atual. O pagamento da dívida contempla ainda juros no total de R\$ 129,6 bilhões e amortização (diminuição do principal da dívida) de R\$ 128 bilhões.

O gerenciamento da dívida é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Para maiores informações sobre o assunto, no site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> pode ser encontrado o Plano Anual de Financiamento da Dívida (PAF 2011).

Evolução do Orçamento Federal (2007-2012)

R\$ bilhões

Orçamentos	Orçamento Executado				PLOA	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fiscal	862,4	878,3	977,5	1.015,3	1.427,9	1.529,6
<i>Dívida Pública (Interna e Externa)</i>	<i>565,4</i>	<i>493,3</i>	<i>544,3</i>	<i>581,1</i>	<i>928,9</i>	<i>910,9</i>
Refinanciamento	374,8	277,8	265,7	373,4	678,5	653,3
Juros e Amortizações	190,6	215,5	278,7	207,6	250,4	257,6
<i>Programações</i>	<i>297,0</i>	<i>385,0</i>	<i>433,1</i>	<i>434,2</i>	<i>499,0</i>	<i>618,7</i>
Seguridade Social	330,0	370,8	425,1	473,9	512,7	588,7
Investimento das Estatais	39,8	53,5	79,7	84,0	107,5	106,8
Total Orçamento Federal	1.232,2	1.302,6	1.482,3	1.573,1	2.048,1	2.225,1

AS RECEITAS E DESPESAS NO ORÇAMENTO FEDERAL

A elaboração do Orçamento Federal inicia-se pela estimativa das receitas, ou seja, é uma previsão da arrecadação calculada. Para entendermos como ela é feita, é importante sabermos primeiro os tipos de receitas e despesas. Tanto as receitas quanto as despesas são classificadas em primárias e financeiras.

Simplificadamente, as receitas primárias correspondem aos tributos arrecadados e as despesas primárias aos gastos do governo para manter suas atividades e investir em ações novas. O pagamento de servidores públicos, a manutenção de uma universidade ou a construção de um hospital são exemplos de despesas primárias.

Já as receitas e despesas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras, na maior parte de empréstimos. Se o governo decide pagar menos da divi-

da com esses empréstimos, fica em condições de gastar mais naquele momento, mas no futuro ficará mais endividado, o que pode trazer problemas, inclusive inflação, principalmente se a arrecadação futura não aumentar.

Para fazer a estimativa das receitas primárias, o governo primeiro verifica quanto de receita de arrecadação de tributos houve nos últimos meses e como estava a economia no período. Em seguida, usa de técnica para estimar como vai se comportar no ano seguinte a economia, prevendo a inflação, os juros, a produção nacional, o valor de moedas estrangeiras e o valor do salário mínimo. Por fim, faz um cálculo aproximado de como esses aspectos econômicos, chamados parâmetros, vão aumentar ou diminuir as receitas futuras em relação à arrecadação passada.

Os principais parâmetros utilizados e sua relevância para o orçamento do próximo ano são os seguintes:

Parâmetros Previstos		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Inflação	4,8 % Variação Anual	O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice oficial da inflação. Esse índice é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a variação de preços de uma cesta de bens e serviços formada por alimentos, vestuário, aluguel e o pagamento de luz, água, esgoto, entre outras despesas cotidianas. Esse índice é importante para o orçamento, pois vários contratos administrativos são reajustados por ele, bem como algumas receitas do governo.
PIB	4,54 trilhões de reais (aumento de 5% em relação a 2011)	O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de tudo que é produzido no País durante um ano. Também é calculado pelo IBGE. Esse indicador auxilia na previsão da variação/crescimento das receitas e, atualmente, no cálculo do valor estimado para o salário mínimo, além dos valores que devem ser destinados à saúde.
Taxa de Câmbio Média	1,64 reais/dólar	É estimada para permitir a fixação de despesas que ocorrerão em moeda estrangeira, mas que constarão em reais no orçamento dos órgãos federais. A dívida pública externa do Brasil e os contratos das Embaixadas brasileiras no exterior são exemplos típicos de despesas que dependem dessa informação. Também é importante para permitir a estimativa de receitas como os Impostos de Importação, Exportação, entre outras.

Parâmetros Previstos		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Taxa de Juros Média	12,45% ao ano	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), ou taxa SELIC, é importante porque reflete a taxa de juros vigente na economia brasileira. Está relacionada à remuneração dos títulos públicos. Seu valor é determinado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.
Salário Mínimo	R\$ 619,21 mensal	Previsão do salário mínimo nacional. Para o orçamento, os principais impactos desse parâmetro são nos cálculos dos Benefícios Previdenciários, no Abono e Seguro-desemprego, nos Benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia.

Fonte para fixação dos parâmetros: Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Na parte das receitas financeiras, define-se quanto de empréstimo será tomado para pagar empréstimos anteriores e, se o governo achar necessário ou importante, mais um determinado valor para gastar em suas atividades e seus investimentos.

Esses cálculos só são possíveis porque os efeitos das condições da economia sobre a arrecadação já foram estudados e observados durante muitos anos. O Brasil faz e aprova *orçamentos desde 1830*.

Com base nos parâmetros, estimam-se as receitas disponíveis para o ano, e o valor máximo para as despesas no orçamento é definido. Algumas despesas são obrigatórias por força de lei e, portanto, o Governo não pode deixar de pagá-las. Como exemplo de despesas obrigatórias, podemos citar as transferências constitucionais a Estados e Municípios, os benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de pessoal. Para essas despesas, são calculados os valores necessários para o pagamento durante o ano e reservados os recursos no Orçamento, dentro dos programas e das ações executados pelo Governo Federal. Para fazer o cálculo das despesas obrigatórias, também

é necessário pensar no futuro da economia. Um aumento do salário mínimo, por exemplo, aumenta também as despesas de pagamento de aposentadorias, que são despesas obrigatórias.

As despesas em que o governo pode escolher quanto e onde vai aplicar são chamadas discricionárias ou não obrigatórias. Os recursos disponíveis para as despesas discricionárias são também distribuídos nos programas e nas ações do Governo. Pode até haver despesas obrigatórias e discricionárias em um mesmo programa, que trabalham juntas para um mesmo objetivo.

No orçamento federal, o valor das despesas obrigatórias é bastante elevado, então só podemos escolher onde aplicar uma pequena parte do dinheiro. Isso ocorre porque a maioria dos gastos do governo constitui-se de obrigações constitucionais ou legais que devem ser sempre executadas.

A tabela a seguir mostra a composição das duas despesas (primária e financeira), o comparativo com último ano e os valores previstos para 2012. Já o gráfico aponta a relação entre as despesas obrigatórias e discricionárias, assim como sua evolução desde 2007.

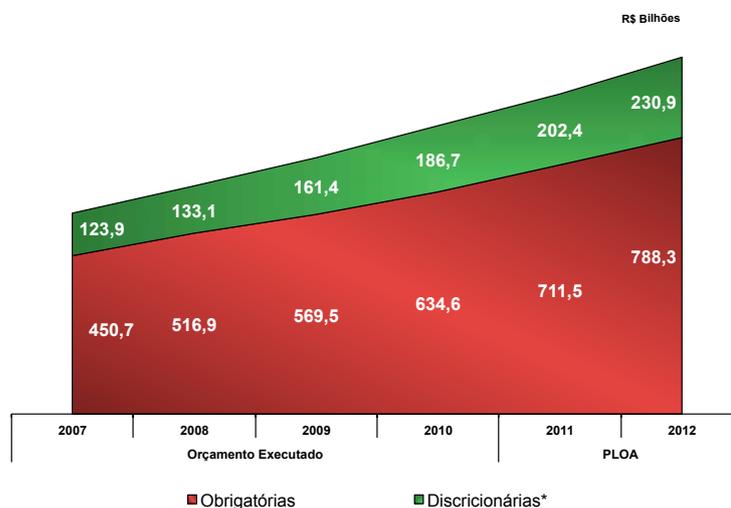
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2011-2012

R\$ bilhões

RECEITA	PLOA	
	2011	2012
PRIMÁRIA	967,6	1.097,3
Impostos	346,2	389,3
Taxas	6,5	7,8
Contribuições Sociais	507,7	575,2
Outras	107,3	125,1
FINANCEIRA	972,9	1.020,9
Refinanciamento da Dívida	678,5	653,3
Emissão de Títulos	143,0	187,9
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	28,5	36,1
Outras	122,9	143,7
TOTAL	1.940,6	2.118,3

R\$ bilhões

DESPESA	PLOA	
	2011	2012
PRIMÁRIA	913,9	1.019,2
Transferências	162,7	181,2
Pessoal e Encargos	184,4	188,2
Benefícios da Previdência	275,1	313,9
Demais Despesas Obrigatórias	90,0	106,4
Despesas Discricionárias	201,8	229,5
FINANCEIRA	1.026,7	1.099,0
Amortização da Dívida	783,9	874,2
Juros e Encargos da Dívida	169,9	140,6
Demais	72,9	84,3
TOTAL	1.940,6	2.118,3

EVOLUÇÃO DESPESAS PRIMÁRIAS
NO ORÇAMENTO FEDERAL 2007-2012

* Inclui Doações e Convênios

As despesas públicas também são classificadas, segundo sua categoria econômica, em correntes e de capital. Essa classificação é utilizada internacionalmente, de acordo com os Manuais da Organização das Nações Unidas da década de 50. Ela permite conhecer a contribuição do governo à renda nacional, bem como a comparação econômica entre países.

As despesas de capital são as que contribuem para a formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda, para a concessão de empréstimos e a amortização de dívida, podemos citar, como exemplos, a construção de estradas, de universidades, de hospitais, bem como a aquisição

de equipamentos para seu funcionamento.

As despesas correntes são as destinadas à produção de bens e serviços correntes e possibilitam determinar o consumo do setor público, como os gastos com aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bolsa Família, juros da dívida e pagamento de professores, médicos, entre outros.

Além da classificação por categoria econômica, as despesas orçamentárias também são classificadas por grupos de natureza de despesas. Os grupos de despesas são vinculados às categorias econômicas e formados pela junção de elementos de despesas afins.

Evolução Despesa Total por Categoria Econômica e Grupo de Despesas 2007-2012

R\$ bilhões

Categoria Econômica Grupo de Natureza da Despesa	Orçamento Executado				PLOA	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CORRENTE	677,4	730,7	815,2	895,1	1.039,6	1.107,3
1 - Pessoal e Encargos Sociais	126,9	144,5	167,1	183,3	199,6	203,2
2 - Juros e Encargos da Dívida	140,3	110,2	124,6	122,4	169,9	140,6
3 - Outras Despesas Correntes	410,2	476,1	523,6	589,4	670,1	763,7
CAPITAL	515,0	518,4	587,4	594,0	879,8	979,4
4 - Investimentos	13,8	28,3	35,3	44,3	51,4	57,9
5 - Inversão Financeira	29,3	41,1	34,2	35,6	44,4	47,3
6 - Amortização da Dívida	471,9	449,0	517,9	514,0	783,9	874,2
RESERVA	0,0	0,0	0,0	0,0	21,2	31,4
TOTAL	1.192,4	1.249,1	1.402,6	1.489,2	1.940,6	2.118,3

INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O maior volume de investimentos do Governo Federal está concentrado no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Para 2012, esse Orçamento prevê R\$ 106,8 bilhões, grande parte na área de Energia, composto por empresas públicas de grande porte, como as dos grupos Petrobras e Eletrobras, com R\$ 86,9 bilhões e R\$ 10,1 bilhões, respectivamente.

Outro volume expressivo de recursos para os investimentos públicos está direcionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estão previstos R\$ 42,5 bilhões para obras, sendo a maior parte para Habitação, cerca de R\$ 13,2 bilhões. Já para as rodovias federais, estão destinados R\$ 11,7 bilhões para construção e adequação (duplicações, novas faixas) dessas estradas.

Evolução das Despesas do PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade 2007-2012

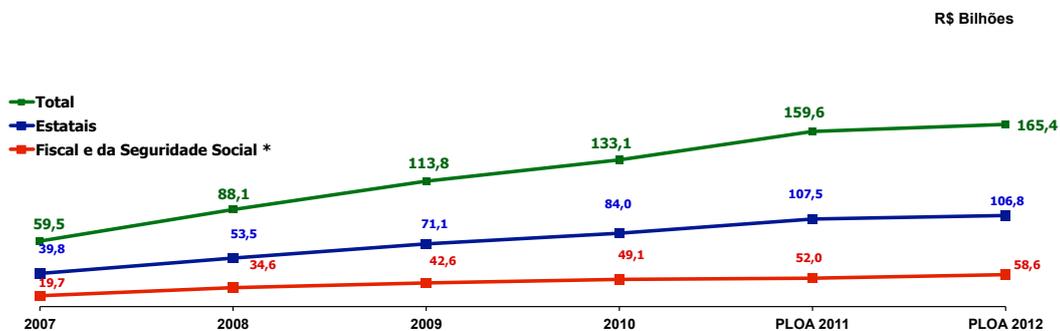
R\$ milhões

PAC	EMPENHADO				Dotação Atual 2011	PLOA 2012
	2007	2008	2009	2010		
Infraestrutura						
Logística	8.733	8.910	11.620	15.282	16.368	16.812
Rodovias	6.003	6.617	8.601	10.831	11.117	11.747
Aeroportos	565	78	0	0	0	30
Portos	493	472	800	1.042	975	903
Ferrovias	1.325	978	1.238	2.523	2.266	2.398
TAV - Trem de Alta Velocidade	0	0	0	7	338	339
Hidrovias e Eclusas	227	326	634	249	457	301
Estudos, Sist. de Pesagem e Controle de Velocidade	120	438	346	489	1.104	942
Demais	0	0	0	141	111	151
Social e Urbana	7.205	8.052	15.254	14.187	23.529	25.300
Saneamento	2.396	2.624	3.472	2.259	2.242	2.962
Drenagem Urbana	0	61	490	578	416	691
Habitação	2.154	2.191	2.200	1.680	2.112	2.109
PMCMV	0	0	6.000	6.680	12.730	11.080
Barragens, Aduadoras e Sist. de Abastecimento Água	781	1.007	613	526	520	515
Integração e Revitalização do rio São Francisco	887	1.281	1.614	1.403	1.574	1.826
Metrô e Mobilidade Urbana	373	379	434	655	534	698
Equip. Creches e Escolas	0	0	0	0	891	1.782
Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares	0	0	0	0	480	1.064
Saúde (Posto Comunitário, UPA e UBS)	0	0	0	0	1.043	1.137
Praças do PAC	0	0	0	0	220	300
Irrigação	566	509	430	390	267	500
Demais	49	0	0	15	501	635
Energética	226	125	306	259	354	424
TOTAL GERAL	16.164	17.087	27.180	29.728	40.251	42.536

Além disso, parte da programação do PAC envolve a gestão do programa e a realização de estudos, incluindo os de viabilidade econômica e ambiental (cerca de R\$ 576 milhões). Já os valores alocados para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) são para subsídios à aquisição da casa própria, no valor de R\$ 11,1 bilhões. Maiores informações sobre o PAC estão disponíveis no site <http://www.brasil.gov.br/pac>.

Os demais investimentos discricionários constantes da proposta para 2012 e que não estão contemplados nas empresas estatais ou no PAC atingem o valor de R\$ 28,2 bilhões, concentrados nas áreas de Educação (R\$ 7,6 bilhões), Defesa Nacional (R\$ 7,5 bilhões) e Saúde (R\$ 2,5 bilhões), seguidas das áreas de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Agrário (ambas com cerca de R\$ 1,4 bilhão).

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE E ESTATAIS



* Despesas Discricionárias do Poder Executivo: Exclui Créditos Extraordinários, Recursos de Convênios, Recursos de Doações.

Na próxima seção, apresentaremos o orçamento público federal separado por funções orçamentárias (grandes áreas de despesas), com destaque às programações mais importantes realizadas pelo Poder Executivo que tenham impacto direto na vida dos cidadãos, como habitação e saúde.

Para melhor visualização, elaboramos gráficos contendo a evolução das despesas, considerando os valores gastos de 2007 a 2010, exceto as

emendas parlamentares e créditos extraordinários, e os montantes constantes nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOAs) de 2011 e 2012.

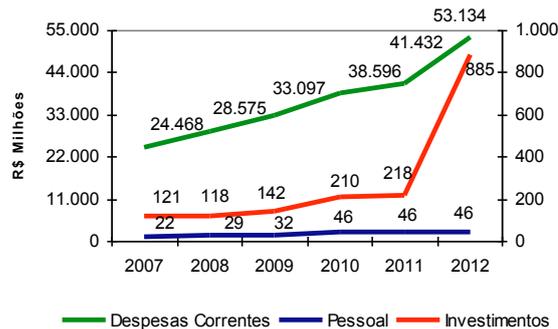
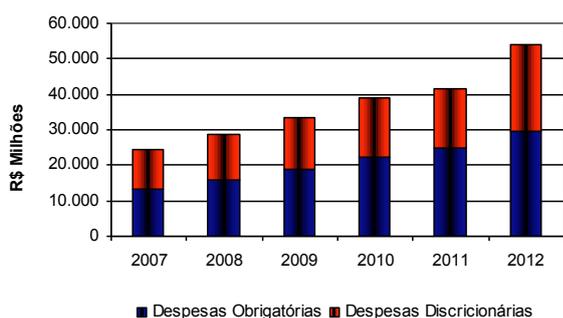
Com objetivo de permitir maior transparência, dividimos as despesas em obrigatórias e discricionárias e algumas áreas em subfunções orçamentárias (subáreas de despesas) ou em blocos de despesas que possibilitem o melhor entendimento das informações que constam da proposta orçamentária.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

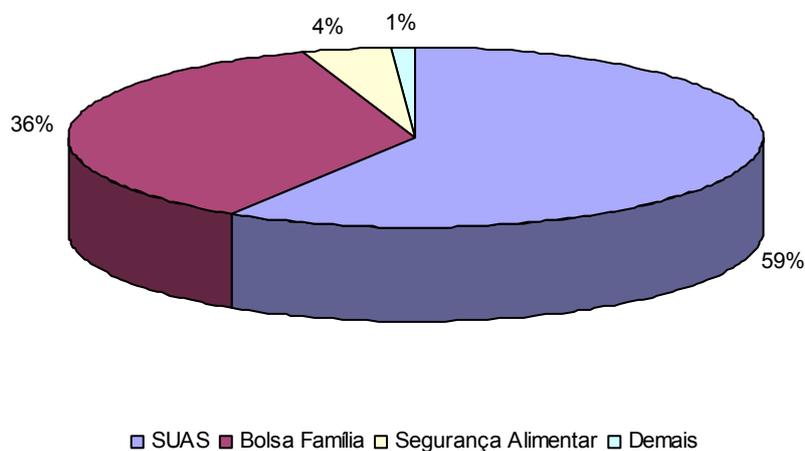


A Constituição, em seu artigo 203, determina que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujas competências e natureza do serviço, assim como estrutura organizacional, encontram-se regulamentadas no Anexo I do *Decreto nº 7.493, de 2011*.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



O Plano Brasil Sem Miséria aperfeiçoa e amplia as ações do Governo Federal na área Social e tem o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70) que ainda não são atendidas pelos diversos programas de transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nessa situação 16,2 milhões de brasileiros. Para desenvolver essa política, em 2012, estão previstos R\$ 28,4 bilhões. Mais informações, acesse <https://www.brasilemmiseria.gov.br/>.

Em 2012, a área de Assistência Social recebe o total de R\$ 54,1 bilhões.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo governo e pela sociedade civil. Para atender a essa norma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse Sistema organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos, enfim, a todos que dela necessitarem. Esses serviços são geralmente prestados pelos Municípios nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). O Censo SUAS de dezembro de 2010 mostrou que o Governo Federal apoia o funcionamento de 7.038 Cras e mais de 2.100 Creas, em aproximadamente 2 mil Municípios, repassando recursos, mensalmente, aos fundos municipais de assistência.

Para 2012, está previsto um gasto de R\$ 31,9 bilhões com o SUAS. Nesse montante, R\$ 29,6 bilhões referem-se ao pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV). Ambos os benefícios são direcionados a portadores de deficiência e idosos que não teriam outra forma de sustento. O restante do valor é usado para a prestação dos serviços de proteção social e gastos operacionais com o SUAS.

Já o Programa Bolsa Família recebe R\$ 19,3 bilhões em 2012, sendo R\$ 18,7 bilhões o valor a ser transferido diretamente às famílias. O Programa destaca-se por ser a principal política social do Governo Federal com o propósito de transferência direta de renda. Ele beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), desde que essas famílias cumpram algumas exigências nas áreas da Saúde e da Educação, as chamadas condicionalidades.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 32 a R\$ 242, de acordo com a renda men-

sal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos. Em dezembro de 2010, havia 12,8 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R\$ 96,97. Para 2012, a previsão é de ampliação, devendo abranger mais 800 mil famílias, tendo o limite dos benefícios aumentado para contemplar até cinco filhos, incorporando, assim, 1,3 milhão de crianças.

A política de Segurança Alimentar conta com R\$ 2,3 bilhões em 2012. Ela cuida da realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade que supram necessidades do organismo. Para tanto, existem diversas ações que abrangem a distribuição gratuita de alimentos em casos de urgência, o auxílio à instalação de equipamentos comunitários (hortas e cozinhas comunitárias, restaurantes populares), para produção e venda de alimentos a baixo custo, e a promoção do acesso à água para consumo humano e para utilização na produção de alimentos ou criação de animais em áreas de clima semiárido (por meio da construção de cisternas). Além disso, a agricultura familiar tem papel crucial na economia das pequenas cidades e responde por uma parcela significativa da produção de alimentos, tornando-se fundamental para garantir a segurança alimentar.

Dessa forma, por meio da aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, o Ministério realiza inclusão produtiva, e, ao distribuir esses alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, garante o direito à alimentação. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

Por fim, no item Demais podemos destacar ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria nas cidades: fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; orientação profissional e o encaminhamento de mão de obra para empregos; fomento, capacitação ocupacional e assistência técnica a empreendimentos populares. Há também ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; e administração das unidades e pagamento de pessoal.

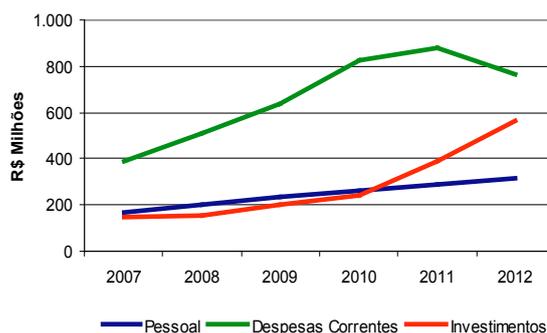
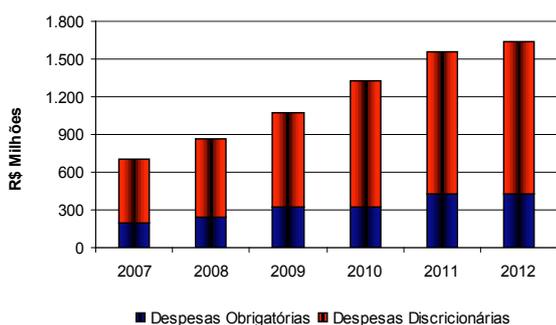
CULTURA



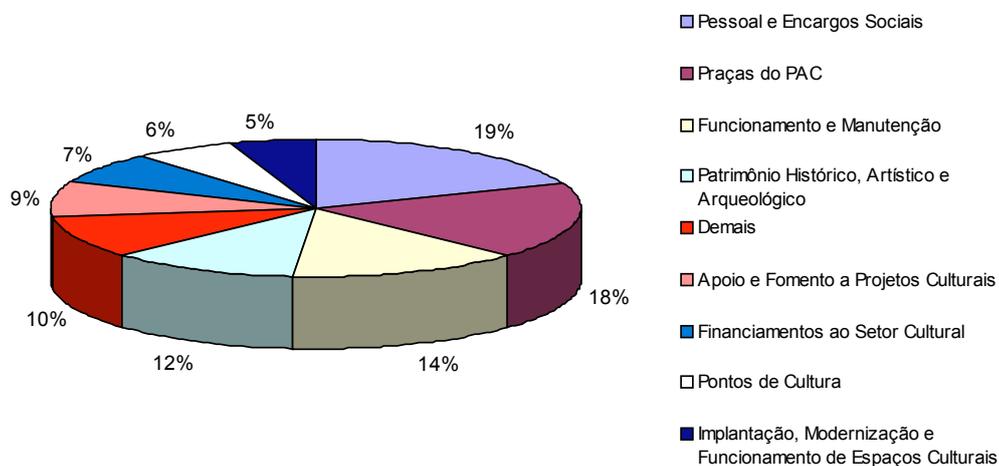
A área Cultura está prevista no artigo 215 da nossa Constituição: o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o artigo 1º da *Lei nº 8.313, de 1991* (Lei Rouanet), seguindo o que determina a Constituição, estabeleceu que o Programa Nacional de Apoio à Cultura tem por finalidade canalizar recursos, visando promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais.

O órgão responsável para executar essa política é o Ministério da Cultura, que tem como área de competência a política nacional de cultura; a proteção do patrimônio histórico e cultural; e presta assistência e acompanhamento junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Nacional de Colonização e



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Reforma Agrária (Incra) naquelas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O Ministério possui sete entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

O Ministério da Cultura também gerencia os projetos culturais aprovados com base nos incentivos previstos na Lei Rouanet, enquanto a Ancine gerencia os projetos que se baseiam na Lei do Audiovisual, *Lei nº 8.685, de 1993*, e na *Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001*, além daqueles que se utilizam dessas Leis em conjunto com a Lei Rouanet.

A área de Cultura recebe, em 2012, o total de R\$ 1,6 bilhão. Para a realização das atividades de cultura, o Governo Federal deve gastar R\$ 313,8 milhões com pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e R\$ 231,1 milhões com Funcionamento e Manutenção. Trata-se de ações de coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos na Lei Rouanet e de administração das suas unidades.

No âmbito do PAC, o governo lançou a Praça do PAC, agora denominada Praça dos Esportes e da Cultura (PEC). O objetivo das Praças é integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Para isso, é alocado, em 2012, o valor de R\$ 300 milhões.

Para a área de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, são gastos R\$ 192,4 milhões. Trata-se de custos para funcionamento de museus do Governo Federal; capacitação de funcionários de museus; preservação de acervos audiovisuais; resgate da documentação histórica do Brasil existente no exterior; entre outras iniciativas. Merecem destaque também as ações do “Monumenta” para a preservação de acervos culturais e a recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro. O Monumenta é o programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro

tombado pelo Iphan e sob proteção federal. Esse programa tem como objetivos preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico, arquitetônico e artístico urbano, aumentar a conscientização da população brasileira acerca do patrimônio em questão, bem como aperfeiçoar a sua gestão, estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação e aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto.

Em relação ao Apoio e Fomento a Projetos Culturais, o gasto previsto é de R\$ 142 milhões. Os projetos culturais são eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais, entre outros.

Para financiamentos ao setor cultural, estão previstos R\$ 117,7 milhões em 2012. São as ações de concessão de financiamento a empreendedores culturais, de financiamento ao setor audiovisual (Fundo Setorial do Audiovisual) e investimentos retornáveis no setor audiovisual, mediante participação em empresas e projetos, de acordo com a *Lei nº 11.437, de 2006*.

Os pontos de cultura recebem R\$ 100 milhões em 2012. Eles são um meio de promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, visando à constituição de uma rede de articulação de iniciativas culturais. Seus principais públicos-alvo são populações de baixa renda, adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social e estudantes da rede pública de ensino. Com essa iniciativa, é possível, também, capacitar multiplicadores culturais.

No que se refere à implementação, modernização e ao funcionamento de espaços culturais, para 2012, a previsão de gasto é de R\$ 87,2 milhões. Além do funcionamento propriamente dito dos espaços culturais da União, incluem-se nesses gastos a digitalização de acervos culturais e o funcionamento de bibliotecas da União, entre outras atividades.

Por fim, no item Demais, podemos citar iniciativas nas áreas de preservação do conhecimento dos povos indígenas; cultura afro-brasileira (por meio de assistência jurídica às comunidades remanescentes de quilombos e promoção de intercâmbios culturais afro-brasileiros); concessão de bolsas, prêmios e capacitação de agentes culturais (tais como artistas, técnicos e produtores); instalação e modernização de bibliotecas; entre outras.

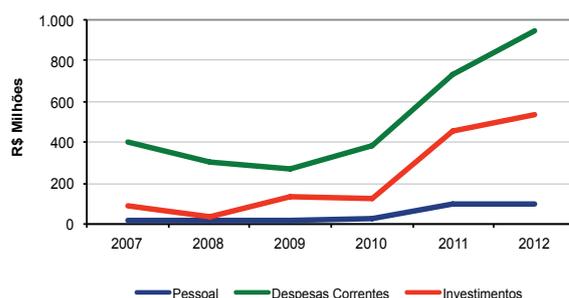
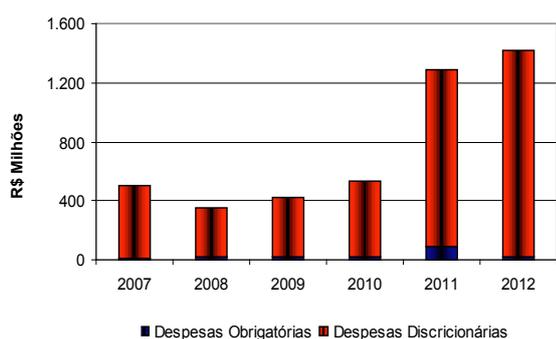
DESPORTO E LAZER



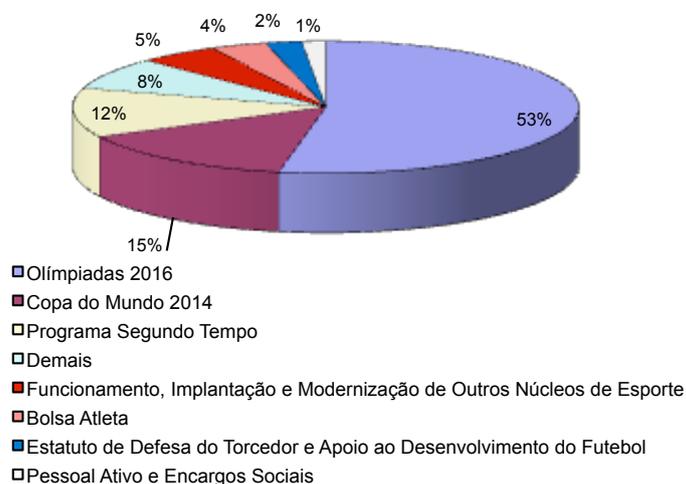
Nossa Constituição, em seu artigo 6º, consagrou o lazer como direito social. A respeito do esporte, o artigo 217 declara: é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.

No Governo Federal, o Ministério do Esporte tem como missão universalizar o acesso ao esporte e lazer e promover a participação da população em todas as dimensões do esporte, colaborando para o desenvolvimento humano e contribuindo para o crescimento do Brasil no cenário esportivo.

A atuação desse Ministério está vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Além disso, sua ação é estruturada a partir do Plano Nacional de Desenvol-



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



vimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.

De R\$ 1,6 bilhão alocado, em 2012, para o Desporto e Lazer, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 receberão R\$ 835,2 milhões. Nesse valor, estão incluídas ações de implantação de infraestrutura esportiva; e de preparação e organização dos jogos. Além disso, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), com o objetivo coordenar a participação do Governo Federal, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização da competição, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional. Em 2012, a APO contará com cerca de R\$ 155,2 milhões, dos quais R\$ 73,5 milhões referem-se à despesa de pessoal.

No que diz respeito à Copa do Mundo FIFA de 2014, em 2012, serão alocados R\$ 230 milhões para desenvolvimento de ações de promoção e comunicação do evento; atividades de monitoramento das ações realizadas; constituição de um programa de voluntariado, que pretende captar 34 mil voluntários para auxiliar na organização de operações, além de apoiar o evento e os turistas; e pagamento de consultorias de apoio ao planejamento e gerenciamento das atividades para organização e realização do evento.

Já para o Programa Segundo Tempo, serão alocados R\$ 189,8 milhões. Esse Programa tem como objetivo democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, no sentido de possibilitar a sua inclusão no ensino formal. Dentro desse custo, estão previstos, entre outros, os seguintes itens: reforço alimentar; material didático suplementar; pagamento a coordenadores pedagógicos e a monitores de atividades esportivas; e funcionamento, implementação e modernização de núcleos de esporte.

Esses núcleos de esporte são divididos basicamente em três categorias distintas: (i) Cientí-

ficos e de Estudos voltados ao Esporte; (ii) Alto Rendimento; e (iii) Esporte Recreativo e de Lazer. As unidades que não fazem parte do Programa Segundo Tempo são chamadas de “outros núcleos de esporte”. Para o funcionamento, a implantação e modernização destes espaços, serão destinados R\$ 80,7 milhões.

Em se tratando da Bolsa Atleta, receberá R\$ 56 milhões, que visa a garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, os quais não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participem em competições e visando ao desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. Investe prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Além disso, a *Lei nº 12.395, de 2011*, instituiu o Programa Atleta Pódio, com o objetivo de auxiliar atletas com potencial de alcance de medalhas olímpicas, independentemente de já terem ou não patrocínio. A mesma Lei criou novas categorias de bolsas e reajustou o valor das bolsas já existentes.

Em relação ao tema Estatuto de Defesa do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol, a *Lei nº 10.671, de 2003*, criou o Estatuto. O *Decreto nº 6.795, de 2009*, por sua vez, regulamentou o artigo 23 dessa Lei, dispondo sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos. Entretanto, devido a frequentes tumultos, violência nos estádios, cambismo e fraudes nos resultados dos jogos, a *Lei nº 12.299, de 2010*, transformou essas atividades em crimes. Sendo assim, em 2012, o Ministério do Esporte receberá R\$ 36,4 milhões para realizar ações de implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol, para segurança do torcedor e promoção da defesa dos direitos do torcedor, e de apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino.

Para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do Ministério dos Esportes, em 2012, serão destinados R\$ 24,2 milhões.

Por fim, para as Demais áreas, serão alocados R\$ 124,1 milhões. Podem ser destacadas a avaliação das políticas públicas e de programas de esporte e de lazer, realização dos jogos dos povos indígenas e administração das unidades.

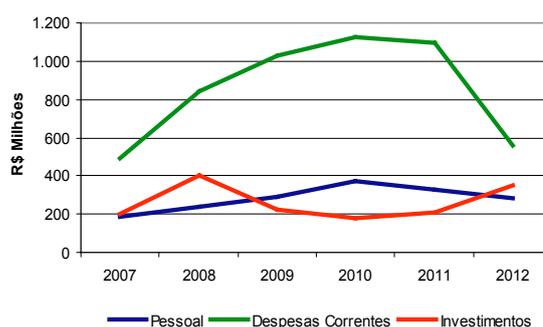
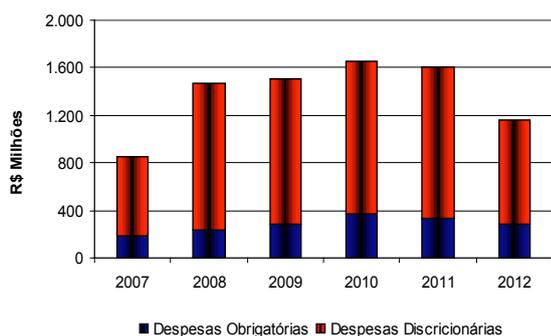
DIREITOS DA CIDADANIA



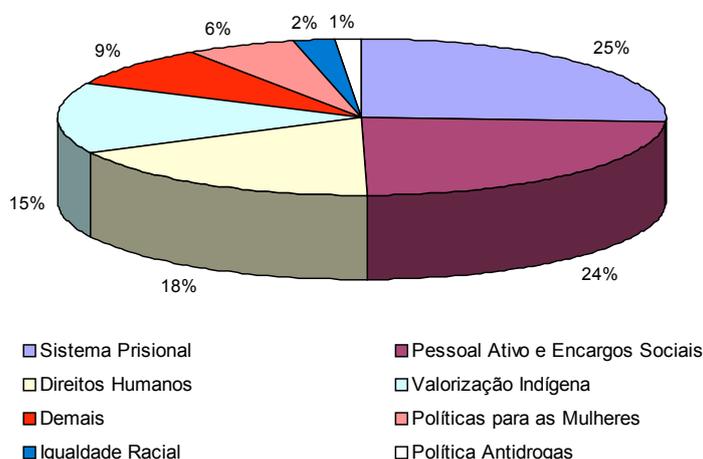
A Cidadania é um princípio fundamental da República Federativa do Brasil e consagrada em vários artigos da nossa Constituição. O Título II, por exemplo, trata dos direitos e das garantias fundamentais e contém capítulos sobre direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos.

Cabe salientarmos que diversas políticas de governo têm impacto significativo sobre o exercício da cidadania, levando aos brasileiros, sobretudo àqueles mais carentes, os serviços essenciais à satisfação de uma vida melhor para todos, como, por exemplo, a garantia à saúde, justiça, segurança, educação de qualidade e ao lazer.

As políticas públicas que tratam dos direitos da cidadania são desenvolvidas no âmbito da Presidência da República pelas Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A proteção dos direitos dos povos indígenas está a cargo da Fundação Nacional



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



do Índio (Funai), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Além disso, diversas unidades deste Ministério, somadas ao Departamento Penitenciário Nacional, também trabalham para a garantia de direitos da cidadania.

A área Direitos da Cidadania receberá, em 2012, o total de R\$ 1,2 bilhão. O tema inclui a questão da custódia e reintegração dos presos, por meio do sistema prisional. Para isto, serão alocados R\$ 310,7 milhões. São ações de prestação de serviço penitenciário federal; de apoio à construção de estabelecimentos penais estaduais, a meta é de se contratar 6.668 vagas; de política nacional de alternativas penais; de integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias; de implantação do sistema de inteligência penitenciária federal; de apoio a projetos de capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação; de apoio a projetos de reintegração social do preso, internado e egresso; de modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação; entre outras.

A despesa com Pessoal Ativo e Encargos Sociais contará com R\$ 283,3 milhões, grande parte, cerca de R\$ 228,8 milhões, é para o pagamento dos servidores da Funai, que atendem nas unidades localizadas em Estados que possuem reservas indígenas, além da própria sede, no Distrito Federal, e no Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Para a defesa dos Direitos Humanos, estão previstos R\$ 210,6 milhões. Trata-se de gastos com a implementação do sistema nacional de proteção a pessoas ameaçadas; destinados ao serviço de disque direitos humanos (Ligue 100); ao apoio à estruturação e qualificação de conselhos tutelares; ao apoio à construção, reforma, equipagem e ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes; ao apoio e implementação de centros de referência em direitos humanos; à capacitação de recursos humanos para defesa dos direitos da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente; aos serviços para o fornecimento de documentação civil básica; ao sistema nacional de informações em direitos humanos; entre outras iniciativas.

Em relação à valorização indígena, em 2012, serão direcionados R\$ 174,1 milhões. Um dos maiores desafios dessa iniciativa é garantir aos índios terras tradicionalmente reconhecidas como territórios indígenas nos termos do artigo 231 da Constituição. Além da garantia de terra, o Governo Federal também assegura aos povos indígenas proteção social e promoção de seu patrimônio cultural.



Já a Política para as Mulheres receberá R\$ 69,4 milhões. Destacam-se ações para a ampliação e a consolidação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, que proporciona acolhimento físico e psicológico à mulher agredida. Essa rede de serviços constitui-se em centros de referência para o atendimento à mulher em situação de violência, delegacias especializadas, casas abrigo e ouvidorias da mulher. Nesse valor mencionado, encontram-se também iniciativas para o incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres, além da prestação de serviços disponibilizada pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

No que se refere à Igualdade Racial, serão destinados, em 2012, R\$ 26 milhões, com destaque para ações voltadas ao fomento e ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais; ao apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial e a conselhos e organismos governamentais de promoção da igualdade racial.

A Política Antidrogas receberá R\$ 16 milhões. São recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, de tratamento, de recuperação e de reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.

Por fim, nas Demais áreas, destacam-se a ampliação do Memorial da Anistia Política do Brasil, a defesa dos direitos difusos e a preservação do acervo da Comissão de Anistia, a promoção da justiça de transição e a promoção da Política Nacional de Justiça.

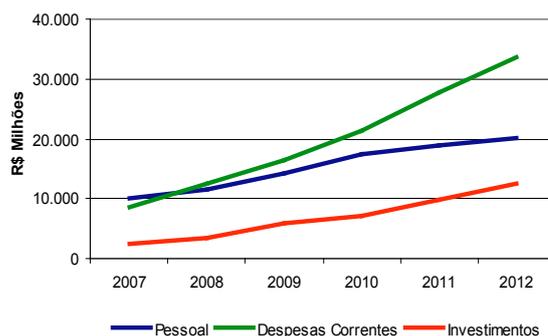
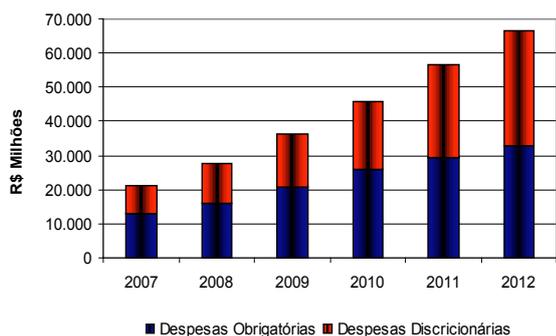
EDUCAÇÃO



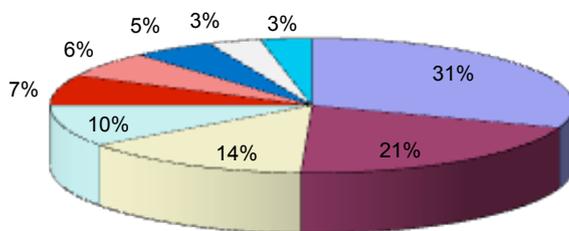
O tema Educação está expresso na Constituição: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205, *caput*).

O Ministério da Educação é o órgão responsável pela política educacional brasileira em nível federal. Nesse sentido, além de apoiar os sistemas de ensino estaduais e municipais, mantém as redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior, os Hospitais de Ensino Federais e atua até na educação básica, por intermédio do Colégio Pedro II.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com as seguintes prioridades: promover a educação básica de qualidade para todos com elevação do Índice de Desenvolvimento



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Pessoal Ativo e Encargos Sociais
- Transferências para a Educação Básica
- Ensino Superior
- Educação Básica
- Ensino Profissional
- Alimentação e Nutrição
- Demais
- Serviços Financeiros
- Educação Infantil

da Educação Básica (Ideb); expandir a educação profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a serem implantados em cidades de referência regional, de maneira a contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas e a combater o problema da falta de professores em disciplinas como física, química e biologia; e dotar as Universidades Federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, tendo como principal ferramenta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Dos R\$ 66,5 bilhões que serão destinados ao tema Educação, R\$ 20,2 bilhões serão para as despesas com Pessoal, uma vez que a área conta com expressiva mão de obra qualificada. São professores, assistentes e agentes de educação, entre outros, que permeiam essa área do governo.

De forma global, serão alocados R\$ 9,5 bilhões para o Ensino Superior. As prioridades dessa área são diversas, entre as quais estão cursos de graduação, concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito e expansão das Universidades Federais existentes. Além disso, o Governo Federal expandirá a oferta de bolsas de estudo e de pesquisa no Brasil e no exterior em diferentes modalidades. Serão 40 mil novas bolsas até 2014, com destaque para 10.200 no próximo ano. Todas sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Na área de Educação Básica, serão aplicados R\$ 6,7 bilhões. Quanto às Transferências para Educação Básica, serão alocados R\$ 13,5 bilhões. Nessas duas áreas, estão previstos recursos para, entre outros, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com R\$ 1,9 bilhão, e o transporte escolar, com R\$ 1,2 bilhão, dos quais, R\$ 644 milhões para a manutenção da frota existente por meio do Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e R\$ 514 milhões para a compra de novos veículos por meio do Pnate - Caminho da Escola. Todos caracterizam apoio do Governo Federal às escolas estaduais e municipais.

Na área de Alimentação e Nutrição, o destaque é o apoio à alimentação escolar na educação básica. O Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da alimentação escolar, isso é feito de várias maneiras, inclusive mediante o aumento regular do valor por pessoa. Em 2012 a previsão de recursos é de R\$ 3,4 bilhões.

Na área da Ensino Profissional, em particular a educação profissional e tecnológica, há uma previsão de R\$ 4,8 bilhões em recursos, com destaque para o desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Além disso, foram destinados R\$ 195 milhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial dos hospitais de ensino, R\$ 2,1 bilhões para a Educação Infantil e R\$ 1,1 bilhão à Educação de Jovens e Adultos.

Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais do gráfico, tais como: disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação, recursos para o fomento à pós-graduação, bem como recursos para atenção básica ou até para cooperação internacional, entre outros.



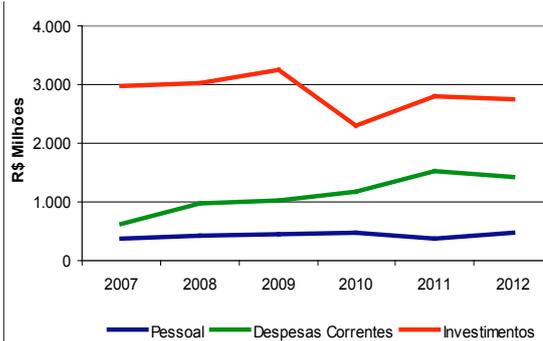
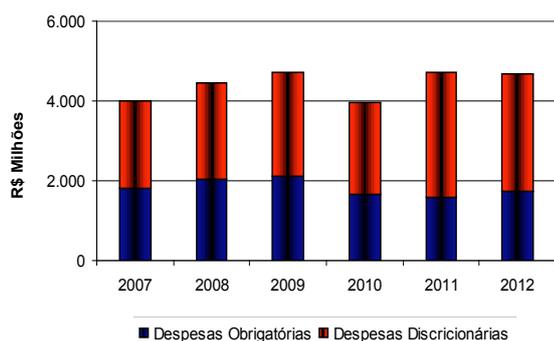
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Os recursos do programa virão do MEC, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Sistema "S" e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

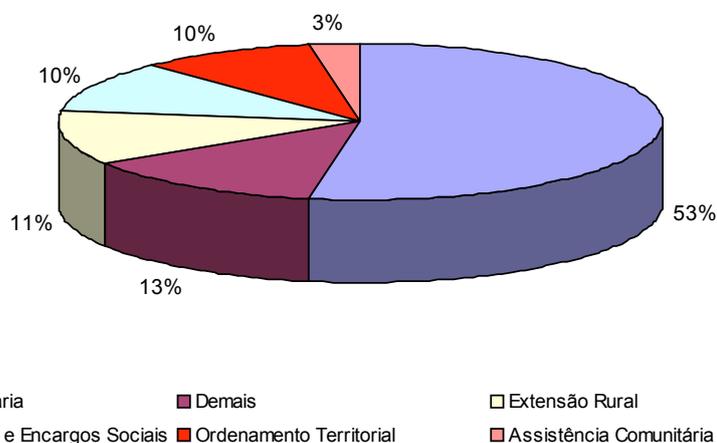


A Organização Agrária no Brasil tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário como principal órgão responsável por sua implementação, englobando os seguintes assuntos: gerenciamento fundiário, destinação das terras públicas, reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Os temas são inter-relacionados, já que o sucesso da operacionalização das políticas sociais no campo depende do bom funcionamento de cada um deles e de todos conjuntamente.

Esse Ministério também exerce, em caráter extraordinário, em virtude da *Lei nº 11.952, de 2009*, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal (área que engloba nove Estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica e que, por con-



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



sequência, possuem em seus territórios trechos da floresta amazônica).

Sendo a Reforma Agrária o principal desafio na execução da política nacional fundiária e do desenvolvimento agrário, é de se esperar que lhe seja destinada a maior parte dos recursos. Assim, dos R\$ 4,6 bilhões disponibilizados para Organização Agrária, R\$ 2,4 bilhões serão para Reforma Agrária. Esses recursos viabilizarão, entre outras ações, a obtenção de imóveis rurais para reforma agrária; a implantação, recuperação de infraestrutura básica e o manejo de recursos naturais nos assentamentos; o crédito-instalação para a construção das casas dos assentados, bem como o financiamento para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos.

A agricultura familiar contribui de maneira significativa para o desenvolvimento rural sustentável, na medida em que atua como importante agente no aumento da oferta de alimentos, geração de renda e organização econômica dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais. Dessa forma, para área de Extensão Rural, foram alocados recursos da ordem de R\$ 514,3 milhões, que serão destinados para ações de apoio a agricultores familiares através, entre outros instrumentos, de assistência técnica diferenciada para jovens, mulheres e pessoas de comunidades tradicionais, bem como ações de apoio e incentivo para os empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, tendo como prioridade o aumento da produção e renda do agricultor em 2012.

Outro ponto de destaque é o Ordenamento e Desenvolvimento Territorial, que contará com recursos da ordem de R\$ 442 milhões. É dentro dele que está prevista a continuidade da ação para a aquisição de máquinas e equipamentos, para a recuperação de estradas vicinais de acesso a Municípios com até 50 mil habitantes, no valor de R\$ 200 milhões, constante do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). Ainda no contexto desse Ordenamento, constam ações para o desenvolvimento de territórios rurais, como o apoio a projetos de infraestrutura e serviços, e ações para a regularização de estrutura fundiária, como, por exemplo, o georreferenciamento da malha fundiária nacional.

O Ministério prestará Assistência Comunitária no próximo ano e, para isso, contará com valores da ordem de R\$ 130 milhões. Através da contribuição ao Fundo Garantia-Safra (*Lei nº 10.420, de*

2002), garantirá condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão de secas ou excesso de chuvas, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Garantia-Safra terá maior número de cotas disponíveis de adesão, passando de 740 mil a 940 mil na safra 2011/2012. O valor da cobertura aumenta para R\$ 680 por agricultor. Além disso, por meio de incentivo financeiro às atividades produtivas, permitirá investimentos a agricultores em estado de extrema pobreza, impulsionando, assim, a sua capacidade de geração de renda.

Por fim, o item Demais engloba ações que também impactam de forma relevante a organização agrária do País. Entre elas, destacam-se a formação e capacitação de profissionais de nível médio e superior para a reforma agrária, manutenção do Sistema de Cadastro Rural e a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Para conseguir superar esses desafios e outros que fazem parte da sua competência, o Ministério e suas entidades vinculadas, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contarão, para o custeio de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, com recursos no valor de R\$ 481,3 milhões.



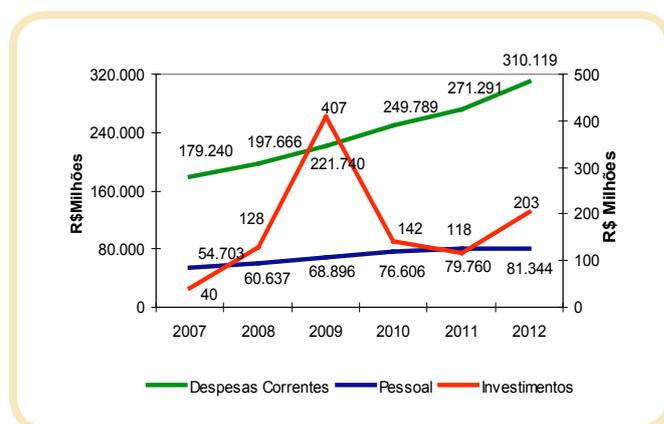
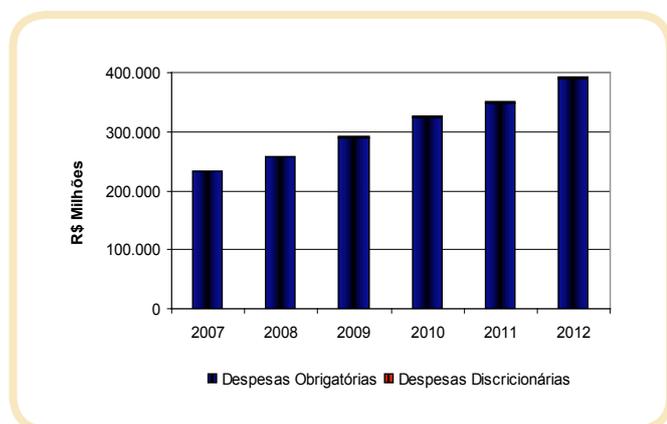
PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. Esse seguro garante a renda ao contribuinte em caso dos eventos de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade e reclusão.

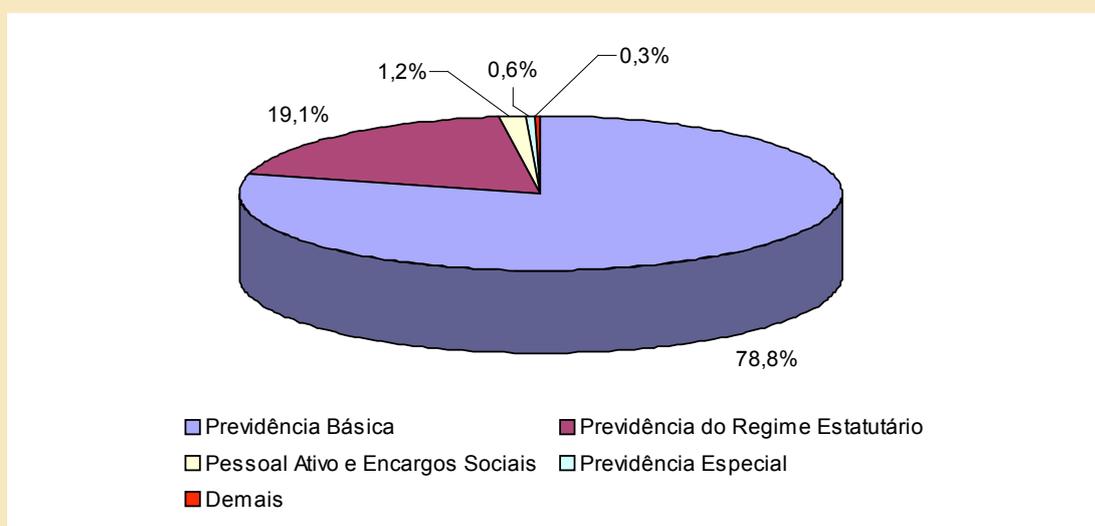
O Ministério da Previdência Social é o órgão responsável por essa política e, para isso, conta, entre outros, com as seguintes entidades vinculadas: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

A Constituição dividiu o sistema de previdência social de duas formas: uma obrigatória e outra facultativa. A previdência social obrigatória é formada pelos seguintes regimes:

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende ao setor privado e aos funcionários públicos celetistas, isto é, aqueles que possuem seus contratos regidos de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse sistema é gerenciado pelo INSS e os benefícios são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias; e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), também



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



conhecido como Previdência do Regime Estatutário, responsável pela seguridade social dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de 1.900 Municípios (os demais Municípios mantêm a vinculação de seus servidores públicos ao RGPS).

A outra forma de previdência social é a previdência facultativa. Ela tem a finalidade de proporcionar uma proteção previdenciária adicional ao trabalhador, possui administração privada e, por isso, não aparece no orçamento público. Por ter caráter complementar ao regime de previdência oficial, a previdência facultativa é também conhecida como Previdência Complementar (PC).

Para a área de Previdência Básica, foram alocados recursos da ordem de R\$ 308,6 bilhões. A quase totalidade desses recursos será destinada ao pagamento de benefícios previdenciários do RGPS, que contará com R\$ 306,3 bilhões, o restante será empregado em ações que impactam diretamente no serviço prestado pela Previdência Social à sociedade, em especial no que se refere à instalação de novas unidades de funcionamento do INSS, bem como nas reformas, adaptações e no funcionamento das já existentes, buscando dessa forma facilitar o acesso da sociedade ao sistema previdenciário com maior eficiência e conforto.

Já a Previdência do Regime Estatutário contará com um orçamento de R\$ 74,8 bilhões. Esses recursos serão destinados principalmente para o pagamento das aposentadorias e pensões dos militares das forças armadas e dos servidores civis.

Na Previdência Social, existe ainda a área de Previdência Especial. Essa área se refere, entre outros, ao pagamento de benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. O valor no PLOA 2012 destinado ao pagamento desses benefícios, além de reparação de violações e defesa dos direitos humanos, é de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

No item Demais, entre outras ações, encontram-se aquelas referentes ao funcionamento do Ministério da Previdência Social, do INSS e da Previc. Entre os itens de despesa para manter a estrutura de análise, concessão e o pagamento dos milhões de benefícios do RGPS, destacam-se: R\$ 595 milhões para processamento e tratamento dos dados de beneficiários do RGPS. Outras atividades importantes incluídas nesse tópico são a fiscalização das entidades de previdência complementar realizada pela Previc, os serviços de reabilitação profissional e a auditoria nos regimes próprios dos servidores públicos.

Por fim, para o adequado funcionamento de toda essa engrenagem, o Ministério da Previdência Social, inclusive os demais órgãos vinculados a ele, principalmente a rede de atendimento do INSS, contará com valores da ordem de R\$ 4,7 bilhões, para os gastos relativos ao pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, nos quais se enquadram, por exemplo, os gastos com o funcionamento do conselho de recursos da Previdência Social.

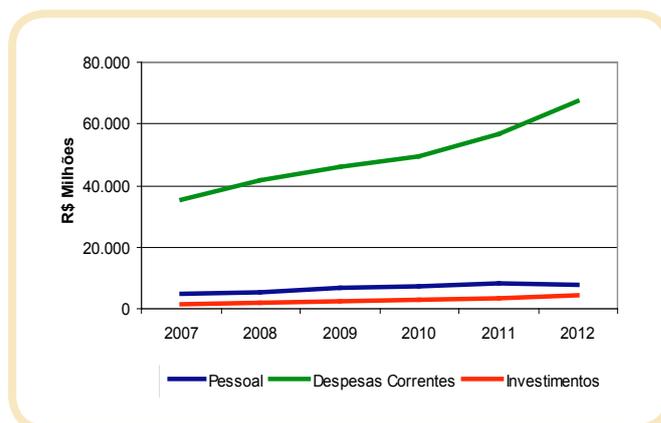
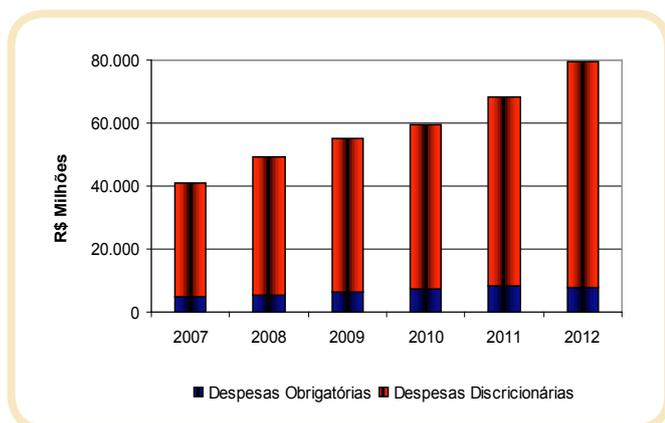


SAÚDE

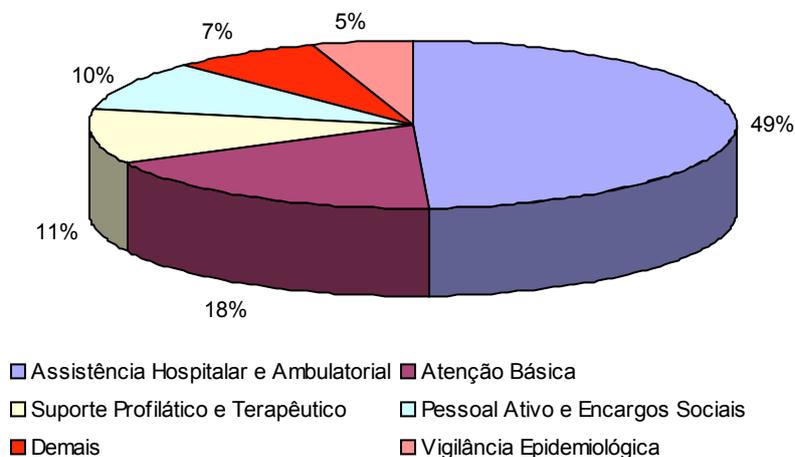
A área Saúde está prevista na Constituição, no *caput* do artigo 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A política pública de saúde no Brasil é efetivada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual compreende um conjunto organizado e articulado de ações e serviços, tendo como diretrizes a descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade. Esse Sistema aglutina instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal, além das instituições privadas contratadas ou conveniadas em caráter complementar.

Com a gradativa descentralização dos serviços de saúde ocorrida nas duas últimas décadas, aumentou-se a responsabilidade dos Municípios no atendimento às suas populações, bem como se ampliou a atuação da União como coordenador e financiador das políticas de saúde, prestando cooperação técnica e financeira a Estados e Municípios. Tal fato fica claramente demonstrado quando se observa o crescimento da participação das transferências para Estados e Municípios dentro do gasto na área de Saúde, que saltou de 51% em 2001 para 70% em 2010.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determina que os gastos com a Saúde na União devem receber incrementos anuais conforme a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, os recursos orçamentários destinados para a Saúde em 2012 deverão ser 11,33% (projeção do PIB 2011) superiores aos que foram alocados no orçamento de 2011.

Assim, o montante total de recursos previstos para a Saúde em 2012 é de R\$ 79,5 bilhões, que serão alocados da seguinte maneira: para Assistência Hospitalar e Ambulatorial, serão destinados R\$ 39,2 bilhões. Nessa área, 87% desses recursos, ou seja, R\$ 34,1 bilhões, vão para o Atendimento Ambulatorial e Hospitalar, no qual se destacam os procedimentos de média e alta complexidade (recursos em grande parte repassados para Estados e Municípios) e o programa Rede Cegonha, que possui como objetivos o novo modelo de atenção ao parto, nascimento e saúde da criança, uma rede de atenção que garanta acesso, acolhimento e seja capaz de dar uma solução aos problemas dos usuários de forma adequada, no local mais próximo de sua residência ou encaminhando-os aonde suas necessidades possam ser atendidas, conforme o nível de complexidade, e a redução da mortalidade materna e neonatal.

Vale ressaltar que nessa área ainda estão incluídos os gastos com o Serviço Móvel de Urgência (Samu 192), que contará com recursos da ordem de R\$ 909 milhões, além da implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e as ações de atenção especializada em saúde mental, das quais faz parte o enfrentamento ao *crack*.

Na área de Atenção Básica, serão investidos R\$ 14,2 bilhões. Um volume expressivo desses recursos será aplicado no Piso de Atenção Básica, a fim de garantir aos Municípios um valor por pessoa,

por volta de R\$ 23. Outra ação nessa área que merece destaque é a assistência odontológica. Através do programa “Brasil Sorridente”, o governo pretende aperfeiçoar a prestação de saúde bucal à população que ainda não possui acesso ao atendimento odontológico. Para tanto, estão previstos recursos da ordem de R\$ 230 milhões.

Quanto ao Suporte Profilático e Terapêutico, serão aplicados R\$ 8,4 bilhões. Nessa área destaca-se a Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, que tem previsão de recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões para a aquisição e distribuição de medicamentos. No rol dos medicamentos estratégicos, encontram-se os destinados às doenças sexualmente transmissíveis (DST) distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids a mais de 190 mil pacientes. Há ainda a distribuição de medicamentos para outras doenças transmissíveis, como tuberculose, malária, hanseníase, entre outras.

Outro Programa desenvolvido nessa área é o Aqui Tem Farmácia Popular, que atualmente beneficia cerca de 1,3 milhão de brasileiros por mês. Desses, aproximadamente 660 mil são hipertensos e 300 mil, diabéticos. O programa é desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente ao firmarem convênio com o Ministério da Saúde. Para esse programa, está previsto R\$ 1,2 bilhão.

O Programa Saúde Não Tem Preço, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão e diabetes nas farmácias credenciadas da rede Aqui Tem Farmácia Popular.

Para a área de vigilância Epidemiológica, serão disponibilizados R\$ 4 bilhões. Desse montante, quase a metade, R\$ 1,73 bilhão, será destinada aos Estados, Distrito Federal e Municípios como incentivo financeiro para o desenvolvimento de ações para a vigilância em saúde. Outra grande parte, R\$ 1,7 bilhão, será para a aquisição e distribuição de vacinas para prevenção e controle de doenças.

No item Demais, encontram-se ações que também possuem forte impacto na saúde da popula-

ção. Entre elas se destacam aquelas referentes ao Saneamento Básico, que contará com recursos da ordem de R\$ 846,5 milhões, destinados principalmente para implantação de melhorias sanitárias domiciliares e em sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para enfrentar esses e os demais grandes desafios inerentes à área da saúde pública, foram destinados recursos da ordem de R\$ 7,8 bilhões para o pagamento de Pessoal Ativo e demais Encargos Sociais.

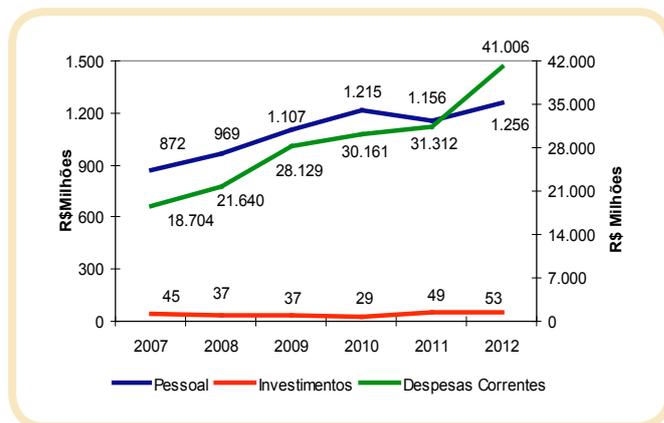
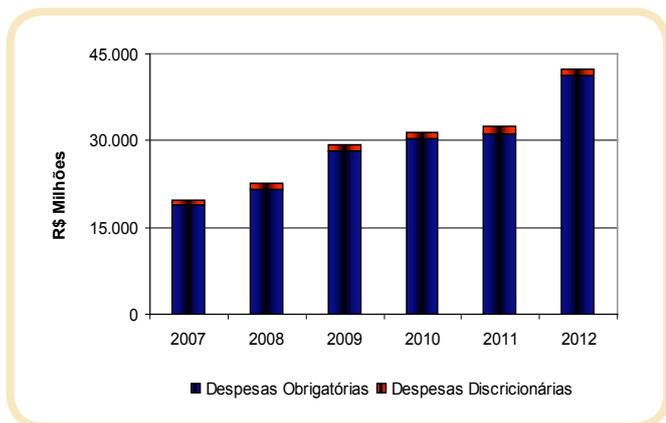
TRABALHO



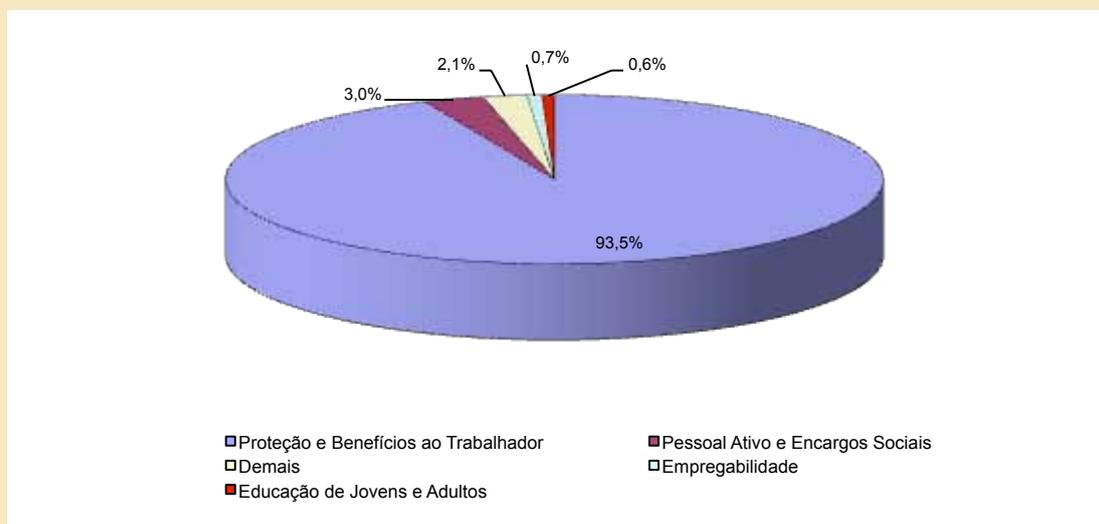
O Ministério do Trabalho e Emprego é o encarregado da elaboração e implementação de políticas e diretrizes relacionadas à geração de emprego e renda e ao mercado de trabalho. Entre as suas competências, destacam-se, além da questão da geração de emprego e renda, citada, a fiscalização das relações de trabalho, a formação e o desenvolvimento profissional e a segurança e saúde no trabalho.

As ações de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o patrocínio de cursos de requalificação ao trabalhador em situação temporária e involuntária de desemprego, são totalmente custeadas pelo Estado, embora, na maioria das vezes, sua realização seja feita em parcerias com entidades sindicais, governos estaduais e municipais e

organizações não governamentais, que se encarregam de sua execução. As principais fontes de recursos do Ministério são oriundas de receitas financeiras e do produto da arrecadação da contribuição para



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



o Programa de Integração Social (PIS/Pasep), o qual se trata de uma contribuição devida pelas empresas e demais pessoas jurídicas, com o objetivo de pagar tanto o seguro-desemprego quanto o abono salarial, neste último caso, para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Adicionalmente, mencionamos a política pela qual o Ministério promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

Dos R\$ 42,3 bilhões que serão destinados a Trabalho, R\$ 39,6 bilhões foram direcionados para a área de Proteção e Benefícios ao Trabalhador. As prioridades dessa área são os pagamentos do abono salarial e do seguro-desemprego.

No que diz respeito ao pagamento do abono salarial, com a totalidade de recursos de R\$ 13,2 bilhões, são beneficiados anualmente, no valor de um salário mínimo, todos os trabalhadores cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos e com pelo menos 30 dias de trabalho.

Vale destacarmos uma outra forma de proteção ao trabalhador, que consiste no pagamento do seguro-desemprego e terá para 2012 R\$ 26,4 bilhões. É um importante benefício de manutenção de renda, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva ou pela interrupção da atividade de seu empregador, bem como ao pescador artesanal nas épocas em que está proibido de pes-

car, o chamado período de defeso.

No tocante à empregabilidade, merecem destaque os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) e os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs). Os PlanTeQs são focados em atender à necessidade de qualificação, levando em conta aspectos de territorialidade, por ter maior participação municipal e a consideração de grupos prioritários de acordo com a realidade local. Por sua vez, os PlanSeQs buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setoriais de qualificação. O orçamento para o PlanSeQ é de R\$ 60 milhões e para o PlanTeQ é de R\$ 55 milhões.

Merece destaque ainda a qualificação dos jovens por meio do ProJovem Trabalhador. Esse Programa tem como público-alvo jovens entre 18 e 29 anos, com o ensino fundamental concluído, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal por pessoa de até um salário mínimo. Os participantes recebem um auxílio financeiro de R\$ 600 (em seis parcelas de R\$ 100), mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação. Dessa forma, tem como objetivo promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio de qualificação socioprofissional com vistas à inserção na atividade produtiva.

Será utilizado R\$ 1,3 bilhão para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (R\$ 1,2 bilhão) e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (R\$ 42,5 milhões), necessários para a concretização da política trabalhista.

Há, ainda, áreas importantes que estão agrupadas no item Demais, como a destinação de recursos para fomento ao trabalho e a formação de recursos humanos.

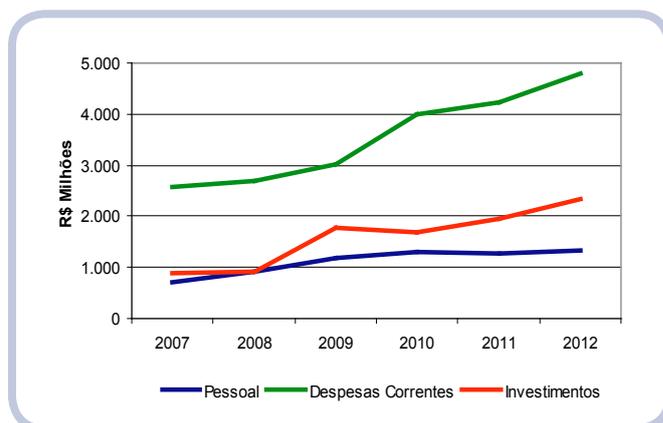
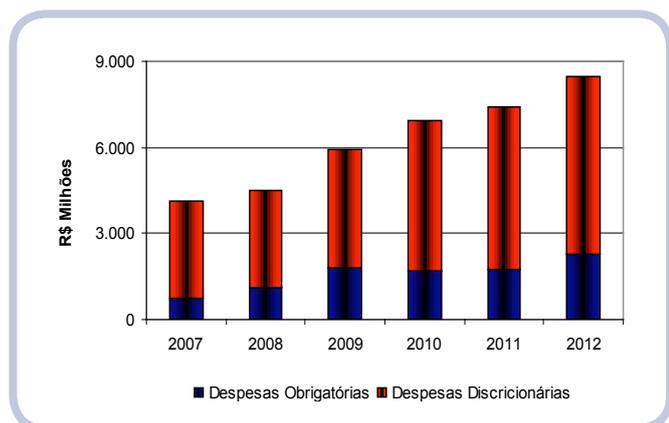


CIÊNCIA E TECNOLOGIA

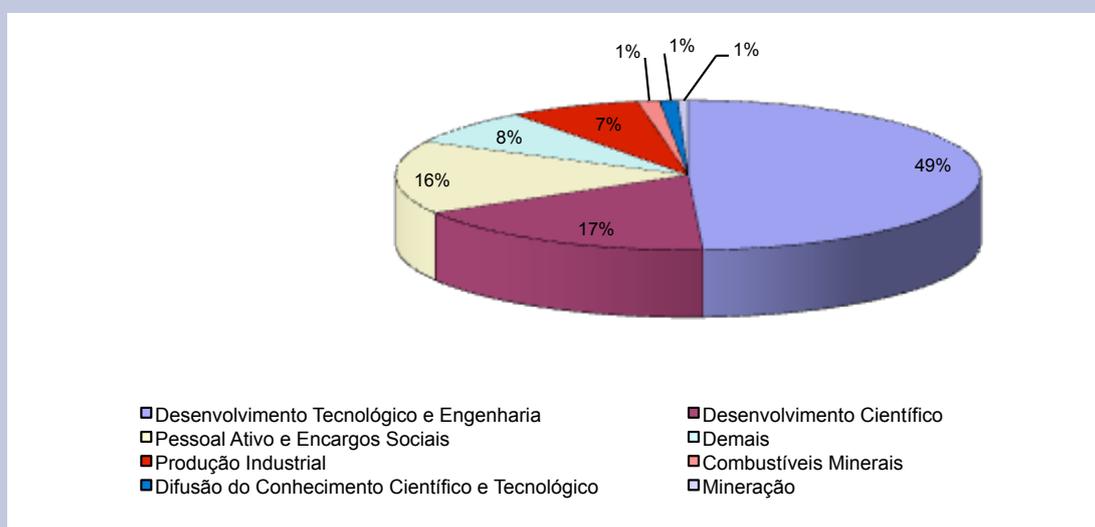


O principal órgão que atua nessa área é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que coordena e supervisiona as políticas nacionais espacial e nuclear; de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; de desenvolvimento de informática e automação; de biossegurança; e de controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

Duas importantes agências de fomento à pesquisa são vinculadas a esse Ministério: a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Compõem ainda o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no País: a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); a Agência Espacial Brasileira (AEB); dezenove unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e quatro empresas estatais: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS); e Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A área conta também com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerenciado pela Finep, em que se destacam os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, ou seja, os instrumentos que financiam projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em geral, os recursos são aplicados em projetos selecionados por meio de editais públicos, nas seguintes áreas: infraestrutura de pesquisa; petróleo; energia; recursos hídricos; recursos minerais; informática e automação; aeronáutica; tecnologia espacial; de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS); agronegócios; biotecnologia; região amazônica; e transportes.

Do montante de R\$ 8,5 bilhões, serão R\$ 4,2 bilhões para a área Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, com a maioria dos recursos em Fundos Setoriais, para os quais serão destinados R\$ 2,6 bilhões. Já para o financiamento de estudos e projetos haverá destinação de R\$ 933 milhões.

Para a área Desenvolvimento Científico, estão previstos recursos no montante de R\$ 1,5 bilhão, com destaque para o programa de concessão de bolsas de estudos e de pesquisas a cargo do CNPq, cujo valor para 2012 será de R\$ 1,1 bilhão para atender a mais de 75 mil bolsistas.

No tocante às bolsas, merece especial destaque a ação Ciência sem Fronteiras, consistente na concessão de bolsas de atração, fixação e intercâmbio de recursos humanos qualificados, em diversas modalidades. Para 2012, serão 6.140 novas bolsas no âmbito do CNPq e outras 10.200 no âmbito da Capes. Os estudantes e pesquisadores contam com alternativas de mobilidade internacional, a partir de forte atuação na celebração de acordos e convênios de colaboração com agências e centros de excelência internacional.

Ressaltamos a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, com orçamento de R\$ 16,5 milhões, e do Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, com R\$ 10,5 milhões. O Sistema ajudará a prevenir tragédias, principalmente em decorrência das chuvas.

Outra atuação importante do Ministério está na área de produção industrial, que envolve setores estratégicos, com foco na alavancagem tecnológica. Na área nuclear, estão presentes as estatais INB e Nuclep. Quanto à Cnen, é interessante mencionar a produção de substâncias radioativas para a área médica. O Brasil também fabrica combustível para suas usinas nucleares.

Cabe destaque aos R\$ 325 milhões para a área espacial, em particular, a implantação do complexo espacial e do centro de lançamento de satélites de Alcântara.

A área Demais contempla, adicionalmente, ações voltadas ao fomento, à elaboração e à implementação de projetos de inclusão digital, à promoção de investimentos em infraestrutura econômica para o desenvolvimento sustentável e ao apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos, museus e centros de ciência e tecnologia, entre outros.



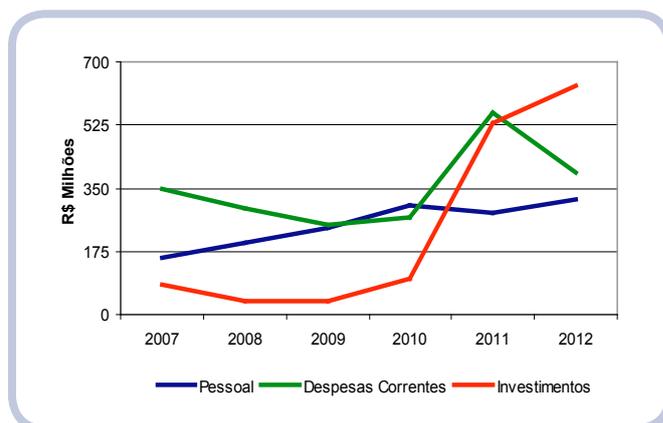
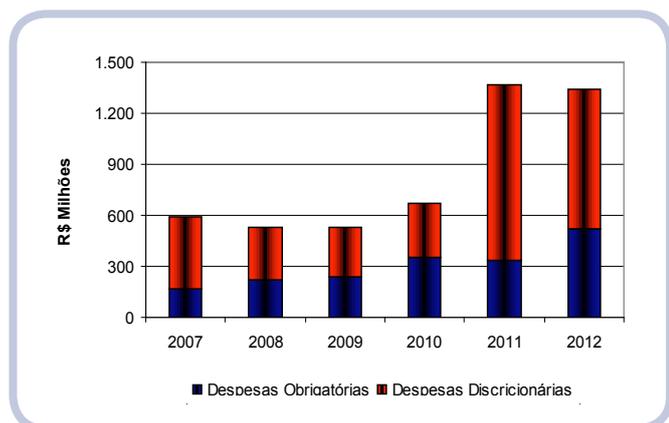
COMUNICAÇÕES



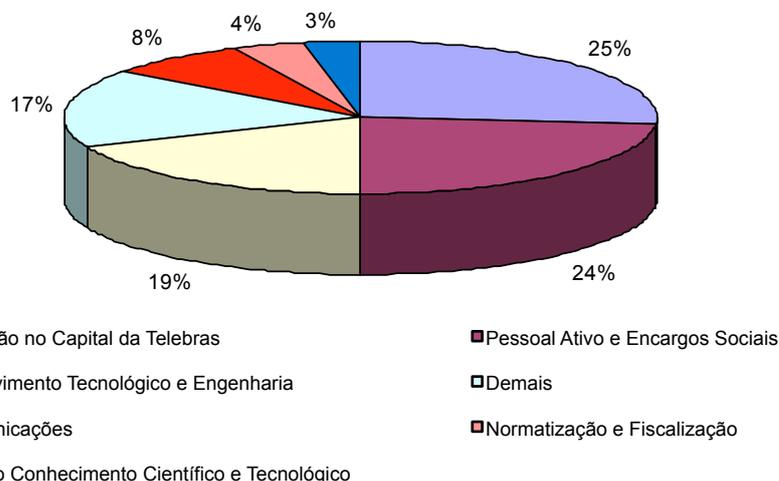
O Ministério das Comunicações tem as competências relacionadas à política nacional de telecomunicações e de radiodifusão, regulamentação, outorga e fiscalização de serviços de telecomunicações e de radiodifusão, ao controle e à administração do uso do espectro de radiofrequência e serviços postais.

Para execução dessas políticas, o Ministério conta com um importante órgão regulador: a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à qual compete implementar a Política Nacional de Telecomunicações, propor o Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Metas para universalização dos serviços de telecomunicações e atuar na defesa e proteção dos usuários desses serviços, entre outros.

Além da Anatel, o órgão conta com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que tem como objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

O Ministério das Comunicações elabora suas políticas segundo quatro áreas: Telecomunicações, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico e Normatização e Fiscalização.

Do montante de R\$ 1,3 bilhão para Comunicações, R\$ 353,3 milhões serão para que a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) possa dar continuidade à implantação da infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga, com a aquisição do satélite de comunicação e duas estações em terra e com o aperfeiçoamento e a ampliação da transmissão óptica de dados, mediante aquisição de cabos oceânicos para interconexão internacional.

Serão alocados R\$ 104,8 milhões para a área de Telecomunicações. Grande parte desse valor será para a inclusão digital, R\$ 99 milhões, destaque para o Projeto Cidades Digitais (R\$ 40 milhões), com vistas à disponibilização de infraestrutura necessária para acesso à *internet* em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e para a ampliação e manutenção da conexão à *internet* de banda larga (R\$ 59 milhões).

Outro importante instrumento de inclusão digital é o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem o objetivo de massificar o acesso à *internet* em banda larga até 2014. O PNBL viabilizará o início

de um novo e virtuoso ciclo de desenvolvimento, na medida em que a difusão do acesso em banda larga contribui para garantir o desenvolvimento econômico e social do País.

Em relação à área de Normatização e Fiscalização, serão destinados R\$ 52,5 milhões para a fiscalização dos serviços de telecomunicações, acompanhamento da qualidade dos serviços prestados aos usuários; e regulamentação dos serviços de telecomunicações, em favor da Anatel, responsável pela prestação desses serviços.

Para a área de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, serão R\$ 249,6 milhões com destaque para os R\$ 200 milhões que serão aplicados no financiamento a projetos de desenvolvimento de tecnologias nas telecomunicações. Os programas dessa área têm por objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, visando ampliar a competitividade da indústria brasileira.

Para a área de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, serão gastos R\$ 40 milhões para apoiar projetos de inclusão digital voltados para grupos sociais específicos, como jovens e mulheres, e em localidades remotas ou excluídas.

Destacam-se ainda outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais do gráfico, tais como, relações com os usuários de serviços de telecomunicações, modernização da estrutura de informática do Ministério das Comunicações e publicidade de utilidade pública.

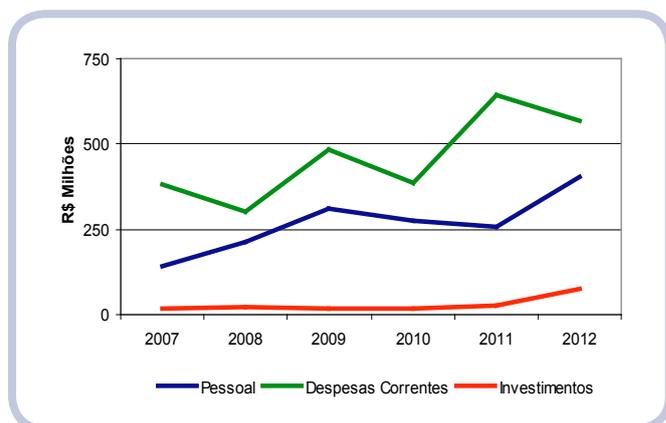
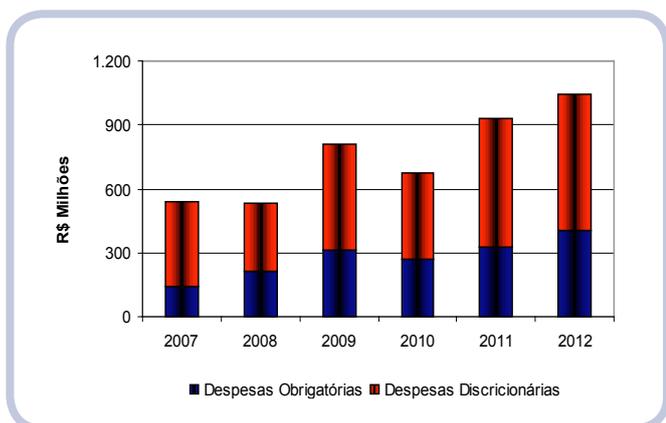


ENERGIA

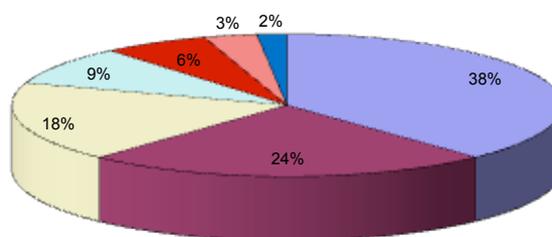


O principal órgão responsável por executar a política pública de Energia é o Ministério de Minas e Energia, que tem como área de competência assuntos relativos à energia elétrica, ao petróleo, a gás natural, biocombustíveis e fontes alternativas de energia, entre outros.

Basicamente, as ações do Ministério, no setor de Energia, concentram-se na fiscalização dos serviços e atividades correlatos e outorga de concessões, realizadas pelas Agências Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), e na elaboração de estudos e políticas voltados às suas áreas de atuação, ficando as obras, em especial as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a cargo das empresas estatais vinculadas.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Pessoal Ativo e Encargos Sociais
- Combustíveis Minerais
- Demais
- Normatização e Fiscalização
- Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
- Energia Elétrica
- Administração de Concessões

A abordagem nessa área detém-se apenas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, portanto, não estão incluídos os investimentos das empresas estatais não dependentes, como a Petrobras e a Eletrobras, que têm suas ações e dotações relacionadas no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.

O Ministério é responsável, ainda, pela concepção, articulação e coordenação do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2008-2017). O PDE busca referências para implementação de novas instalações na infraestrutura de oferta de energia, necessárias para se atender ao crescimento da demanda, de forma ambientalmente sustentável, minimizando os custos, inclusive socioambientais e de operação, e atendendo às diretrizes relativas à segurança energética e à modicidade tarifária.

Do total de R\$ 1,1 bilhão alocado para 2012 no setor de Energia, R\$ 253,9 milhões foram destinados à área de Combustíveis Minerais, englobando recursos para o desenvolvimento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural (R\$ 238,9 milhões) e à gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares (R\$ 14 milhões). O conjunto dessas ações permitirá a geração de dados e subsídios técnicos para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios.

Na área de Normatização e Fiscalização, serão alocados R\$ 93,6 milhões, cujas principais ações são as de fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis e fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo exercidas pela ANP e de serviços de energia elétrica exercida pela Aneel.

Para a área de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, serão destinados R\$ 66,4 milhões em 2012, sendo R\$ 65,7 milhões para o Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Meta), que tem por finalidade

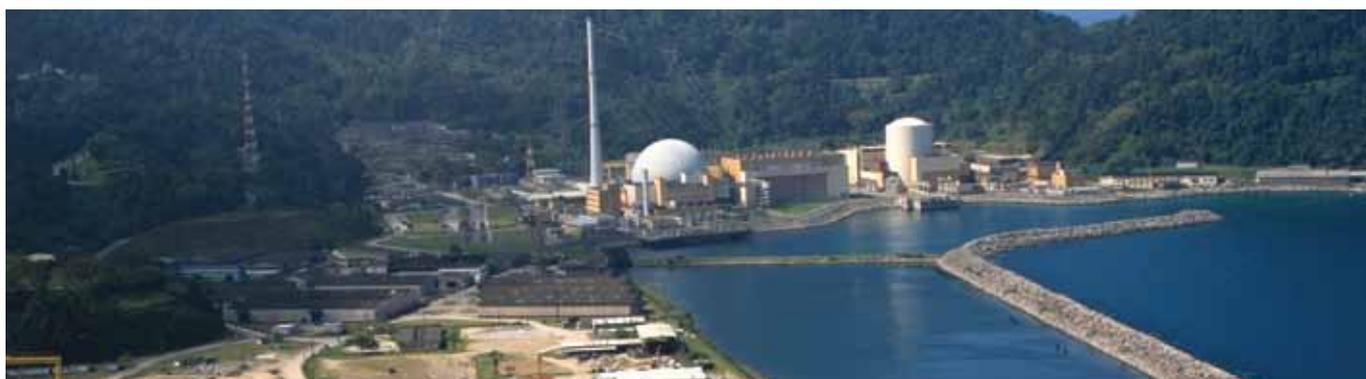
ampliar e consolidar os avanços destes setores, inclusive com a elaboração de estudos para a implementação da tecnologia de Ultra Alta Tensão no País, permitindo, dessa forma, otimizar o aproveitamento do potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica.

Em se tratando de Energia Elétrica, em 2012, serão destinados R\$ 33 milhões. Os destaques dessa área são a elaboração de estudos de inventário e viabilidade, visando à expansão da geração hidrelétrica (R\$ 13,3 milhões) e o funcionamento da Ouvidoria da Aneel (R\$ 10,1 milhões). A Ouvidoria é responsável não só por disponibilizar informações, esclarecimentos e orientações aos consumidores, mas também por registrar as reclamações destes quanto à prestação dos serviços de energia elétrica pelas concessionárias, permitindo assim maior transparência nas ações da Agência, destinadas à melhoria da qualidade dos serviços de energia elétrica.

Destaca-se ainda a área de Administração de Concessões, com R\$ 18,6 milhões, cuja principal ação é a de Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural (R\$ 15 milhões), que visa assegurar o fiel cumprimento dos contratos.

Para o pagamento do Pessoal Ativo e de Encargos Sociais, serão R\$ 403,5 milhões, sendo R\$ 135,5 milhões na ANP, R\$ 121 milhões para Aneel, R\$ 94,5 milhões para a Administração Central do Ministério e R\$ 52,6 milhões para Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

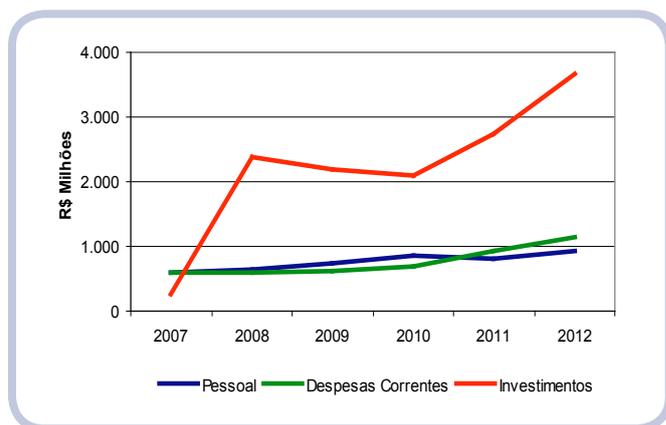
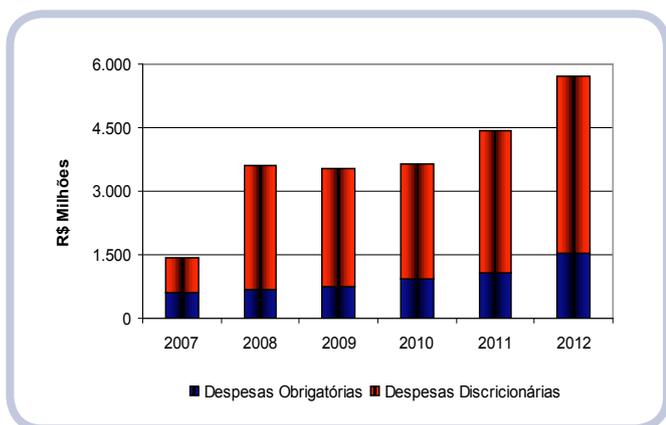
No item Demais, estão concentradas as ações de manutenção dos órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia.



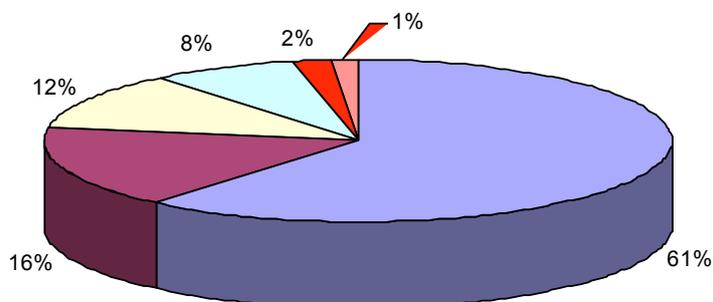
GESTÃO AMBIENTAL



A Gestão Ambiental está prevista no *caput* do artigo 225 da nossa Constituição: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Nessa mesma linha, o artigo 170 determina que a proteção do meio ambiente deve ser considerada nas atividades econômicas, na medida em que impõe tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e dos serviços a serem prestados.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Recursos Hídricos
- Pessoal Ativo e Encargos Sociais
- Preservação e Conservação Ambiental
- Demais
- Controle Ambiental
- Normatização e Fiscalização

Para dar cumprimento à determinação constitucional de proteção ao meio ambiente, temos, como principal órgão, o Ministério do Meio Ambiente, auxiliado pelas seguintes entidades a ele vinculadas: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); e a Agência Nacional de Águas (ANA).

O Ministério tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas. Nesse sentido, como mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente, foram definidos, entre outros instrumentos, o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o zoneamento ambiental, a criação de áreas de proteção ambiental e a concessão florestal.

Adicionalmente, por conta de obras importantes que objetivam criar condições reais de desenvolvimento sustentável e autônomo na Região Nordeste, principalmente em seu semiárido, o Ministério da Integração Nacional atua transversalmente na área de Recursos Hídricos, por meio do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF) e da execução de obras relativas à infraestrutura hídrica, com vistas a aumentar a oferta e o acesso à água para consumo e produção, bem como recuperar reservatórios estratégicos para a integração do rio São Francisco.

No total, a área de Recursos Hídricos receberá o aporte de R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão destinam-se à integração de bacias hidrográficas com o rio São Francisco. Destacam-se as obras de integração com as Bacias do Nordeste Setentrional, o chamado Eixo Leste, e de integração com as Bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi, Eixo Norte, além da implantação da Adutora do Agreste e da construção do Canal Vertente Litorânea. Serão realizadas, ainda, obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios das Bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, visando à sua revitalização.

Para incremento da oferta de água para consumo e produção, serão alocados R\$ 932 milhões em projetos do Plano Brasil sem Miséria,

que viabilizarão a construção de cisternas e de pequenas infraestruturas e a aquisição de equipamentos para armazenamento de água, e R\$ 493,8 milhões para continuidade da implantação de diversos sistemas de abastecimento de água, envolvendo adutoras, barragens e açudes.

A área de Preservação e Conservação Ambiental, por sua vez, contará com R\$ 676,6 milhões, sendo R\$ 395,6 milhões destinados para a Política Nacional sobre Mudança do Clima, com a finalidade apoiar ou financiar empreendimentos com vistas à diminuição e/ou adaptações aos efeitos da mudança do clima. Entre as demais ações que serão desenvolvidas nessa área, estão o apoio à criação e gestão de áreas protegidas; a regularização fundiária das unidades de conservação federais; e as ações de estímulo a projetos demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica e de conservação, uso e recuperação da biodiversidade.

Para a área de Controle Ambiental, serão R\$ 115,5 milhões, com destaque para as ações de prevenção, combate a incêndios e controle de queimadas florestais, as quais integram o Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, que contará com recursos na ordem de R\$ 63 milhões. Ademais, também serão desenvolvidas nessa área ações relativas ao aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental federal, à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao controle, monitoramento e à triagem, recuperação e destinação de animais silvestres.

As atividades de normatização e fiscalização de recursos ambientais, das quais fazem parte as fiscalizações relativas ao uso dos recursos hídricos, às atividades de desmatamento e às atividades do setor pesqueiro e da fauna silvestre, entre outras, contarão com recursos da ordem de R\$ 73,9 milhões.

No item Demais, estão classificadas outras ações de impacto direto na gestão ambiental, como a recuperação de áreas degradadas e o saneamento básico urbano e as ações voltadas para o funcionamento e a manutenção do Ministério do Meio Ambiente, de seus órgãos auxiliares e de suas entidades.

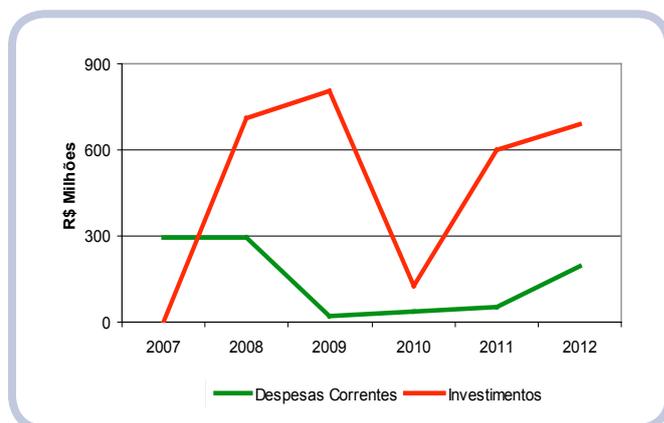
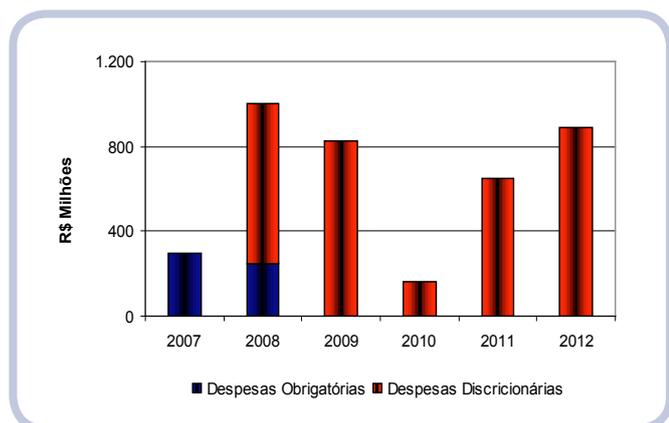
Por fim, para a execução dessas e das demais atividades inerentes à Gestão Ambiental, foram alocados R\$ 928,7 milhões para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do Ministério, Ibama, ICMbio e da ANA.

HABITAÇÃO

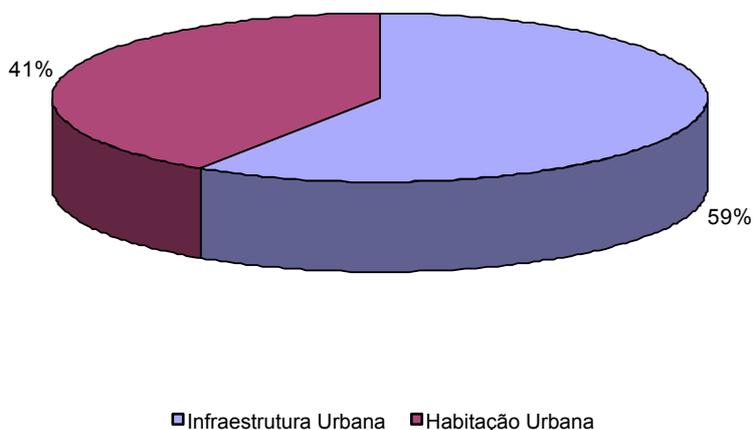


Em seu artigo 6º, a Constituição determina que a moradia é um direito social. Nesse âmbito, o Ministério das Cidades tem por atribuição desenvolver políticas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbanos, além de ações de infraestrutura e desenvolvimento urbano, entre outras. Em relação à execução da política de habitação, esse Ministério conta com a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH), cujos objetivos gerais são: a universalização do acesso à moradia; a promoção da urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; a democratização do acesso à terra

urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; e a ampliação da produtividade e da qualidade na produção habitacional.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A atuação do Governo Federal em Habitação conta com recursos, majoritariamente, oriundos das linhas de financiamento dos bancos oficiais de crédito, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que não integram o orçamento da União.

Além da SNH, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), pela *Lei nº 11.124, de 2005*, com o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda. Cabe destacar que seus recursos têm aplicação definida por Lei, como, por exemplo, a aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e o arrendamento de unidades habitacionais e a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais.

Dos R\$ 886,1 milhões para Habitação, R\$ 523,3 milhões estão alocados em ações de infraestrutura urbana, os quais visam apoiar a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários.

Já o setor de Habitação Urbana receberá R\$ 362,2 milhões para o apoio à elaboração de planos habitacionais de interesse social e provimento de habitações populares.

No que concerne à política habitacional, algumas inovações marcam o período que se

iniciou em 2007, como a inclusão da urbanização de favelas entre os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ampliação das ações do FNHIS e a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em 2009.

O FNHIS é composto por recursos do Orçamento Fiscal da União; do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social; de fontes como empréstimos, doações (inclusive de entidades de cooperação internacionais), entre outras. Esses recursos têm aplicação definida pela Lei, como, por exemplo, a aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social, o arrendamento de unidades habitacionais e a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, entre outras aplicações.

O PMCMV objetiva criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de moradias urbanas e rurais. Com o lançamento do PAC 2, a meta do Programa foi ampliada para 2 milhões de casas até 2014, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650.

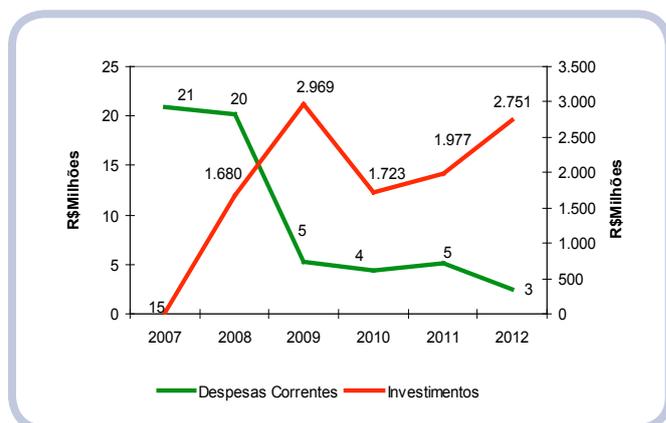
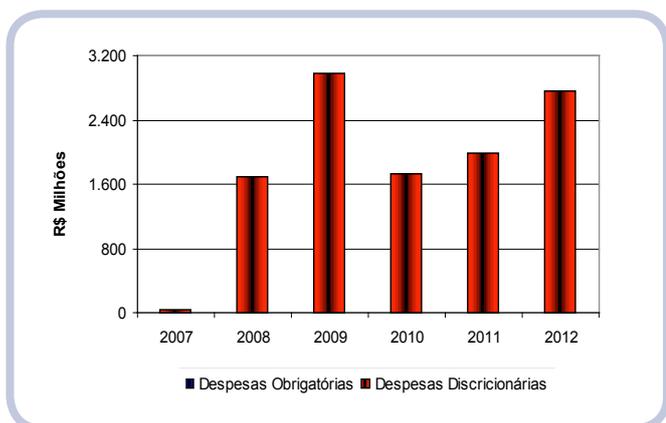


SANEAMENTO

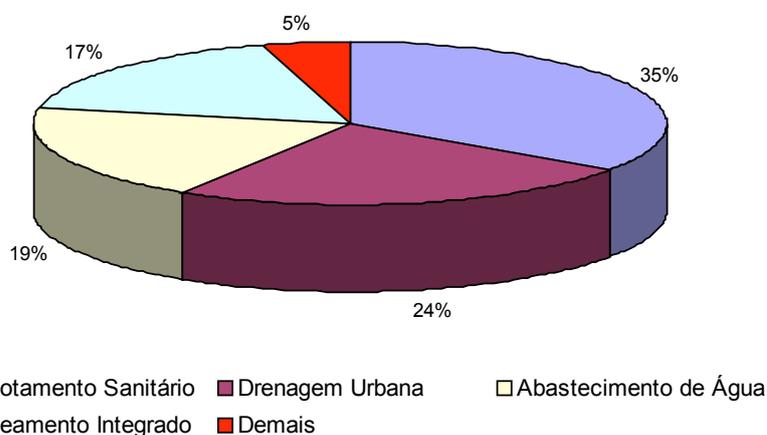


Em seu artigo 21, a Constituição determina que compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

A Lei nº 11.445, de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 2010, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Essa Lei considera saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Adicionalmente, o Governo Federal tem trabalhado na elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, que conterá as metas e diretrizes para os próximos 20 anos.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



O Ministério da Saúde também desenvolve ações de Saneamento que são executadas principalmente pela Funasa. Nesse Ministério, o orçamento previsto para essa área é de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 846,6 milhões para saneamento urbano e R\$ 168,4 milhões para saneamento rural.

Quanto aos resíduos sólidos, foi publicada a *Lei nº 12.305, de 2010*, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

O principal órgão responsável pela execução da política de Saneamento é o Ministério das Cidades, que tem por atribuição desenvolver políticas de saneamento, entre outras. No entanto, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão do Ministério da Saúde, também executa obras de saneamento. Essas são voltadas para a promoção da saúde e para a prevenção e o controle de doenças.

A execução dessas políticas, no âmbito do Ministério das Cidades, está a cargo da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), que tem como objetivo promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.

Serão destinados R\$ 2,7 bilhões, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, para apoiar empreendimentos de saneamento integrado, drenagem urbana, abastecimento de água e, ainda, sistemas de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos. Como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida.

Em 2012, R\$ 954,8 milhões serão direcionados para a aquisição de equipamentos, a implantação e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, contemplando a infraestrutura necessária para a construção de redes coletoras e coletor tronco,

estação elevatória, interceptores e emissários, entre outros.

As ações de Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas da Chuva receberão R\$ 668,7 milhões para promover a melhoria da drenagem urbana em áreas frequentemente atingidas por inundações, mediante a construção de reservatórios de amortecimento da água e da adequada manutenção de rios, por meio da dragagem de cursos d'água para redução do assoreamento, retificação e canalização.

Para a melhoria dos serviços de Abastecimento de Água, R\$ 547 milhões serão destinados ao combate do déficit hídrico urbano, mediante reforço da produção e redução de perdas no abastecimento de água com a ampliação da rede de distribuição e substituição de equipamentos obsoletos.

As ações de Saneamento Integrado, com recursos da ordem de R\$ 478,4 milhões, tem por finalidade apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios na implantação de ações que contemplem simultaneamente mais de uma modalidade de saneamento básico em uma mesma localidade urbana, necessárias à salubridade e habitabilidade da população.

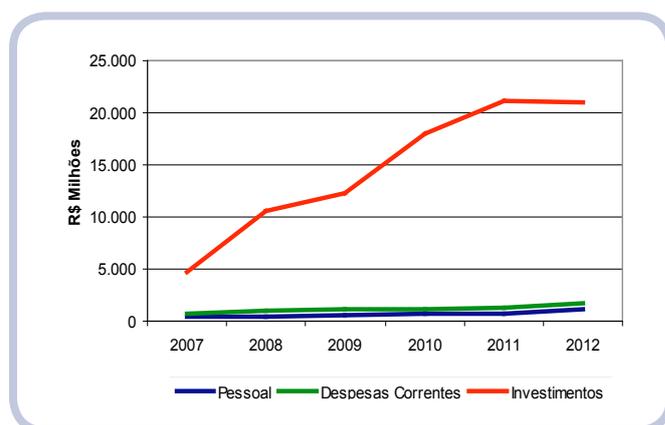
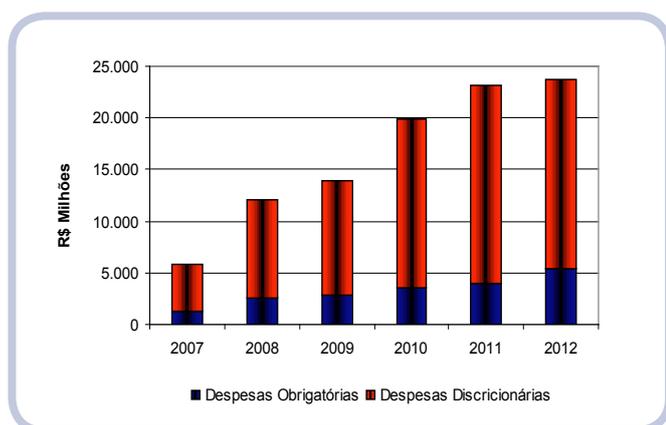
No item Demais, as principais ações em 2012 serão: R\$ 70,8 milhões para a elaboração de planos e projetos de saneamento básico regional e nacional e para a estruturação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - Sinisa; além de R\$ 21,4 milhões previstos para o Manejo de Resíduos Sólidos a serem aplicados na implantação da infraestrutura necessária para acabar com lixões, por meio da construção de aterros sanitários combinados com unidades de triagem, compostagem e digestão acelerada, e de infraestrutura complementar, para recuperação energética. São previstas, também, ações de educação ambiental, contemplando, inclusive, a inclusão social de catadores, e de elaboração de mecanismos indutores da autossustentação econômica, social e ambiental.

TRANSPORTE

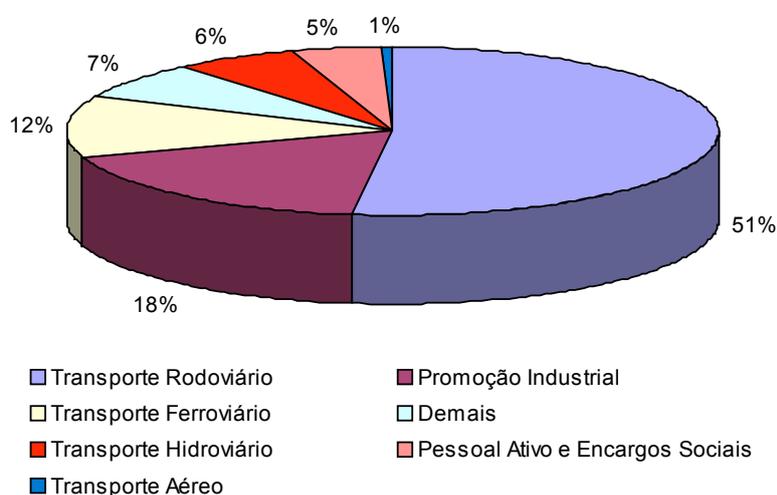
O Ministério dos Transportes é o principal órgão responsável pela execução da política pública de Transporte, além da atuação da Secretaria de Portos e de Aviação Civil, vinculadas à Presidência da República. Entre as áreas de competência do Ministério, encontram-se a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário e a participação na coordenação dos transportes aeroviários.

Para execução da política, o Ministério conta com órgãos especializados, como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ao qual compete a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e a ampliação, mediante a construção de novas vias e terminais, cuja atuação concentra-se nas vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais. A Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é responsável pela construção e exploração de infraestrutura ferroviária; a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade, criada recentemente pela *Lei nº 12.404, de 2011*, que tem por objeto planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte; e o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que atua na política de fomento à indústria de construção naval.

Além dos órgãos especializados, o Ministério conta com as agências reguladoras da área de transportes. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atua na fiscalização dos transportes



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A abordagem nessa área detém-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, portanto, não estão incluídos aqui os investimentos da empresa estatal não dependente Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), cujo investimento para 2012 será de R\$ 2 bilhões, valor que se encontra no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.

ferroviários e do rodoviário de passageiros, de cargas e das rodovias concedidas, propõe planos de outorgas para exploração da infraestrutura e edita normas e regulamentos. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) tem as mesmas atribuições da ANTT, porém voltadas para o transporte hidroviário.

Dos R\$ 23,7 bilhões alocados para o setor de Transportes, R\$ 12,3 bilhões serão destinados para o Transporte Rodoviário. Uma prioridade nessa área é a manutenção de trechos rodoviários, ou seja, ações definidas pelos Estados da Federação envolvendo serviços de recuperação, restauração, conservação e sinalização das rodovias federais, para as quais serão aplicados R\$ 5 bilhões.

Cabe destacarmos, também, o Programa de Pesagem nas Rodovias Federais, que tem como objetivo coibir o excesso de carga no transporte rodoviário para evitar o desgaste acelerado da pista e reduzir o número de acidentes que envolvem veículos de carga e de passageiros.

Serão destinados ainda R\$ 6,8 bilhões às obras de adequação e construção de trechos rodoviários e outras intervenções, em que se destacam a duplicação da BR-101 nas Regiões Nordeste e Sul, a construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo e os serviços nas BRs 060/GO, 163/MT/PA, 319/AM, 392/RS e 448/RS.

Quanto à Promoção Industrial, R\$ 4,3 bilhões referem-se às ações para fomento ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval, destinados à construção de navios e à implantação e modernização de estaleiros, a cargo do FMM.

No que se refere ao setor Ferroviário, serão alocados R\$ 2,8 bilhões para apoio à implementação do Trem de Alta Velocidade, ligando os Municípios do Rio de Janeiro, de São Paulo e Campinas, e expansão da malha ferroviária e eliminação de gargalos na malha existente por meio da construção de contornos ferroviários, adequações de ramais, construção de viadutos e segregação de linhas férreas, com vistas a reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, diminuindo congestionamentos e interrupções no fluxo de veículos.

Para o setor Hidroviário, será destinado R\$ 1,4 bilhão, merecendo destaque a construção de terminais fluviais na Região Norte, com recursos da ordem de R\$ 101,8 milhões, com vistas a melhorar o transporte de passageiros e de cargas das populações ribeirinhas; a adequação da infraestrutura portuária do Porto de Manaus, no valor de R\$ 36 milhões; e os investimentos destinados ao melhoramento das Hidrovias dos rios Paraná e Paraguai, São Francisco, Madeira, Amazonas, Tapajós e Tietê, no montante de R\$ 177,6 milhões, bem como R\$ 13,6 milhões para a modernização do Porto de Porto Velho, no Estado de Rondônia. No setor portuário, busca-se colocar os terminais portuários brasileiros no mesmo patamar de competitividade dos mais eficientes do mundo. Em 2012 merecem destaque as obras do Programa Nacional de Dragagem - PND e aquelas voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, mediante investimentos na modernização de portos localizados em seis cidades litorâneas (Natal, Fortaleza, Santos, Salvador, Rio de Janeiro e Recife), para receberem navios de passageiros como hotéis flutuantes durante os eventos.

Em se tratando de Transporte Aéreo, serão destinados R\$ 131,1 milhões. Nessa área merece destaque o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), que visa aeroportos e aeródromos de interesse estadual e conta com R\$ 128 milhões. O setor conta também com investimentos no Sistema de Informações para Gestão da Aviação Civil. A Secretaria de Aviação Civil (SAC) foi criada por meio da *Lei nº 12.462, de 2011*, com a finalidade de modernizar os aeroportos brasileiros e prepará-los para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

Outras áreas relevantes, agrupadas no item Demais, compreendem os estudos e projetos de infraestrutura de transportes e de impacto ambiental, assim como gastos relacionados à gestão da política dos transportes e ao funcionamento administrativo do órgão, além de recursos para a regulação e fiscalização realizadas pelas Agências Reguladoras (ANTT e Antaq).

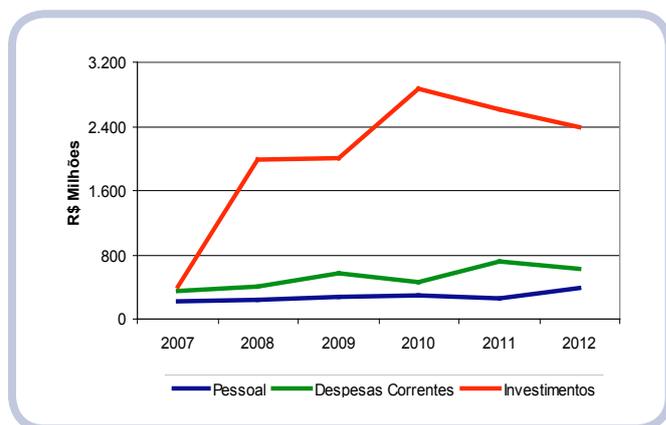
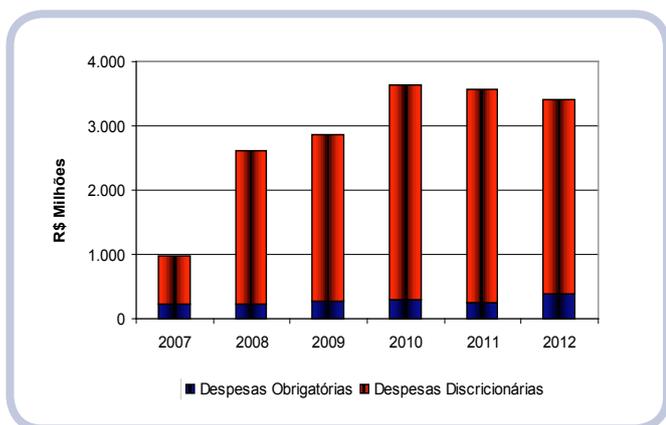
URBANISMO



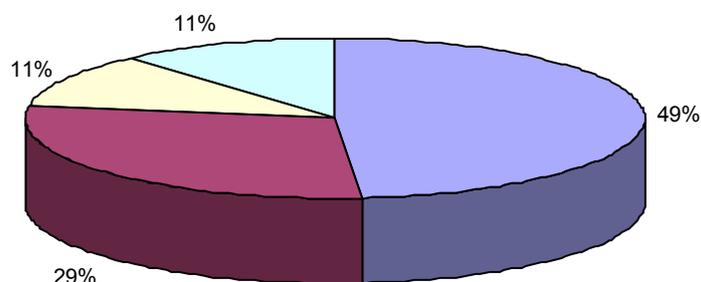
O principal órgão responsável pela execução da política de Urbanismo no País é o Ministério das Cidades, a qual está direcionada para questões de regularização fundiária, reabilitação de áreas centrais e mobilidade urbana.

Em sua estrutura estão quatro Secretarias: duas específicas para a execução dessa política - a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob), que tem por finalidade formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, e a Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), que tem como missão estimular, articular e apoiar uma rede de parceiros, por meio de processos participativos e democráticos; e outras duas específicas para a execução de outras políticas; a de

habitação e a de saneamento, respectivamente: a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), que tem por objetivo acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Infra-Estrutura Urbana
- Transportes Coletivos Urbanos
- Pessoal Ativo e Encargos Sociais
- Demais

da Política Nacional de Habitação e a seleção e contratação dos projetos e obras habitacionais, no intuito de promover a universalização do acesso à moradia; e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), que tem como missão a universalização do abastecimento de água potável, do esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), da gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final) e do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.

Além das Secretarias, o Ministério ainda conta com duas empresas e um fundo para tratar desse tema: a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) e o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), para o desenvolvimento de ações no setor de Urbanismo.

A CBTU foi criada para coordenar a implantação e operação dos trens urbanos e metrô de superfície nas grandes cidades brasileiras. Atualmente, é responsável pelo transporte de passageiros sobre trilhos nos sistemas de Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal e participa nos projetos de implantação dos metrô de Fortaleza e Salvador.

A Trensurb, por sua vez, foi criada para implantar e operar uma linha de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre e atender, diretamente, as populações dos Municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo.

O Funset, por sua vez, tem por finalidade custear as despesas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) relativas à operacionalização da segurança e educação no trânsito.

Dos R\$ 3,3 bilhões destinados ao Urbanismo, o setor de Infraestrutura ficou com R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,2 bilhão para o apoio à urbanização de assentamentos precários, que busca a melhoria da condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, através de ações de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento comunitário, e R\$ 400 milhões para o apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas.

Na área de Transportes Coletivos Urbanos, serão alocados para 2012 R\$ 973,7 milhões, com o objetivo de implantar e operacionalizar os sistemas de transporte metroviário em Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Recife. Entre as ações podem ser citadas: a expansão e melhoria da malha metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre (RS), o apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores - João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza (CE), apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador (BA) e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife (PE), além do apoio a outros projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.

Para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, serão destinados R\$ 383,9 milhões no ano de 2012, sendo R\$ 247,7 milhões para a CBTU, R\$ 88,1 milhões para o pessoal da Trensurb e R\$ 48,2 milhões para a Administração Central do Ministério das Cidades.

No item Demais, estão inclusas ações como a manutenção do sistema de informações do Sistema Nacional de Trânsito, a educação para a cidadania no Trânsito, o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e o fomento a projetos destinados à redução de acidentes no trânsito.

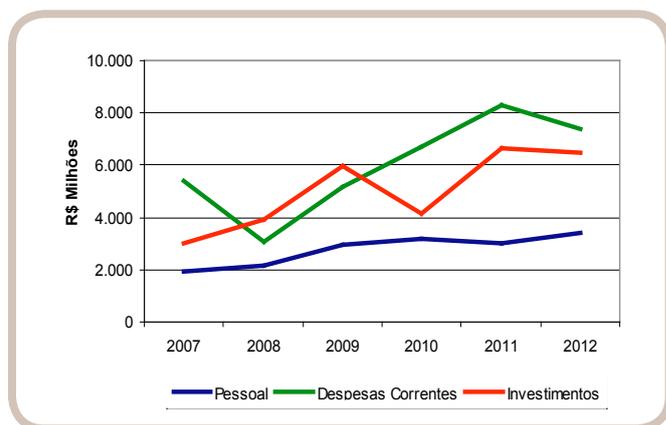
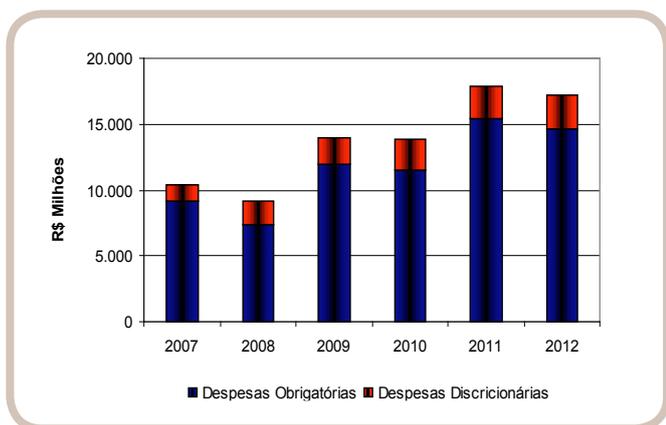


AGRICULTURA

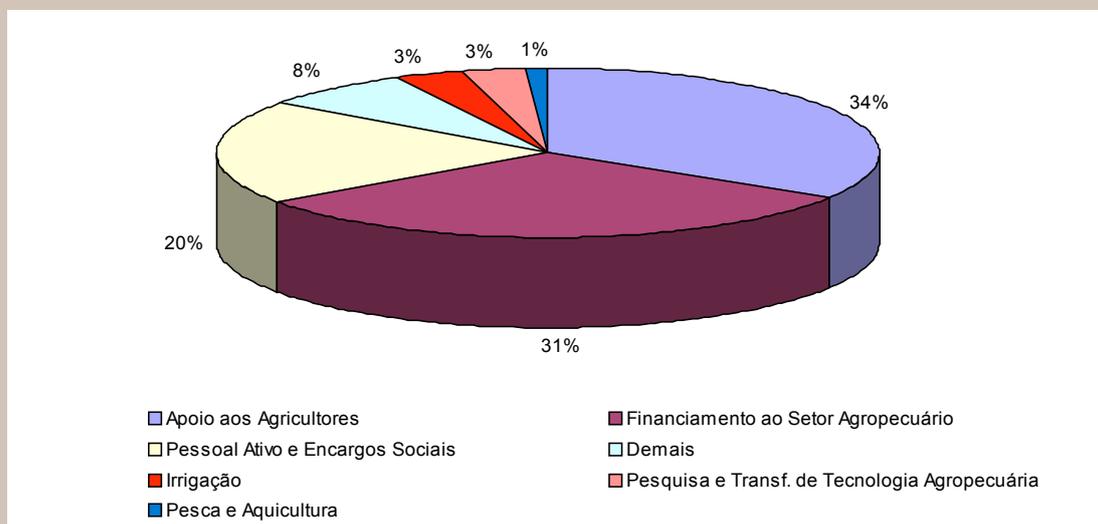


O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade. Para cumprir sua missão, o Ministério tem a atribuição de formular e executar políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e estrangeiros. A atuação do órgão baseia-se na busca da sanidade animal e vegetal, da organização das cadeias produtivas do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

Para operacionalização dos programas e das ações governamentais correlatos à agropecuária, além das Secretarias, o Ministério possui uma rede de 27 Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seis Laboratórios Nacionais Agropecuários e



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



dois órgãos singulares, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceploc). Outras instituições responsáveis pelas atividades na área da agropecuária são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Em outro enfoque, preocupado com a saúde humana, que pode ser prejudicada pelo nível de resíduo em produtos de origem agropecuária, o Ministério é responsável pela garantia da qualidade e inocuidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal ofertados ao mercado consumidor nacional e internacional. Essa garantia se dá por meio da adoção de medidas como apoio ao sistema laboratorial de análise, de controle de resíduos e contaminantes, de inspeção e fiscalização de produtos, além de outras para minimizar riscos à saúde humana.

Dois outros órgãos que também trabalham para desenvolver o agronegócio e a produção rural são o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a execução de ações relativas ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, e o Ministério da Integração Nacional, com as ações voltadas, predominantemente, ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Do montante de R\$ 17,3 bilhões destinados à Agricultura para 2012, serão alocados R\$ 5,9 bilhões em apoio aos agricultores. Esse apoio é dado aos produtores brasileiros por meio da equalização de juros, na qual o Governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor. Destacam-se aqui os que vão para a Equalização de Juros para a Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 2,4 bilhões, e os que vão para as Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário, R\$ 1,3 bilhão.

Para financiamentos, serão R\$ 5,4 bilhões, entre os quais podem ser citados os voltados ao Agronegócio Café (R\$ 2,7 bilhões) e à Agricultura Familiar (R\$ 350 milhões). Além disso, R\$ 2,1 bilhões serão para a Formação de Estoques Públicos (AGF).

A área de Irrigação receberá R\$ 573,2 milhões para a implantação de áreas de agricultura irrigada em vários Estados.

Dos R\$ 501,7 milhões para a Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agropecuária, destaca-se a Pesquisa e Desenvolvimento de

Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável, com R\$ 281 milhões.

Para a área de Pesca e Aquicultura (R\$ 214,2 milhões), os destaques ficam com Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras; Implantação de Terminal Pesqueiro; Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional; Implantação do Terminal Pesqueiro de Belém; além de Estudos e Projetos para Implantação da Aquicultura em Águas Públicas.

Para fazer frente a essa política, o orçamento prevê, para Pessoal Ativo e Encargos Sociais, R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão às Superintendências Federais de Agricultura e à Administração Central do Ministério, R\$ 1,4 bilhão à Embrapa, R\$ 391,7 milhões à Conab e, por fim, R\$ 32,2 milhões à Pesca e Aquicultura.

Nas Demais áreas, com R\$ 1,3 bilhão, destacamos a atuação do Governo Federal no Abastecimento, Armazenagem e Comercialização, com a aplicação de R\$ 130,8 milhões; na Qualidade de Alimentos Agropecuários, com R\$ 124,5 milhões; e no Controle de Doenças/Pragas na Agropecuária, com R\$ 123,1 milhões para Prevenção Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, Erradicação da Febre Aftosa e para Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

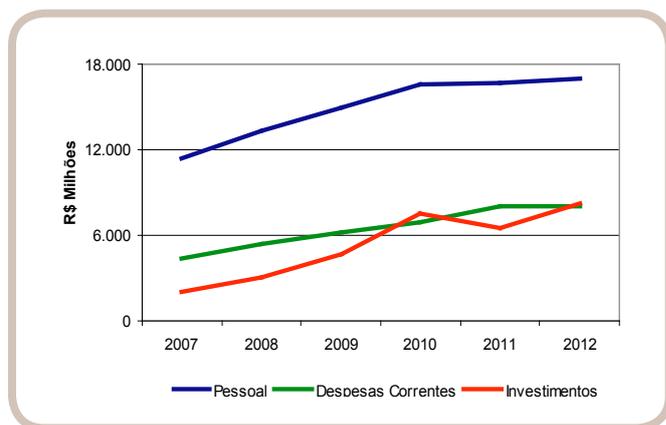
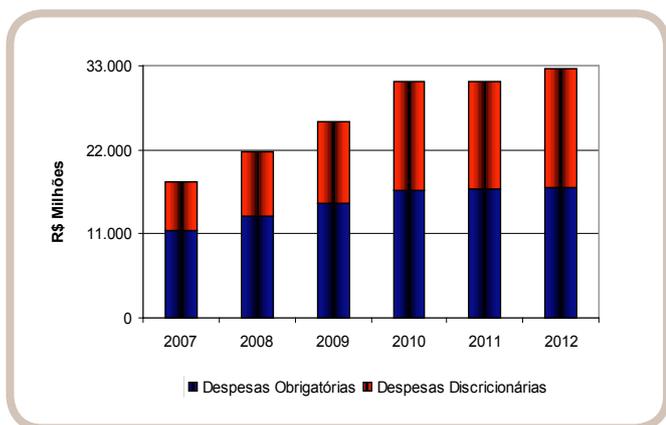


DEFESA NACIONAL

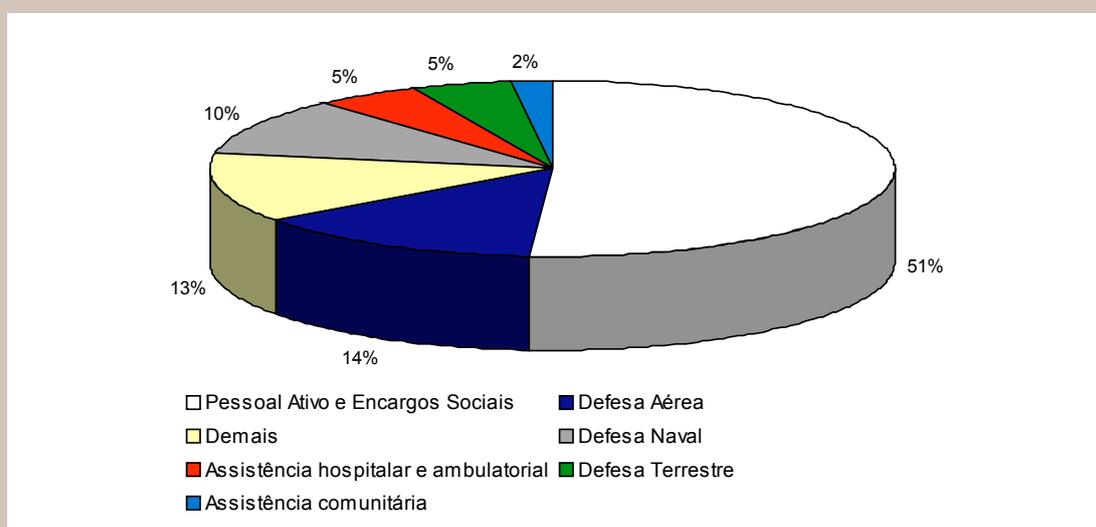


O Ministério da Defesa é o órgão responsável pela direção superior das Forças Armadas, constituída pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Sua principal missão é manter a soberania nacional e a integridade territorial. Além de estabelecer políticas ligadas à defesa e à segurança do País.

Em 2008 foi editado o *Decreto nº 6.703*, instituindo a Estratégia Nacional de Defesa (END), cujos objetivos desdobram-se em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. A efetiva implantação das ações decorrentes da END teve início em 2010.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Entre 2007 e 2012, o gasto com a Defesa Nacional teve relevante incremento, tendo seus investimentos sido quadruplicados no período, passando de R\$ 2 para R\$ 8,2 bilhões. Esses investimentos responderam, em parte, à necessidade de recompor os meios operativos das Forças Armadas.

Do montante de R\$ 33,2 bilhões previstos para a Defesa Nacional, R\$ 16,9 bilhões destinam-se ao pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais. É importante destacarmos que, pelas funções que exerce, é inerente à Defesa Nacional ter grande quantitativo de pessoal.

A Defesa Aérea tem previsão de recursos da ordem de R\$ 4,6 bilhões. Destacam-se as ações para operação e manutenção do Sistema do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), R\$ 975,7 milhões; o desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas em conjunto com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), R\$ 544 milhões; a aquisição de 50 helicópteros franceses de médio porte, com previsão de entrega de três em 2012, R\$ 900 milhões; e o reaparelhamento da Aeronáutica, para aquisição e modernização de aeronaves com objetivo de recuperar e manter suas capacidades operacionais, R\$ 901,4 milhões.

A Defesa Naval receberá R\$ 3,5 bilhões. Destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), com R\$ 2,1 bilhões, que compreende a Implantação de Estaleiro e Base Naval para submarinos, a construção de 4 submarinos convencionais e o desenvolvimento

e a construção do submarino nuclear. Há previsão também para construção de navios-patrolha, R\$ 138,2 milhões, e aquisição e modernização das embarcações, que auxiliam nas operações navais, R\$ 353,4 milhões.

A área de Defesa Terrestre receberá R\$ 1,6 bilhão, o qual se destina ao preparo e emprego da Força Terrestre, incluindo a incorporação anual de 70 mil novos recrutas; o Projeto Soldado Cidadão, o qual qualifica jovens egressos do serviço militar para o mercado de trabalho; a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica; e o reaparelhamento do Exército Brasileiro, com previsão de R\$ 662,6 milhões. Entre os novos projetos propostos para o Exército estão: Blindados Guarani, R\$ 202,5 milhões, e a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), R\$ 105,5 milhões.

Ênfase deve ser dada à atuação combinada das três Forças em operações de segurança nacional, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais. Atuam também nas missões de paz, R\$ 240 milhões, com destaque para MINUSTAH (Missão das Ações Unidas para a estabilização no Haiti).

Operam ainda, por meio de convênio, em ações subsidiárias de Assistência Comunitária, R\$ 600,5 milhões, envolvendo ações de cooperação e obras de infraestrutura.

Para assistência à saúde, incluindo a manutenção de hospitais militares, será R\$ 1,7 bilhão.

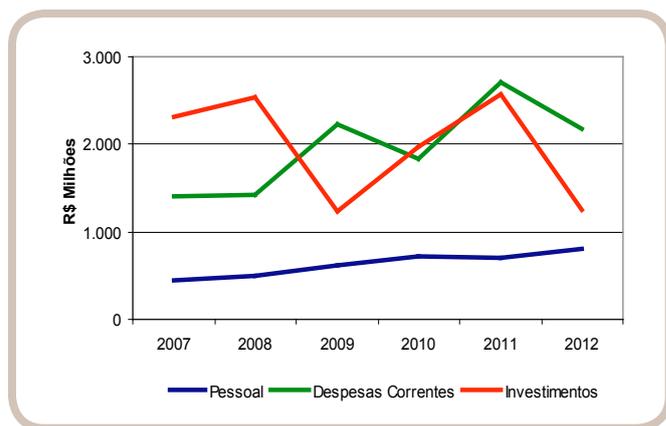
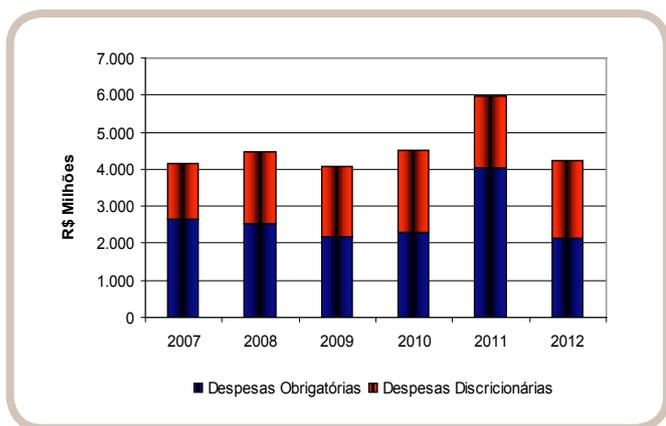


INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

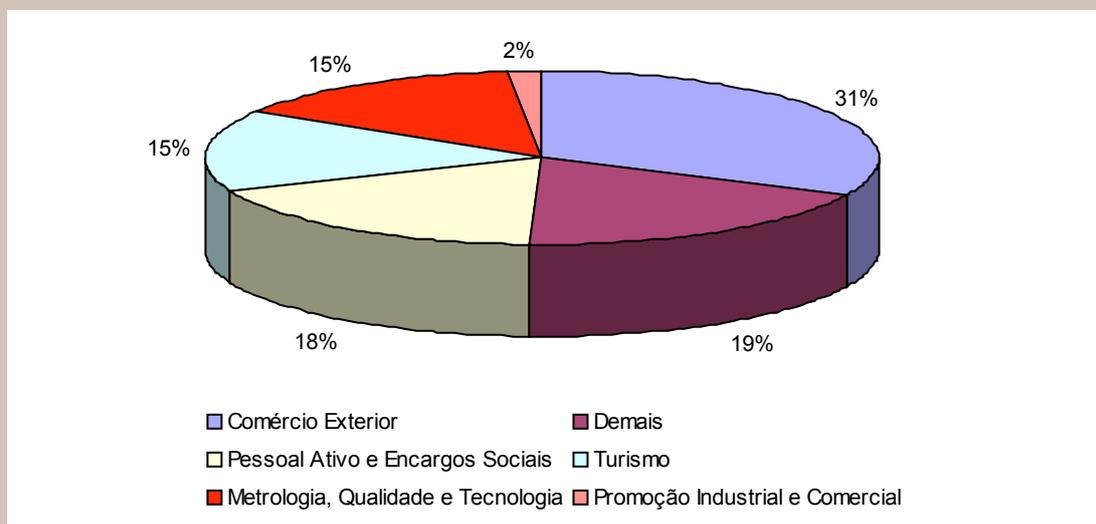


O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem como atribuições o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços, da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, da metrologia, normalização e qualidade industrial e das políticas de comércio exterior.

Especificamente na questão de comércio exterior, o Ministério é responsável por promover a implementação de mecanismos de defesa comercial, com vistas a proteger os produtores nacionais das práticas comerciais, como os subsídios ilegais e as exportações ao País com preços abaixo do custo de produção, ou seja, o *dumping*; participar de negociações de tratados internacionais, tais como o do



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Mercosul e da União Europeia; propor medidas para o aperfeiçoamento do setor; formular política de informações; e elaborar e divulgar informações relacionadas a essa área.

Tem como um de seus objetivos promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda e reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional.

Para essa área, foram destinados R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões para indústria e R\$ 2,2 bilhões para comércio e serviços. De R\$ 1,3 bilhão que será alocado na área de Comércio Exterior, grande parte proporcionará às exportações brasileiras condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional.

Os Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior atuam na função Comércio e Serviços. O primeiro tem como função desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Na área de Turismo, serão R\$ 625,6 milhões para o desenvolvimento da infraestrutura turística, com foco na melhoria de áreas municipais com comprovada atratividade, na capacitação e na qualificação profissional, principalmente na área hoteleira e de atendimento aos turistas, na promoção nacional e internacional dos destinos turísticos e no fomento da renovação e da ampliação do parque hoteleiro nacional, por meio da oferta de financiamentos com taxas de juros diferenciadas.

Dentro da ótica de regionalização do turismo e com objetivo de garantir que o governo local e a população disponham de instrumentos adequados e desenvolvam a capacidade para manter e incrementar as atrações turísticas e os serviços, o Ministério conta com o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que tem previsão de R\$ 179,2 milhões.

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) é responsável pela promoção turística do Brasil no exterior. O objetivo é posicionar o País como um destino competitivo internacionalmente. A atuação nesse segmento engloba investimentos em promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no âmbito internacional. Esses investimentos estão sendo orientados atualmente pelo Plano Aquarela

- Plano de Marketing, que tem dotação para 2012 de R\$ 144 milhões.

No que diz respeito à área de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, serão aplicados R\$ 617,9 milhões. Podemos destacar as atividades de execução das políticas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Em relação à Promoção Industrial e Comercial, estão previstos R\$ 70,3 milhões voltados a financiamentos para empresas, com vistas à ampliação da capacidade ou à modernização de máquinas e processos e também às pequenas e as médias empresas, além da construção, manutenção e revitalização do Polo Industrial de Manaus e manutenção da infraestrutura do distrito produtivo.

No item Demais, temos a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi), que objetiva criar um sistema de Propriedade Intelectual que estimule a inovação, promova a competitividade e favoreça os desenvolvimentos tecnológico, econômico e social. Para 2012, são previstos R\$ 33,6 milhões para área de propriedade industrial com ações voltadas para cooperação técnica em propriedade intelectual, implantação do centro brasileiro de material biológico, disseminação de informações tecnológicas, pesquisa em propriedade intelectual, entre outras.

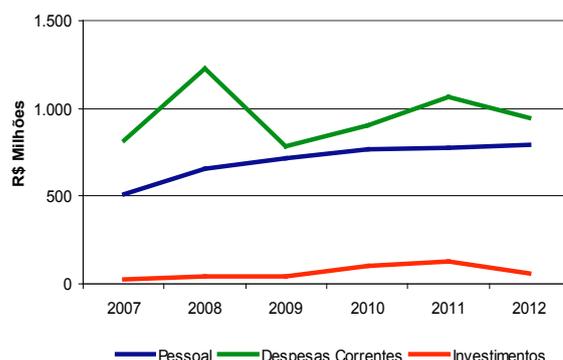
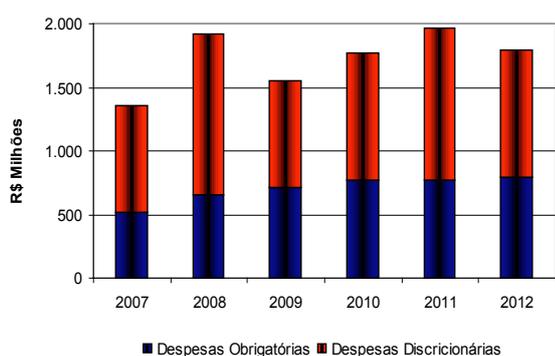
Além disso, temos a formação de Recursos Humanos, com R\$ 58,7 milhões, que são ações voltadas para a capacitação de artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais, entre outros.



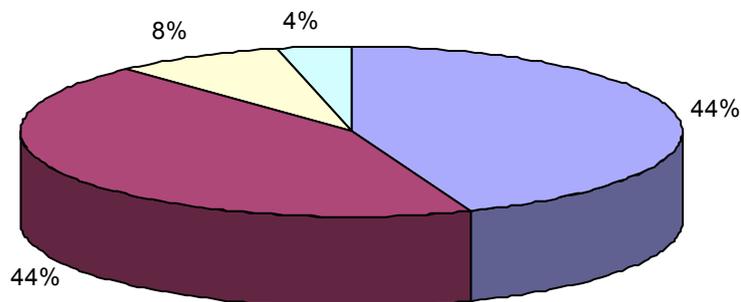
RELAÇÕES EXTERIORES



O Ministério das Relações Exteriores é o órgão encarregado de auxiliar a Presidência da República na formulação e na execução da política externa do País, além da manutenção de relações diplomáticas com Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, de promover os interesses nacionais e de articular as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não intervenção.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



■ Pessoal Ativo e Encargos Sociais
 ■ Ações Diplomáticas no Exterior
■ Ações Diplomáticas no País
 ■ Demais

O objetivo do Ministério é fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana. Esse órgão, por intermédio do seu corpo diplomático, atua na área consular, ou seja, emissão de passaportes e vistos, legalizações, registros de nascimento, procurações e demais serviços prestados no exterior, e na área de cooperação técnica.

O Ministério das Relações Exteriores atua, ainda, em diferentes correntes para promover os interesses nacionais e os valores da sociedade brasileira. O Brasil está credenciado a assumir responsabilidades no plano internacional, tendo em vista que, no plano interno, foi capaz de conciliar o amadurecimento democrático com progresso social e econômico e acumulou avanços em áreas como direitos humanos, meio ambiente e energia renovável.

Grande parte do valor de R\$ 1,8 bilhão destinado a Relações Exteriores será aplicada em Ações Diplomáticas no Exterior, cerca de R\$ 787,9 milhões. São ações no âmbito da política externa brasileira, alcançando temas como paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente, energia, entre outros. Consistem também em participação nos principais foros regionais e internacionais; nos processos de consolidação dos mercados de integração da América Latina e Caribe; no aperfeiçoamento da prestação de serviço consular; na manutenção e

expansão de postos de representação no exterior; na promoção do comércio exterior brasileiro; além do patrocínio a eventos internacionais. As principais ações envolvem relações e negociações com os Países-membros da União Européia, do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Associados, além da prestação de serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior.

Para fazer frente aos seus objetivos, o Ministério conta com servidores distribuídos entre o Brasil e o exterior. Do orçamento que dispõe, R\$ 793,5 milhões referem-se ao pagamento desses servidores.

A área de Ações Diplomáticas no Brasil receberá R\$ 151,5 milhões, que serão destinados à concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a alunos estrangeiros, à formação e ao aperfeiçoamento de diplomatas, a atividades de análise e divulgação da política externa brasileira, à administração, ao cerimonial e outras ações administrativas.

O item Demais, que conta com R\$ 64,4 milhões, engloba a construção da chancelaria e sede da embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique, os programas de capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação, a realização de eventos oficiais, entre outros.

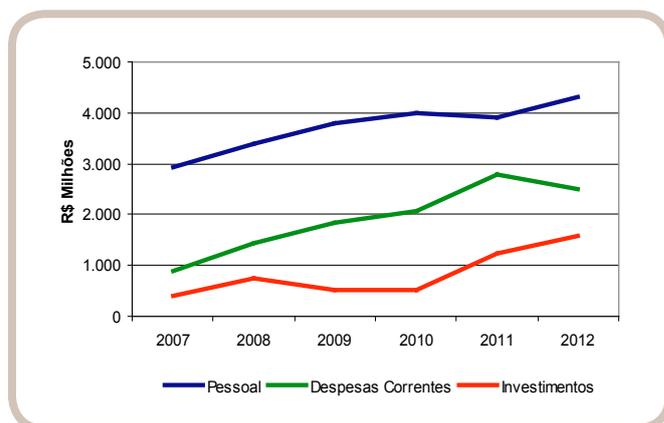
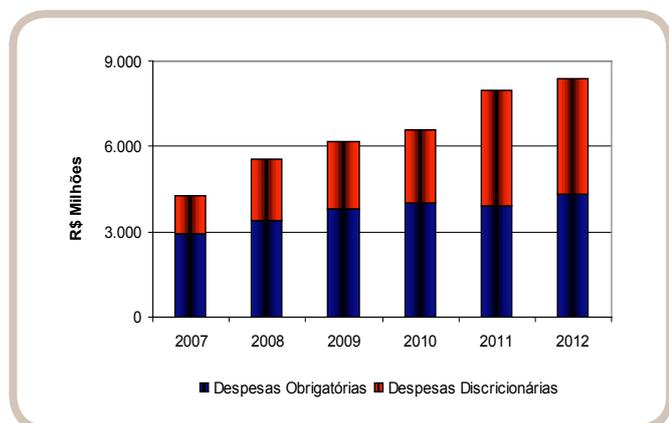


SEGURANÇA PÚBLICA

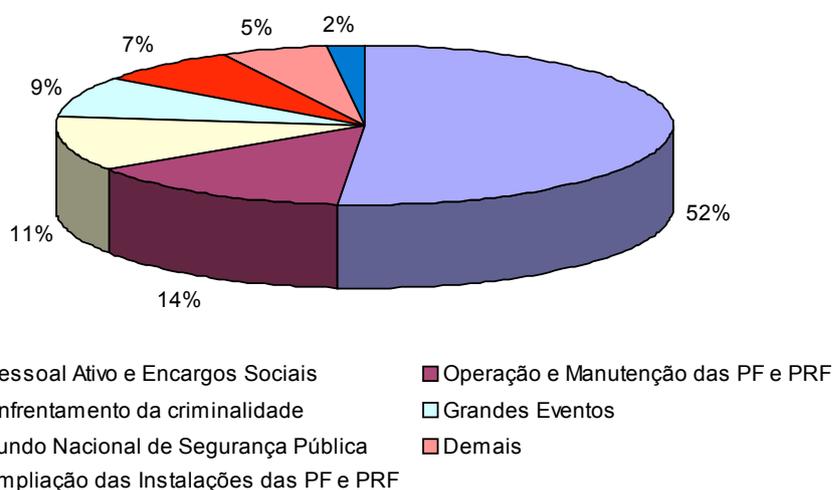


A Segurança Pública é tema previsto no artigo 144 da Constituição, que dispõe sobre o dever do Estado em garantir a preservação da ordem pública, bem como a proteção ao indivíduo e ao patrimônio. Assim, segurança pública é o afastamento, por meio de organizações próprias, de perigo que possa afetar a ordem pública, sem prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão.

O órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas a essa área é o Ministério da Justiça, cuja missão é garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, por meio de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade. No âmbito do Ministério da Justiça, tais atribuições são exercidas pelos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), gestora do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



O total de R\$ 8,4 bilhões para Segurança Pública destina-se às atividades de policiamento de estradas e fronteiras e de combate à criminalidade; à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública; à campanha de cadastramento e desarmamento; ao reaparelhamento das polícias; e à formação e manutenção da Força Nacional de Segurança Pública. Desse valor, destaca-se a despesa de Pessoal Ativo e Encargos Sociais das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), cujo montante é de R\$ 4,2 bilhões.

As áreas de operação, manutenção e ampliação das Polícias Federal e Rodoviária Federal contarão com recursos na ordem de R\$ 1,4 bilhão, que contempla o sistema de emissão de passaporte, o controle do tráfego internacional e de registros estrangeiros, a prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, os serviços e interesses da União, a repressão ao tráfico ilícito, o policiamento nas rodovias e estradas federais, entre outros.

No que se refere ao enfrentamento da criminalidade, além das Polícias, há trabalhos no âmbito da Senasp para ampliar e fortalecer a articulação de políticas de segurança com ações sociais. Prioriza-se a prevenção, buscando atingir as causas que levam à violência, sem deixar as estratégias de ordenamento social e segurança pública. Estão previstos R\$ 932,6 milhões com ações de apoio à implementação de políticas sociais, de segurança cidadã, campanha de desarmamento, implantação de postos de polícia comunitária, concessão de bolsa de formação, entre outras.

A Senasp é também o órgão responsável por administrar o Fundo Nacional de Segurança Pública que receberá R\$ 526 milhões. O Fundo tem por objetivo apoiar projetos na área de Segurança

Pública destinados ao reequipamento, treinamento e à qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; aos sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; à estruturação e modernização da polícia técnica e científica; aos programas de polícia comunitária e de prevenção ao delito e à violência. Além disso, mantém o pronto emprego da Força Nacional de Segurança Pública, que contará com R\$ 92,4 milhões em 2012.

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) busca melhorar a fiscalização e garantir a presença permanente das forças policiais nas fronteiras com países vizinhos e contará recursos no valor de R\$ 400 milhões.

Ainda na área de Segurança Pública, são previstos R\$ 717 milhões para os grandes eventos a serem realizados no País nos próximos anos, sob gerência da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos. São ações de preparo das instituições envolvidas, de implementação de ações operacionais e de inteligência e de trabalhos preventivos de segurança pública. O objetivo é garantir que eventos como a Copa das Confederações, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 transcorram com tranquilidade.

Para isso, o Governo Federal proverá, em conjunto com os demais entes da Federação, a aquisição de bens, tecnologias e qualificação profissional, além da contratação de serviços. Todo esse conjunto de investimentos buscará a integração funcional das instituições federais, estaduais e municipais do setor, reduzindo as assimetrias hoje existentes de maneira a deixar um legado permanente que elevará sobremaneira a eficiência dos órgãos de segurança pública.

A Defesa Civil faz parte da segurança pública e seu principal desafio é prevenir os desastres. Em 2012 o orçamento previsto para essa área é de R\$ 37,9 milhões. Ressaltamos que as atividades relacionadas a desastres têm recursos majoritariamente advindos de créditos extraordinários, já que são despesas urgentes e imprevisíveis.

DESTAQUES DO ORÇAMENTO NOS ESTADOS BRASILEIROS

Neste capítulo, apresentamos projetos e atividades de destaque, por Estado, presentes no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012. A localização dos investimentos públicos é definida no processo de planejamento nacional com os objetivos de reduzir as desigualdades regionais e intraurbanas, aproveitar potenciais econômicos, complementar as redes de infraestruturas já existentes e ampliar o acesso da sociedade a equipamentos de saúde, assim como a ações de educação e cidadania.

É importante considerarmos que os investimentos localizados em um determinado Estado da Federação beneficiam o Brasil. Quando investimos no Porto de Santos, por exemplo, a produção de toda sua área de influência é incentivada. Igualmente, quando construímos uma usina hidrelétrica no Estado de Rondônia, a energia produzida alimenta outros Estados.

A Constituição Federal define as áreas em que atuam, separadamente, o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais. Define ainda em quais assuntos as três esferas federativas devem unir seus esforços para melhorar as condições de vida dos cidadãos. Os Estados e Municípios contam com arrecadação e orçamentos próprios e muitos dos projetos e das atividades que beneficiam a população são desenvolvidos com recursos encontrados nesses orçamentos e não no Orçamento da União.

Os nossos representantes no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, atuam para direcionar os recursos do Orçamento Federal ao atendimento das necessidades de seus Estados de origem. Após a Presidenta da República encaminhar o PLOA 2012 ao Congresso, na fase de apreciação e votação, eles podem alterar parte do orçamento, sob determinadas *regras*, para incluir novos projetos e atividades ou aumentar os recursos aos já contemplados, através das chamadas emendas parlamentares.

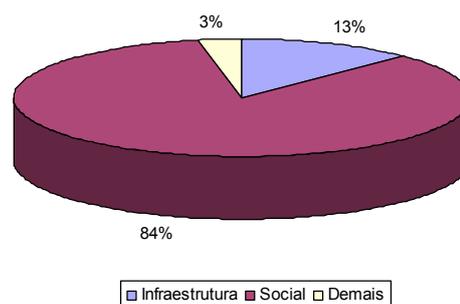
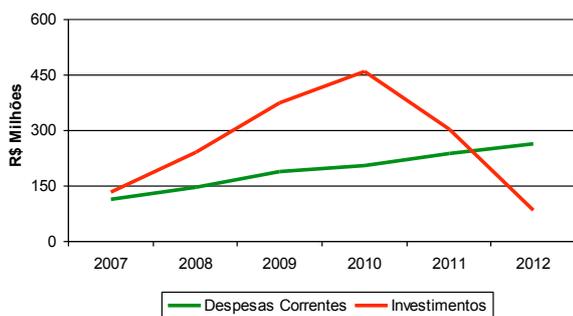
Assim, considerando a complexidade das ações governamentais, **ressaltamos que grande parte das despesas da Lei Orçamentária federal não está identificada nominalmente para determinado Estado ou Região**. São gastos que geralmente são executados em benefício da população brasileira. Nas despesas correntes, podemos citar o abono e o seguro-desemprego. Os investimentos tratados nacionalmente retratam uma estimativa de utilização dos recursos do orçamento no País, cuja maioria se dá mediante celebração de convênios com Estados e Municípios durante o ano. Citamos, como exemplo, a Implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) da Saúde, que segue rito processual de seleção por meio de edital.

Lembramos ainda que as informações tratadas neste capítulo não trazem as funções de governo relativas às áreas de atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. São ainda excluídas as transferências constitucionais da União para tais entes e as funções de Administração, Previdência Social e Encargos Especiais, por se tratarem de áreas que não contribuem diretamente para a entrega de um bem ou serviço à sociedade.

Acre



O Acre (AC) está localizado no extremo oeste da Região Norte do País. É o 15º Estado em extensão territorial e o 25º em população. Historicamente, a economia acreana baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do Estado, que também é grande produtor de castanha-do-pará, fruto do açaí e óleo da copaíba. Dados do último Censo, realizado em 2010, revelam que o AC tem população de 733.559 pessoas, o que representa aumento de 31,6% no período entre 2000 e 2010. Um dado que chama a atenção é o aumento da população urbana - o grau de urbanização atingiu 72,6% em 2010. O total do orçamento federal para o Acre corresponde a R\$ 347,4 milhões. [Detalhe PLOA 2012]

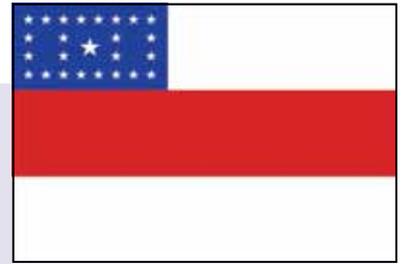


Na área Social, serão aplicados R\$ 292,9 milhões. O setor da Saúde receberá R\$ 199 milhões, dos quais R\$ 115 milhões serão para procedimentos de média e alta complexidade. Para Educação, serão disponibilizados R\$ 88,4 milhões, os destaques do setor são: R\$ 20,7 milhões para funcionamento das Universidades Federais; R\$ 20 milhões para reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI); R\$ 19 milhões para ações relacionadas à alimentação e nutrição; e R\$ 17,6 milhões para o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Para Assistência Social, serão R\$ 5,5 milhões com destaque para ações de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que receberá R\$ 3,6 milhões, e, para assistência à criança e ao adolescente, R\$ 1,7 milhão.

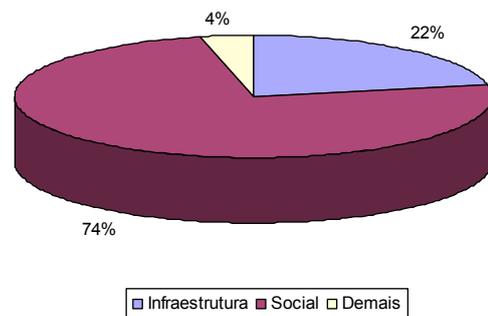
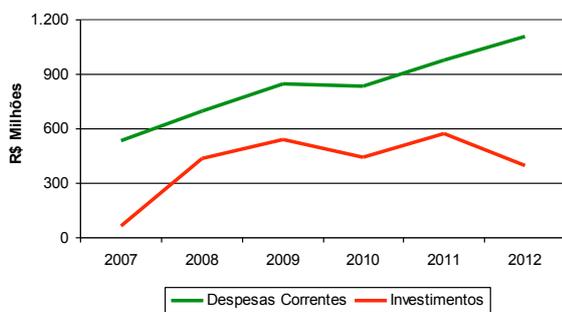
Para a área de Infraestrutura, os R\$ 43,5 milhões referem-se às ações relacionadas a transporte rodoviário. Destacam-se R\$ 1 milhão que será disponibilizado para construção do trecho rodoviário Sena Madureira - Cruzeiro do Sul na BR-364 e R\$ 42,5 milhões para manutenção de trechos de rodovias.

No item Demais, os programas mais relevantes estão na área de Segurança Pública, com R\$ 11 milhões destinados à construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre.

Amazonas



Pertencente à Região Norte do Brasil, o Amazonas (AM) é o maior Estado em extensão territorial do Brasil. Sua população em 2010 era de 3.350.773 pessoas. A capital do Estado, Manaus, concentra o principal centro industrial, a Zona Franca de Manaus, nesse setor produtivo amazonense, destaca-se principalmente a produção de eletroeletrônicos, motocicletas, além do beneficiamento de alguns minérios e alimentos. Apesar da existência do polo industrial da Zona Franca de Manaus, a principal atividade econômica do Estado do Amazonas está vinculada às atividades primárias com destaque para: extração vegetal, mineral e animal. O total do orçamento federal para o Amazonas corresponde a R\$ 1,5 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, será aplicado R\$ 1,1 bilhão. A Saúde receberá R\$ 840 milhões, destes, R\$ 500 milhões irão para procedimentos de média e alta complexidade e R\$ 168,4 milhões para atenção básica. Na Educação serão aplicados R\$ 261,8 milhões com destaque para: alimentação escolar na educação básica, R\$ 67,9 milhões; funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, R\$ 46,1 milhões; funcionamento das Universidades Federais, R\$ 47,9 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 17,5 milhões; e reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, R\$ 20 milhões. A área de Assistência Social contará com R\$ 15,5 milhões, sendo a maior parte, R\$ 10,2 milhões, destinada a serviços de proteção social básica.

A área de Infraestrutura contará com R\$ 332,2 milhões que serão aplicados integralmente no setor de Transporte. O setor Rodoviário contará com R\$ 204,3 milhões, destes, R\$ 101 milhões são para construção de trechos rodoviários e R\$ 103,3 milhões para manutenção de rodovias no Estado. Dos R\$ 127,9 milhões que serão disponibilizados para transporte hidroviário merece destaque a construção de terminais fluviais, R\$ 54 milhões e a adequação da infraestrutura portuária no Porto de Manaus, R\$ 36 milhões.

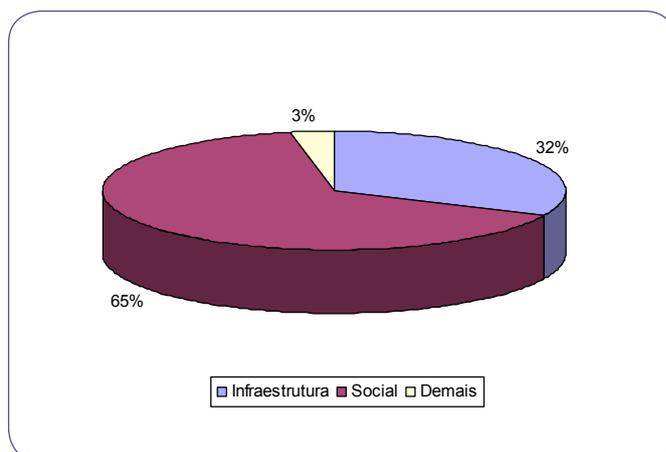
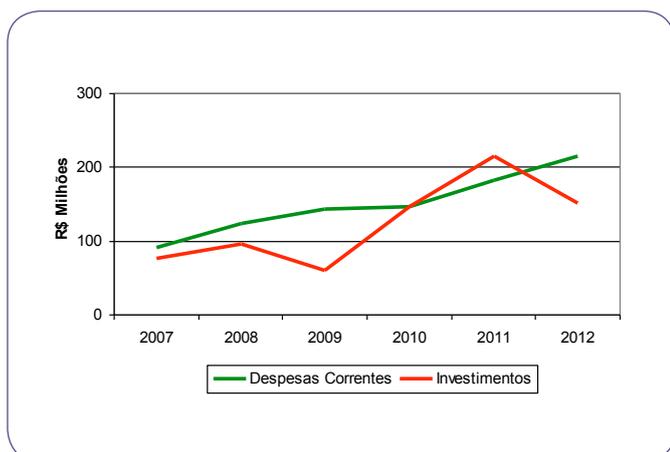
Para o item Demais, serão destinados R\$ 55,9 milhões, destes, R\$ 41,9 milhões serão empregados no Programa de Gestão e Manutenção em ações de análise e controle de projetos beneficiados com incentivos fiscais.

Amapá



O Amapá (AP) está localizado no extremo Norte do Brasil. É um dos mais novos Estados brasileiros e o mais preservado deles, mesmo com a mineração e a pecuária, as florestas amapaenses continuam sendo preservadas. Possui a 18ª maior extensão territorial do Brasil, bem como a 26ª maior população.

Entre outras atividades econômicas praticadas no Amapá, as principais estão envolvidas no extrativismo, na agricultura e na indústria. Uma importante fonte de recursos financeiros é a extração de castanha-do-pará e madeira, outro item de destaque na economia amapaense é a extração de manganês. Numa visão sumária, dados do último Censo revelam que o AP tem população de 669.526 pessoas, o que representa aumento de 40,7% no período entre 2000 e 2010. Um dado que chama a atenção é o aumento da população urbana - o grau de urbanização atingiu 89,8% em 2010. O total do orçamento federal para o Amapá corresponde a R\$ 407,9 milhões. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, o Estado receberá R\$ 238,2 milhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 167,3 milhões, e Educação, R\$ 67,5 milhões. Os recursos para a Saúde irão para o atendimento hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade do SUS, R\$ 99,3 milhões, e atenção básica, R\$ 52,6 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 12,5 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 15,2 milhões; e Educação Profissional e Tecnológica, R\$ 16,5 milhões.

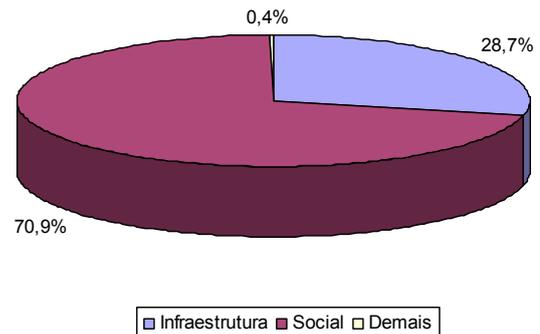
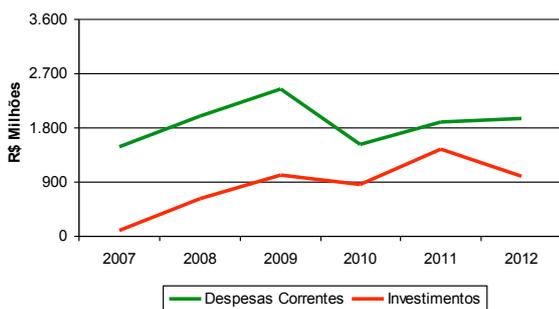
Para a Infraestrutura do Estado, serão alocados R\$ 117 milhões na área rodoviária, sendo R\$ 65 milhões para manutenção de rodovias. Destacamos a construção do trecho rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque, R\$ 42 milhões, e a construção de ponte internacional sobre o rio Oiapoque, R\$ 10 milhões, ambas na BR-156.

Por fim, o item Demais recebe R\$ 11,5 milhões com destaque para a construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá.

Pará



O Pará (PA) está situado no centro da Região Norte, no maior corredor de florestas protegidas do mundo, com mais de 717 mil km² divididos em áreas de proteção integral, de uso sustentável e terras indígenas. Ao todo, as reservas contabilizam mais de 57% do território do Estado. É o 2º maior Estado do País, o 9º em tamanho de população, sendo o mais populoso da Região Norte. A economia paraense é baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo. Numa visão sumária, dados do Censo revelam que o Pará tem população de 7.581.051 pessoas, o que representa um crescimento de 22,5% no período entre 2000 e 2010. A população urbana do Estado atingiu 68,5% em 2010. Em 2012, o total do orçamento federal para o Pará corresponde a R\$ 2,9 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, o Estado receberá R\$ 2,1 bilhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 1,5 bilhão, e Educação, R\$ 554,2 milhões. Os recursos para a Saúde irão para atendimento hospitalar e ambulatorial no SUS, R\$ 866,7 milhões, e atenção básica, R\$ 486 milhões. Já para a Educação, os principais recursos servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 133 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 77,7 milhões; e merenda escolar, R\$ 157,9 milhões.

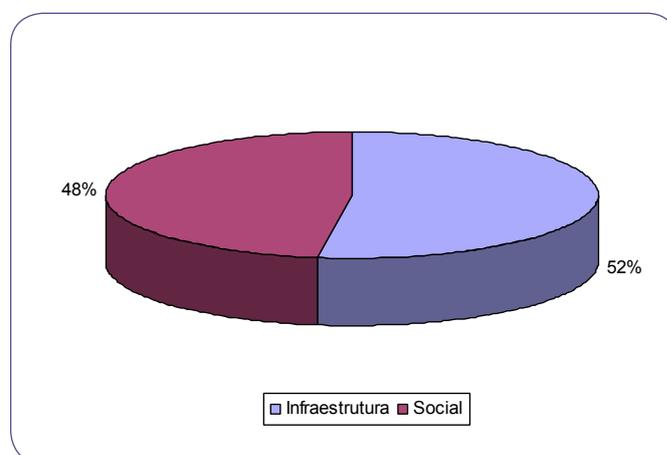
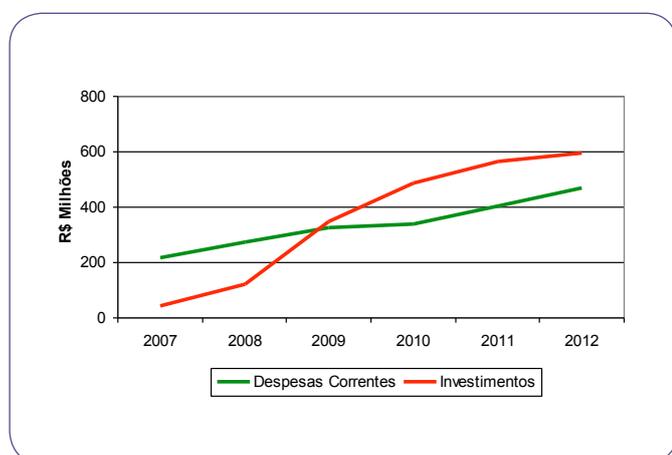
Na área de Infraestrutura, serão R\$ 846 milhões. Para transporte rodoviário, o Estado recebe R\$ 797,5 milhões, com destaque para as construções de trechos rodoviários - divisa MT/PA - Santarém - na BR-163, R\$ 400 milhões, e Altamira - Rurópolis - na BR-230, R\$ 250 milhões. E o transporte hidroviário conta com R\$ 47,5 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para implantação do terminal pesqueiro de Belém, R\$ 11 milhões.

Rondônia



Situado na Região Norte, o Estado de Rondônia (RO) possui extensão territorial de 237.590,864 km² e população total de 1.562.409 habitantes, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. Os principais segmentos do setor industrial são o alimentício, o frigorífico e a mineração. Na pecuária, o Estado se destaca por ser grande exportador de carne. O extrativismo vegetal é outra importante fonte de receitas, com destaque para exportação de madeira. O setor de serviços é alavancado pelo comércio. O total do orçamento federal para Rondônia corresponde a R\$ 1,1 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



Na Infraestrutura, R\$ 556,8 milhões serão investidos, sendo R\$ 555 milhões destinados ao transporte rodoviário. Nessa área merece destaque o investimento de R\$ 212,5 milhões na manutenção de trechos rodoviários e de R\$ 151,7 milhões na construção de uma ponte sobre o rio Madeira. Ainda na área de Infraestrutura, R\$ 1,7 milhão será destinado ao setor de transporte hidroviário.

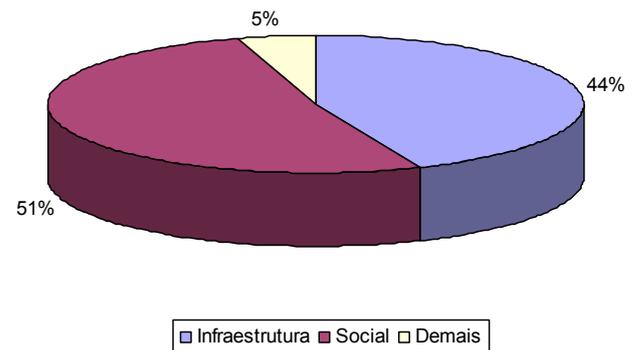
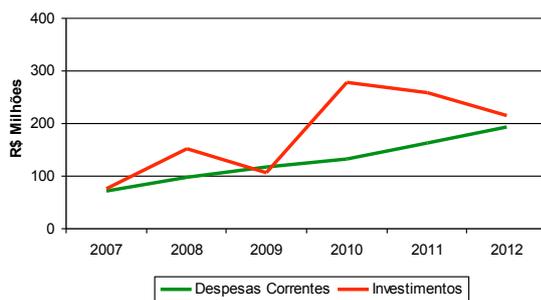
Para a área Social, serão disponibilizados R\$ 509,3 milhões. A Saúde, em seu conjunto, receberá R\$ 387,2 milhões, com destaque para R\$ 241,6 milhões destinados à assistência hospitalar e ambulatorial e R\$ 113,6 milhões à atenção básica. A área da Educação receberá R\$ 113,7 milhões e os principais recursos serão para: merenda escolar, R\$ 27,3 milhões; funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, R\$ 28,7 milhões; funcionamento das Universidades Federais, R\$ 16 milhões; bem como, reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), R\$ 19,9 milhões. A Assistência Social conta com R\$ 8,3 milhões, principalmente, para ações de assistência comunitária.

Roraima



O Estado de Roraima (RR) está localizado no extremo norte do País. Possui a 14ª maior extensão territorial do Brasil e a menor população entre as 27 unidades da Federação. A economia de Roraima é baseada nos setores de prestação de serviços, mineração, indústria e agroindústria. Roraima possui o menor PIB.

Isso pode ser explicado pelo fato de cerca de 70% da área estadual pertencer às áreas de preservação indígena ou mesmo áreas de conservação ambiental. Apesar disso, em termos proporcionais, RR registrou, de 1991 a 2000, o maior crescimento brasileiro. Numa visão sumária, dados do Censo revelam que RR tem população de 450.479 pessoas, o que representa aumento de 39% no período entre 2000 e 2010. O grau de urbanização atingiu 76,6% em 2010. O total do orçamento federal para Roraima corresponde a R\$ 436,9 milhões. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, o Estado receberá R\$ 210,2 milhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 131,6 milhões, e Educação, R\$ 74,6 milhões. Os recursos para a Saúde irão para o atendimento hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade do SUS, R\$ 74,8 milhões, e atenção básica, R\$ 44,5 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 11 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 16,1 milhões; funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com R\$ 12,8 milhões; e merenda escolar, R\$ 10,8 milhões.

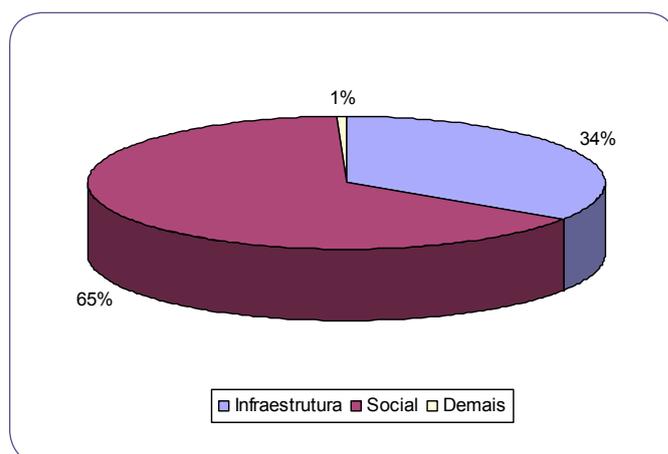
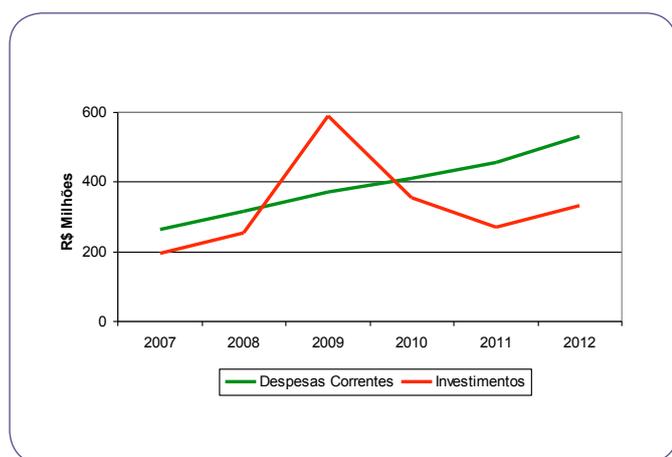
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 178,1 milhões na área rodoviária, sendo R\$ 125 milhões para manutenção de rodovias. Destacamos a construção do trecho rodoviário Cantá - Novo Paraíso, na BR-432, R\$ 50 milhões.

Por fim, o item Demais recebe R\$ 19 milhões, com destaque para a construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima e a implantação do perímetro de irrigação, como parte do Programa Agricultura Irrigada.

Tocantins



Criado em 1988, pela Assembléia Nacional Constituinte, o Tocantins (TO) é o mais novo dos Estados do Brasil. Localiza-se na Região Norte, exatamente no centro geográfico do País. Possui a 10ª maior extensão territorial do Brasil, bem como a 24ª maior população. Mais da metade do território do Tocantins (50,25%) é de áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas, onde se incluem santuários naturais como a Ilha do Bananal (a maior ilha fluvial do mundo) e o Parque Estadual do Cantão, onde três importantes ecossistemas chegam a encontrar-se: o amazônico, o pantaneiro e o cerrado. Só em reservas indígenas, são 2 milhões de hectares protegidos, onde vive uma população de 10 mil indígenas, incluindo sete etnias, distribuídas em 82 aldeias. A economia do Tocantins é baseada na agricultura de exportação, principalmente de soja, e na pecuária. Numa visão sumária, dados do Censo revelam que o TO tem população de 1.383.445 pessoas, o que representa aumento de 19,7% no período entre 2000 e 2010. O total do orçamento federal para o Tocantins corresponde a R\$ 856 milhões. [Detalhe PLOA 2012]



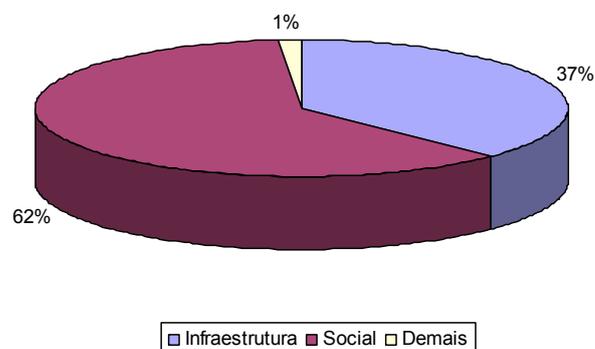
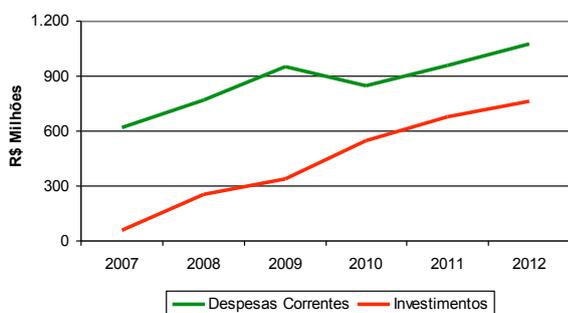
Na área Social, o Estado receberá R\$ 562,4 milhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 429 milhões, e Educação, R\$ 121 milhões. Os recursos para a Saúde irão para o atendimento hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade do SUS, R\$ 248,8 milhões, e atenção básica, R\$ 151,2 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 29,7 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 11,4 milhões; funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, R\$ 28,7 milhões; e merenda escolar, R\$ 20,8 milhões.

Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 288,7 milhões. A área rodoviária receberá R\$ 278,3 milhões, sendo R\$ 104,2 milhões para manutenção de rodovias. Destacamos também a construção de ponte sobre o rio Araguaia, no Município de Xambioá, na BR-153, R\$ 80 milhões, e o transporte ferroviário que receberá R\$ 10,3 milhões para a construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas.

Por fim, o item Demais engloba recursos do Programa de Agricultura Irrigada com destaque para a revitalização do perímetro rio Formoso no Estado do Tocantins, R\$ 4,8 milhões.

Alagoas

Situado na Região Nordeste, o Estado de Alagoas (AL) possui 27.767,661 km² (segundo menor em área) e 3.120.922 habitantes. Apresenta uma economia em desenvolvimento, com um dos menores PIBs do País (0,6% do PIB nacional). A agropecuária é a base de sua economia. O Estado é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste e um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Alagoas possui ainda importantes reservas de petróleo e gás natural. A indústria da cultura canieira tem importante participação na economia, seguida do turismo, da indústria alimentícia e de química e mineração. O total do orçamento federal para Alagoas corresponde a R\$ 1,8 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]

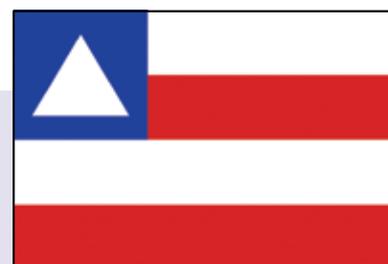


A maior parcela caberá à área Social, a qual receberá R\$ 1,1 bilhão. Dentro dessa área, estão ações de Assistência Social, de Educação e de Saúde. Na Assistência Social, com total de R\$ 22,7 milhões, vale ressaltar: a proteção para crianças e adolescentes identificadas em condições de trabalho infantil, R\$ 4,3 milhões; e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), R\$ 18,3 milhões. Na Educação, com recursos do orçamento federal de R\$ 221,9 milhões, merece destaque: a parcela destinada ao Ensino Profissional, R\$ 62,6 milhões; e ao Ensino Superior, R\$ 84,8 milhões. Já a Saúde recebe a maior parcela dos recursos da área Social, com total de R\$ 883,0 milhões, dos quais R\$ 537 milhões estão atrelados a procedimentos de média e alta complexidade.

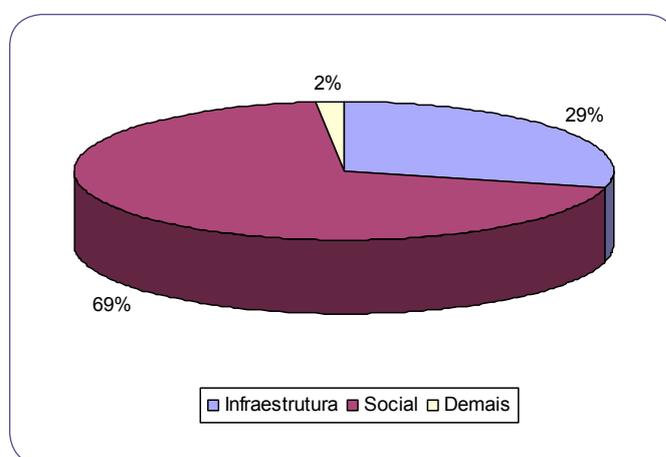
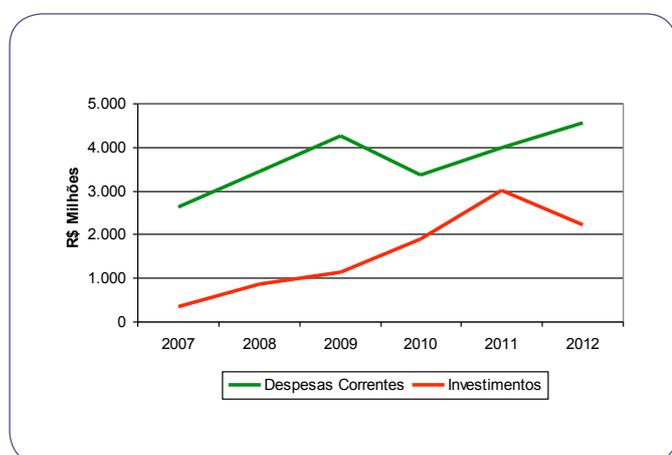
Em relação à Infraestrutura, o Estado de Alagoas contará com R\$ 688,8 milhões. Maior destaque será dado a ações de transporte rodoviário, que receberão R\$ 571,6 milhões. Ainda, no tocante ao Urbanismo, serão alocados R\$ 4,2 milhões para programas de mobilidade urbana e trânsito.

Demais aspectos receberão recursos do Governo Federal, num total de R\$ 25,7 milhões. Como ponto de relevância, há a agricultura de Alagoas, com R\$ 25 milhões para a ação de implantação dos perímetros de irrigação no canal do sertão alagoano.

Bahia



Bahia (BA), situada no Nordeste do Brasil, possui extensão territorial de 564.830,86 km² (5ª maior do País) e população de mais de 14 milhões de habitantes, o que proporciona uma densidade demográfica de 24,82 (hab/km²). Esse contingente populacional está distribuído em 417 Municípios, sendo predominantemente urbano (72%). Possui o maior PIB da Região (é o sétimo do País), tendo atingido em 2010 o valor de R\$ 121,5 bilhões. Sua economia é baseada em agricultura, (em que se destacam os cultivos de cacau, sisal e coco) pecuária, comércio, indústria (com destaque para o polo petroquímico de Camaçari) e mineração. O total do orçamento federal para a Bahia corresponde a R\$ 6,8 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



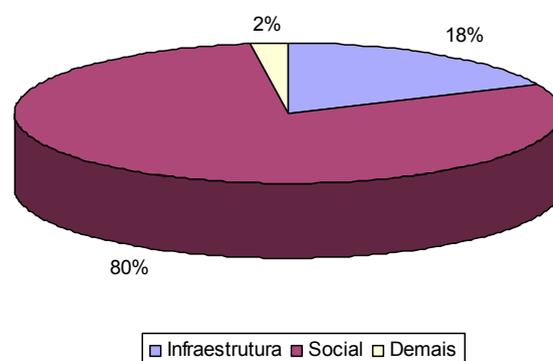
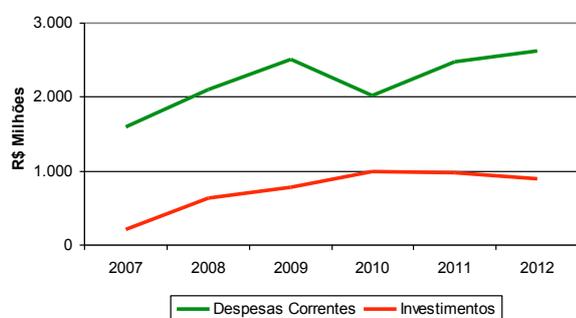
A área Social, por englobar os segmentos de Saúde e Educação, contará com a maior parte do orçamento federal destinado ao Estado, com R\$ 4,7 bilhões. O segmento de Saúde receberá R\$ 3,9 bilhões, sendo o restante alocado em ações nas áreas de Educação (R\$ 676,9 milhões) e Assistência Social. Os recursos para a Saúde irão, principalmente, para o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 2,5 bilhões, e atenção básica da saúde da família, R\$ 762,7 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão principalmente para: apoio à alimentação escolar na educação básica, com R\$ 241,6 milhões; ensino superior, englobando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, R\$ 195 milhões; e ensino profissional e tecnológico, R\$ 171,9 milhões.

A área de Infraestrutura contará com R\$ 1,9 bilhão em ações a serem realizadas no Estado. No segmento transporte ferroviário, o destaque é a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste no Estado da Bahia, que receberá recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. O segmento transporte rodoviário tem como principal destaque a manutenção de trechos rodoviários, sendo destinados R\$ 229,2 milhões para esse fim. Destaca-se ainda, no segmento de gestão ambiental, ações de aperfeiçoamento da oferta de água, que contará com recursos da ordem de R\$ 80,7 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para ações no segmento de agricultura irrigada e promoção da produção animal e vegetal, como a implantação do perímetro de irrigação do Baixo de Irecê, que terá disponíveis valores de aproximadamente R\$ 57,6 milhões.

Ceará

O Ceará (CE) está localizado na parte setentrional do Nordeste do Brasil. Possui extensão territorial 148.825,60 km² e população de 8.448.055 habitantes, distribuída em 184 Municípios, sendo predominantemente urbana (75%) e tendo densidade demográfica de 56,76 (hab/km). Sua economia se baseia em agricultura, com destaque para a produção de castanha-de-caju, pecuária, comércio, indústria (com destaque para setor calçadista), turismo e mineração. Seu PIB de 2010 foi de R\$ 74,9 bilhões. O total do orçamento federal para o Ceará corresponde a R\$ 3,5 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



Por apresentar ainda grandes desafios a serem superados na área Social, dos R\$ 3,5 bilhões do orçamento federal destinados ao Estado, R\$ 2,8 bilhões serão alocados em ações nessa área. O segmento de Saúde contará com R\$ 2,2 bilhões, sendo o restante alocado em ações de Educação, R\$ 510 milhões, Assistência Social e Cultura. Os recursos para a Saúde irão, principalmente, para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 1,4 bilhão, e atenção básica da saúde da família, R\$ 464,9 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão principalmente para: ensino superior, englobando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, R\$ 217,7 milhões; ensino profissional e tecnológico, R\$ 114,5 milhões; e apoio à alimentação escolar na educação básica, R\$ 127,3 milhões.

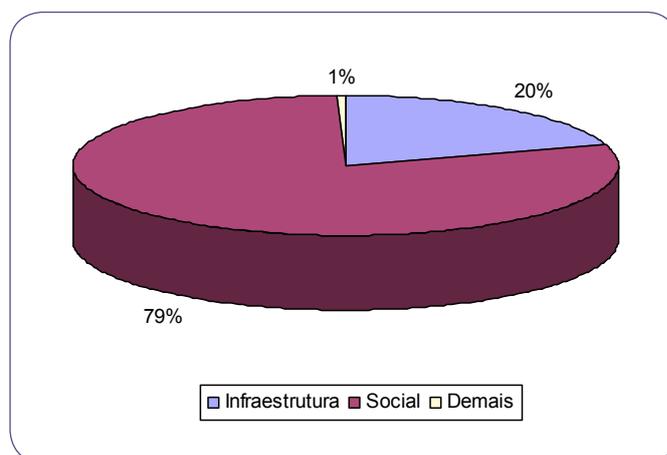
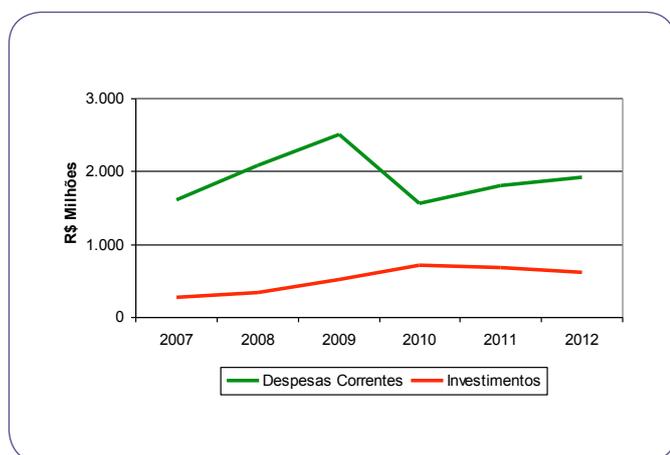
Para área de Infraestrutura, foram destinados R\$ 645,8 milhões em ações a serem realizadas no Estado. No segmento transporte rodoviário, o destaque é a manutenção de trechos rodoviários que contará com recursos da ordem de R\$ 241,7 milhões. O segmento transporte hidroviário tem como grande destaque a implantação do terminal marítimo de passageiros no porto de Fortaleza, que terá R\$ 79,5 milhões como participação da União. Destaca-se ainda, no segmento de Urbanismo, o apoio à implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza que contará com recursos da ordem de R\$ 88 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para ações no segmento de agricultura irrigada, como a implantação do perímetro de irrigação do Tabuleiro de Russas - 2ª etapa, com R\$ 48,2 milhões.

Maranhão



O Maranhão (MA), situado no Nordeste do Brasil, possui extensão territorial de 331.935,51 km² e população de 6.574.789 habitantes, o que proporciona uma densidade demográfica de 19,81 (hab/km²), a segunda menor da Região. Sua população está distribuída por 217 Municípios, sendo predominantemente urbana (63,1%). Possui o quarto maior PIB do Nordeste, que em 2010 atingiu o valor de R\$ 38,5 bilhões. Sua economia está baseada em agricultura (com destaque para cultivos de soja, mandioca e arroz), pecuária, comércio, indústria (transformação de alumínio, alimentícia e madeireira) e extrativismo vegetal (com destaque para exploração do ba-baçu). O total do orçamento federal para o Maranhão corresponde a R\$ 2,6 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



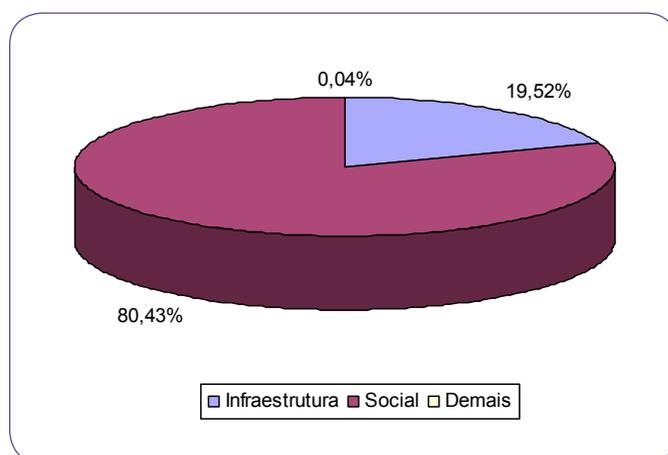
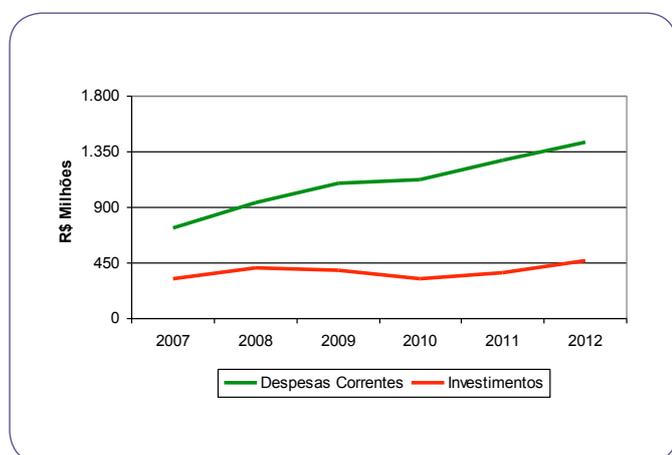
A área Social contará com a maior parte do orçamento federal destinado ao Estado, ficando com R\$ 2 bilhões. O segmento de Saúde receberá R\$ 1,6 bilhão, sendo o restante alocado em ações nas áreas de Educação (R\$ 333 milhões) e Assistência Social (R\$ 67 milhões). Os recursos para a Saúde irão, principalmente, para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 822 milhões, e atenção básica da saúde da família, R\$ 442 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão principalmente para: apoio à alimentação escolar na educação básica, R\$ 121,7 milhões; educação profissional e tecnológica, R\$ 98,6 milhões; e ensino superior, englobando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, R\$ 83,9 milhões.

Para a área de Infraestrutura, serão destinados recursos da ordem de R\$ 509 milhões. No segmento transporte rodoviário, o principal destaque é a manutenção de trechos rodoviários, sendo destinados R\$ 337,5 milhões para esse fim. Destaca-se, no segmento de Ciência e Tecnologia, a implantação do Complexo Espacial de Alcântara, que contará com R\$ 82 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para ações no segmento de agricultura irrigada, como a implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro São Bernardo, para a qual serão destinados R\$ 8,5 milhões.

Paraíba

A Paraíba (PA) está situada na parte leste do Nordeste brasileiro, tem extensão territorial de 56.439,84 km² e população de 3.766.834 habitantes (isto lhe confere uma densidade demográfica de 66,74 hab/km²), distribuída em 223 Municípios. Tanto o seu PIB quanto o seu PIB por pessoa estão entre os 50% menores do Brasil. A economia se baseia na agricultura, indústria (alimentícia, têxtil, couro, calçados, metalúrgica, sucroalcooleira), pecuária (principalmente caprinos) e no turismo. O transporte marítimo é fundamental à economia paraibana, sobretudo devido ao Porto de Cabedelo. O total do orçamento federal para a Paraíba corresponde a R\$ 1,9 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



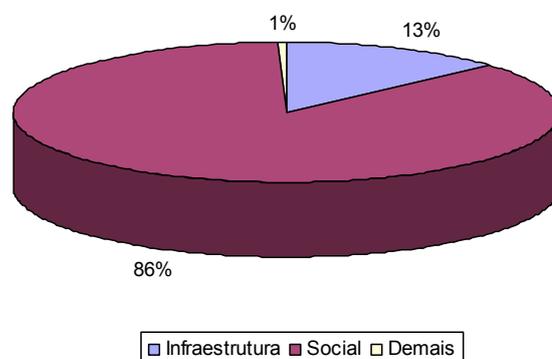
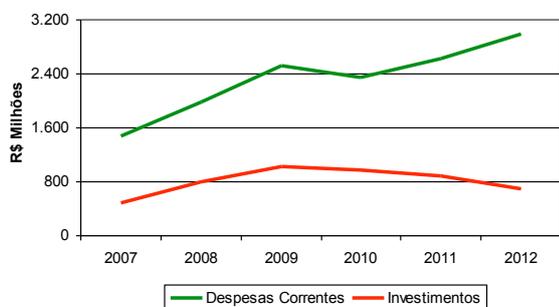
A partir do total de R\$ 1,9 bilhão, a maior parcela foi destinada para a área Social, que recebeu R\$ 1,5 bilhão. Nessa área, os recursos foram destinados para três funções estatais: Assistência Social, R\$ 42,4 milhões; Educação, R\$ 379,5 milhões; e Saúde, R\$ 1,1 bilhão. Vale lembrar que o texto da lei do orçamento prevê maiores detalhamentos e, assim, a título de exemplo, serão citados alguns programas que receberam valores expressivos. Primeiro, na Assistência Social, foram destinados R\$ 32,5 milhões para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e outros R\$ 9,5 milhões para a Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, particularmente aquelas em condições de trabalho infantil. Segundo, na Educação, considerável parcela dos recursos foi destinada para o ensino profissional e para o ensino superior, com totais de R\$ 68,6 milhões e R\$ 194,3 milhões, respectivamente.

Em relação à Infraestrutura, haverá alocação de R\$ 369,6 milhões. A ampliação da oferta de água é o aspecto que receberá maior parcela dos recursos, visto que R\$ 226,3 milhões caberão às ações de construção do Canal Aduitor Vertente Litorânea e de implantação do Sistema Aduitor Nova Câmara. Outro ponto de maior destaque é aquele relacionado com o transporte rodoviário, serão R\$ 141,1 milhões destinados à adequação, construção e reforma de trechos rodoviários.

Ainda cabe mencionar que outros R\$ 800 mil foram destinados a Demais itens. Nesse aspecto, importante perceber que os recursos foram quase inteiramente gastos na função de Segurança Pública. Nessa linha, o orçamento federal apresenta R\$ 700 mil destinados à Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba.

Pernambuco

Localizado na Região Nordeste, Pernambuco (PE) possui extensão territorial de 98.146,315 km² e, conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo IBGE, totaliza 8.796.448 habitantes. O setor de serviços, o principal da economia da região, é impulsionado pelo turismo e pelo comércio. Um importante destino dos turistas é o arquipélago de Fernando de Noronha. A indústria também tem destaque na economia e tem se desenvolvido em razão dos constantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e energia. O total do orçamento federal para Pernambuco corresponde a R\$ 3,7 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, R\$ 3,1 bilhões serão aplicados. A maior parte, R\$ 2,4 bilhões, será destinada a investimentos na Saúde, sendo R\$ 1,6 bilhão para procedimentos de média e alta complexidade. A Educação receberá R\$ 631,7 milhões. Nessa área os destaques são: R\$ 142,3 milhões para merenda escolar na educação básica; R\$ 78,3 milhões para o funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica; R\$ 149,5 milhões para o funcionamento das Universidades Federais; e R\$ 87,1 milhões para a reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI). A área de Assistência Social receberá R\$ 67,7 milhões, dos quais R\$ 48,6 milhões são para a assistência comunitária e R\$ 19 milhões são para assistência à criança e ao adolescente.

Para ações de Infraestrutura, serão destinados R\$ 493,5 milhões. Desse recurso, R\$ 31,3 milhões serão para a implantação da adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e da Paraíba. No setor de transporte, serão investidos R\$ 370,2 milhões, destes, R\$ 353,2 milhões são para transporte rodoviário. Nessa área merecem destaque as ações de adequação e manutenção de diversos trechos rodoviários. No transporte hidroviário, tem destaque a implantação do terminal marítimo de passageiros no porto de Recife (PE), que receberá R\$ 12 milhões dos R\$ 17 milhões destinados ao transporte hidroviário. Serão investidos ainda R\$ 60,4 milhões em mobilidade urbana e trânsito.

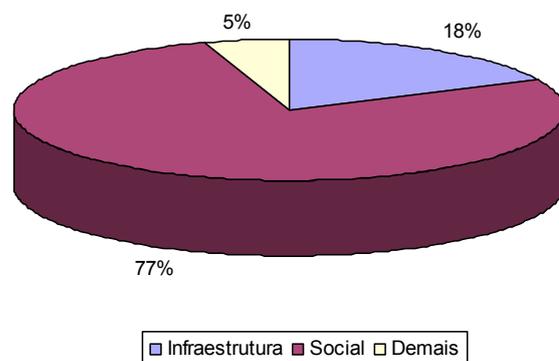
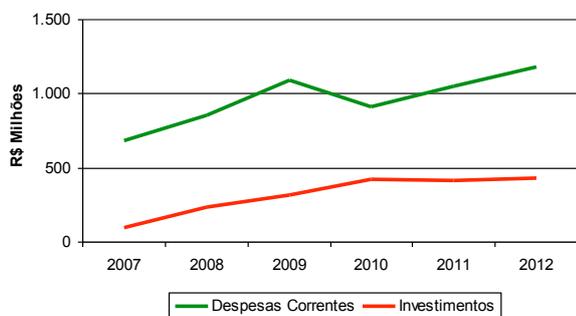
O item Demais tem R\$ 25,3 milhões disponíveis, dos quais R\$ 20,8 milhões são para investimentos em agricultura irrigada.

Piauí



O Piauí (PI), situado no Nordeste do Brasil, possui extensão territorial de 251.576,64 km² e população de 3.119.015 habitantes, o que proporciona uma densidade demográfica de 12,40 (hab/km²), a menor da Região. Sua população está distribuída em 224 Municípios, sendo predominantemente urbana (65,7%).

Possui o menor PIB do Nordeste, em 2010 seu valor atingiu R\$ 16,76 bilhões. Possui uma economia baseada na agricultura (em que se destacam os cultivos de algodão, mandioca e soja), na pecuária extensiva, no comércio, na indústria (química, têxtil e bebidas) e no extrativismo vegetal (com destaque para exploração da carnaúba). O total do orçamento federal para o Piauí corresponde a R\$ 1,6 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social contará com a maior parte do orçamento federal destinado ao Estado, R\$ 1,2 bilhão. Os recursos para a Saúde irão principalmente para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 515 milhões, e atenção básica da saúde da família, R\$ 303,4 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão principalmente para: ensino superior, R\$ 100,6 milhões; apoio à alimentação escolar na educação básica, R\$ 51,6 milhões; e ensino profissional e tecnológico, R\$ 48,3 milhões.

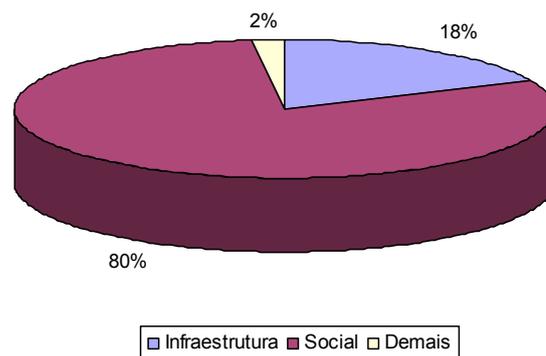
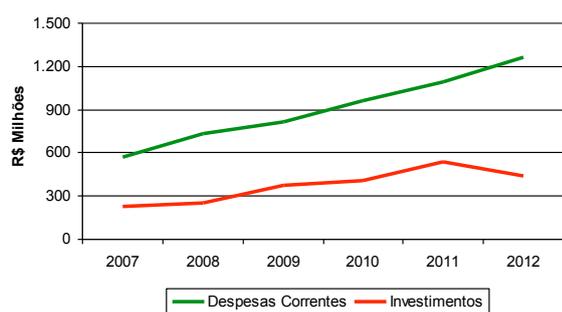
Já a área de Infraestrutura contará com recursos da ordem de R\$ 288 milhões. No segmento transporte rodoviário, o principal destaque é a manutenção de trechos rodoviários, R\$ 135 milhões. Destaca-se ainda nessa área, no segmento de gestão ambiental, ações de aperfeiçoamento da oferta de água, em especial, a construção da barragem Atalaia, que contará com recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para ações no segmento de agricultura irrigada e promoção da produção animal, como a implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª etapa, que terá disponíveis valores de aproximadamente R\$ 39,1 milhões.

Rio Grande do Norte



O Rio Grande do Norte (RN) está localizado na Região Nordeste do País. Possui a 22ª maior extensão territorial do Brasil, bem como a 16ª maior população. A economia do RN é baseada na prestação de serviços, indústria têxtil, alimentícia e de produtos químicos. O RN é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil e também responsável por 95% da produção de sal brasileiro. Numa visão sumária, dados do Censo revelam que o RN tem população de 3.168.027 pessoas, valor que representa aumento de 14,3% no período entre 2000 e 2010. O grau de urbanização atingiu 77,8% em 2010. Também, seguindo a tendência nacional, o Censo de 2010 permite identificar o envelhecimento da população potiguar, relacionado sobretudo à diminuição do número médio de filhos. O total do orçamento federal para o Rio Grande do Norte corresponde a R\$ 1,7 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



Na área Social, o Estado receberá R\$ 1,3 bilhão. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 947,6 milhões, e Educação, R\$ 376 milhões. Os recursos para a Saúde irão para atendimento hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade do SUS, R\$ 577 milhões, e atenção básica, R\$ 314,4 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 110,2 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais, R\$ 63,4 milhões; educação profissional e tecnológica, R\$ 69,1 milhões; e merenda escolar, R\$ 53,9 milhões.

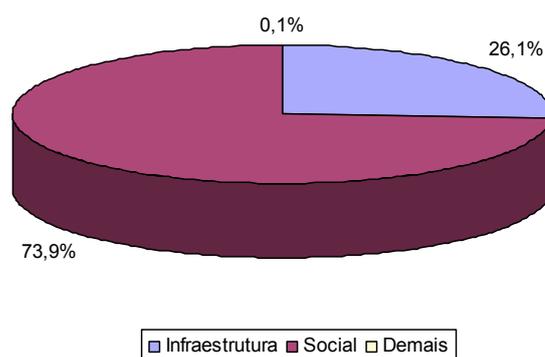
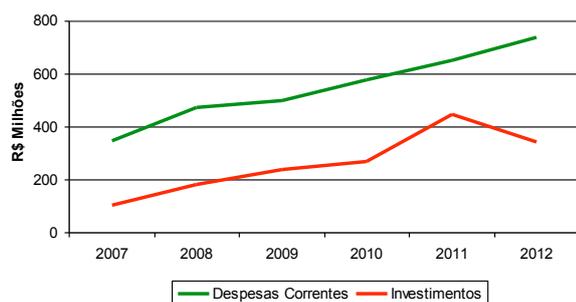
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 306,5 milhões. A área de transporte receberá R\$ 264 milhões, sendo R\$ 142,5 milhões para manutenção de rodovias. Destacamos, na área de gestão ambiental, a construção da Barragem Oiticica, R\$ 40 milhões, e, na área de transporte hidroviário, a implantação de terminal marítimo de passageiros no porto de Natal, R\$ 30,5 milhões.

Por fim, o item Demais recebe R\$ 35 milhões para implantação do perímetro de irrigação da barragem Santa Cruz do Apodí, no Estado do Rio Grande do Norte.

Sergipe



O Estado de Sergipe (SE) está localizado na Região Nordeste do País. É o segundo menor do Brasil, maior apenas que o Distrito Federal, sendo o 6º menos populoso do País. A economia sergipana é baseada principalmente na prestação de serviços, responsável por 61,8% do PIB do Estado. A indústria produz 33% das riquezas de SE e tem como principais produtos cimento, petróleo, gás natural e produtos químicos, tais como, cloreto de potássio, amônia, uréia. A agropecuária responde por 5,2% do PIB com o plantio de cana-de-açúcar, laranja, mandioca e coco. Numa visão sumária, dados do Censo revelam que SE tem população de 2.068.017 pessoas, valor que representa aumento de 16% no período entre 2000 e 2010. O grau de urbanização atingiu 73,5% em 2010. O total do orçamento federal para Sergipe corresponde a R\$ 1,1 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 798,2 milhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 609,9 milhões, e Educação, R\$ 170,3 milhões. Os recursos para a Saúde irão para o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 354 milhões, e para a atenção básica, R\$ 194,5 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das universidades federais, R\$ 57,3 milhões; assistência ao estudante de ensino superior, R\$ 10,8 milhões; funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica, R\$ 27,7 milhões; expansão e reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, R\$ 14,4 milhões; e merenda escolar, R\$ 28 milhões.

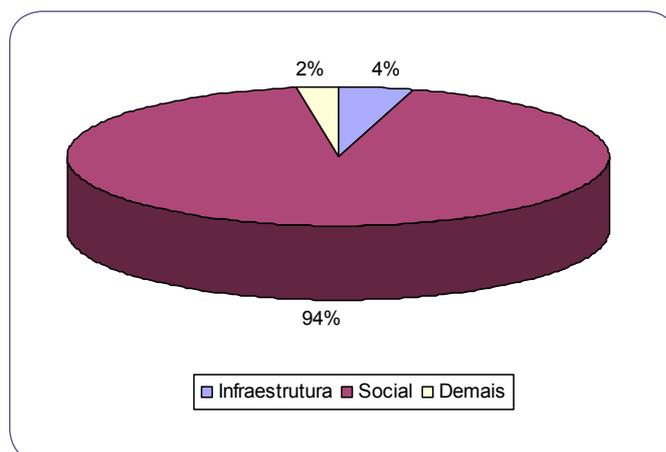
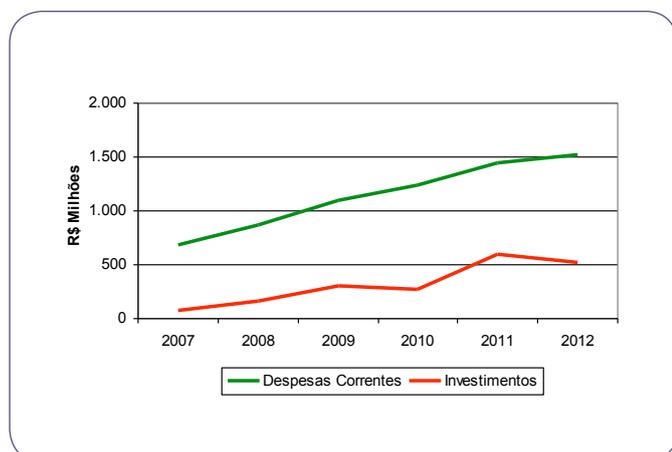
Para a Infraestrutura do Estado, serão alocados R\$ 281,6 milhões. Na área rodoviária, os destaques são as adequações dos trechos rodoviários: Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101, R\$ 128 milhões, e Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101, R\$ 128 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para o Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura, R\$ 450 mil.

Distrito Federal



O Distrito Federal (DF) está localizado na Região Centro-Oeste. Constitui uma unidade atípica na Federação, não é um Estado e não possui Municípios. Brasília é a capital federal da República Federativa do Brasil e a sede do Governo do Distrito Federal. Tem 2.562.963 habitantes em sua área de 5.789,16 km², com mais de 96% dessa população urbana. O DF tem o maior PIB da Região Centro-Oeste e o 8º maior do País (representando 3,9% do PIB nacional), além de ter maior PIB por pessoa. Sua economia é baseada, 93%, no segmento de prestação de serviços. Brasília é a capital com maior peso da Administração Pública em sua economia (48,3%). O total do orçamento federal para o Distrito Federal corresponde a R\$ 2 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 1,9 bilhão. As principais destinações são para Educação, R\$ 1,2 bilhão, e Saúde, R\$ 625,9 milhões. Na Educação, os destaques são para o ensino superior, R\$ 533 milhões; ensino profissional, R\$ 89,2 milhões; e merenda escolar, R\$ 30 milhões. Na área de Saúde, R\$ 489 milhões irão para o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS.

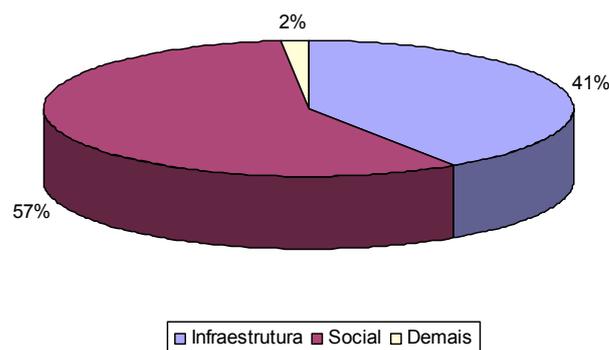
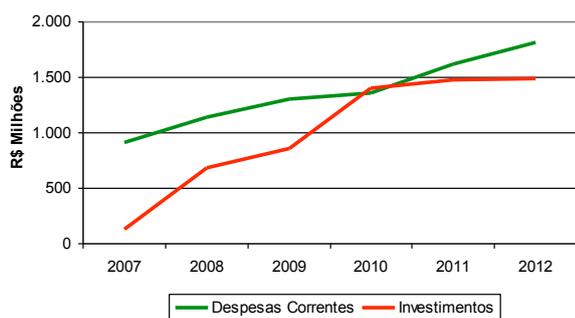
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 91,3 milhões. Na área rodoviária, destacam-se a manutenção de trechos rodoviários no Distrito Federal, R\$ 41,7 milhões, e a adequação de trecho rodoviário - entrocamento DF-007 (Granja do Torto) e entrocamento DF-051 (EPGU) na BR-450, R\$ 17,5 milhões.

No item Demais, ressalta-se a construção do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, R\$ 15 milhões, a construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses, R\$ 15 milhões, e as inovações para a agropecuária, R\$ 10,4 milhões.

Goiás



O Estado de Goiás (GO) está localizado na Região Centro-Oeste. Tem cerca de 6 milhões de habitantes (3,15% da população do país) em seus 246 Municípios. A população é predominantemente urbana (90,29%). Possui área de 340.086,698 km² e ocupa a 7ª posição em extensão territorial. A economia goiana é baseada na agropecuária e no setor industrial. Destaque para produção agrícola de algodão, cana-de-açúcar, soja e grãos, sendo o Estado o maior produtor de sorgo. Na pecuária destacam-se o rebanho e abate de ovinos e suínos, o rebanho avícola e a produção de leite. No setor industrial, Goiás é o 10º Estado com maior participação no total do Valor Agregado nacional, sobressaindo a indústria extrativista mineral, a indústria de transformação e a construção civil. Goiás tem o 9º maior PIB do País, 2,5% do PIB nacional. O total do orçamento federal para Goiás corresponde a R\$ 3,3 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 1,9 bilhão. As principais destinações são para as áreas de Saúde com R\$ 1,5 bilhão, e Educação, R\$ 337,9 milhões. Na área de Saúde, os destaques são para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 965 milhões, e Saúde da Família, inserida na atenção básica, R\$ 264,3 milhões. Na Educação são realçados os recursos para: ensino superior, R\$ 166,1 milhões; ensino profissional, R\$ 101,1 milhões; e merenda escolar, R\$ 76,2 milhões.

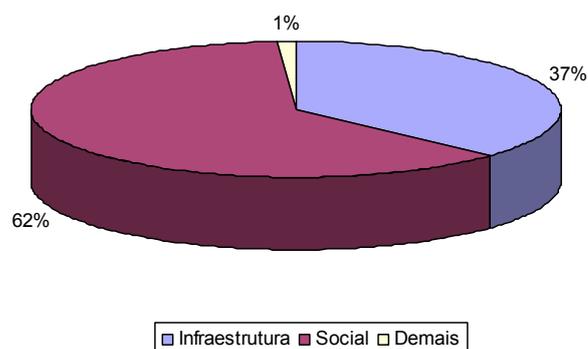
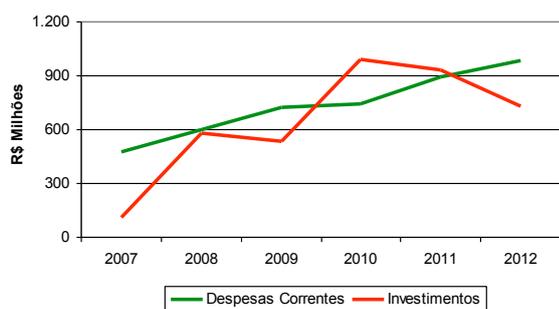
Para Infraestrutura do Estado, será destinado R\$ 1,3 bilhão. A maior parte, R\$ 748,9 milhões, é para a construção da ferrovia Norte-Sul trecho Ouro Verde de Goiás-São Simão. O transporte rodoviário receberá R\$ 568,4 milhões, tendo como principais destaques a adequação do trecho Goiânia-Jataí (BR-060), R\$ 250 milhões, e a manutenção de trechos rodoviários, R\$ 223,3 milhões.

No item Demais, estão os recursos destinados para irrigação da agricultura, com R\$ 52,2 milhões, que serão alocados na implantação do perímetro de Irrigação de Flores de Goiás, de Luiz Alves do Araguaia e na construção da barragem do rio Imburucu.

Mato Grosso



Mato Grosso (MT) está localizado no sul da Região Centro-Oeste. Terceiro maior Estado do País tem uma área 903.357,9 km² ocupada por 3.033.991 habitantes, sendo mais de 80% dessa população urbana. O Estado tem o maior rebanho bovino do País e é o 2º maior exportador de grãos, sendo responsável por 65% das exportações da região Centro-Oeste. Destaca-se na produção de soja (principal produto das exportações) e algodão (atualmente é o líder em produção de algodão no Brasil). O sucesso da atividade agrícola no Estado gerou grande desenvolvimento econômico, além de contribuir para o surgimento de inúmeras cidades. Seu PIB ocupa a 14ª posição no ranking do País (1,7% do PIB nacional). O total do orçamento federal para Mato Grosso corresponde a R\$ 1,7 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 1,1 bilhão. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 777,8 milhões, e Educação, R\$ 262,4 milhões. Os destaques ficam para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 465 milhões, e para Saúde da Família, inserida na atenção básica, R\$ 167,6 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: ensino superior, R\$ 113,5 milhões; ensino profissional, R\$ 65,2 milhões; e merenda escolar, R\$ 49,4 milhões.

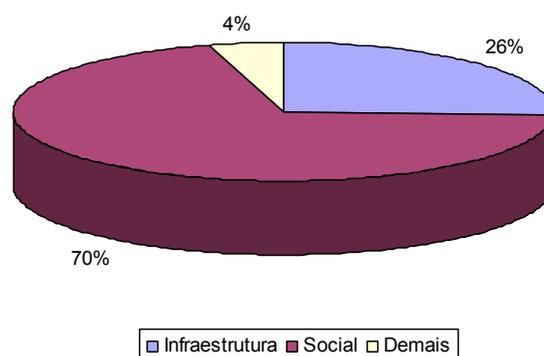
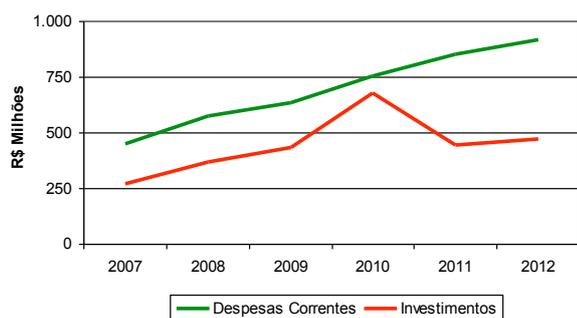
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 632,9 milhões. Na área rodoviária, o destaque é a manutenção de trechos rodoviários do Estado, R\$ 311,7 milhões, a adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil (BR-163), R\$ 200 milhões, e a construção do contorno rodoviário no Município de Cuiabá na BR-070/163/364, R\$ 55 milhões.

Por fim, o item Demais contempla recursos para implantação do perímetro de irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 hectares no Estado de Mato Grosso, R\$ 19 milhões.

Mato Grosso do Sul



Mato Grosso do Sul (MS) está localizado na Região Centro-Oeste. São 2.449.341 habitantes para a área de 358.158,7 km², sendo mais de 85% dessa população urbana. O PIB do Estado representa 1,1% do PIB nacional. As principais fontes econômicas do Estado são agricultura e pecuária, mantendo um dos maiores rebanhos bovinos do País. No território do Estado, encontram-se importantes jazidas, com destaque para o manganês (maior reserva do Brasil) e o ferro (terceira maior do Brasil). A principal atividade industrial de MS é a produção de gêneros alimentícios, seguida da transformação de minerais não metálicos e da indústria de madeira. O pantanal sul-mato-grossense atrai visitantes do mundo inteiro, o que faz do turismo ecológico uma importante fonte de recursos para o Estado. O total do orçamento federal para Mato Grosso do Sul corresponde a R\$ 1,4 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social contará com R\$ 968,3 milhões. As principais destinações são para Saúde, R\$ 714,5 milhões, e Educação, R\$ 234,8 milhões. Os recursos para a Saúde irão para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 480 milhões, e Saúde da Família, inserida na atenção básica, R\$ 118,4 milhões. Na Educação são realçados os recursos para ensino superior, R\$ 108 milhões; ensino profissional, R\$ 33,7 milhões; e para a merenda escolar, R\$ 34,7 milhões.

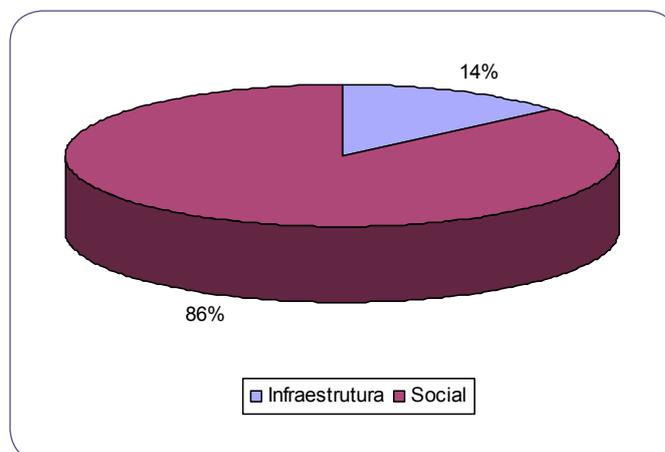
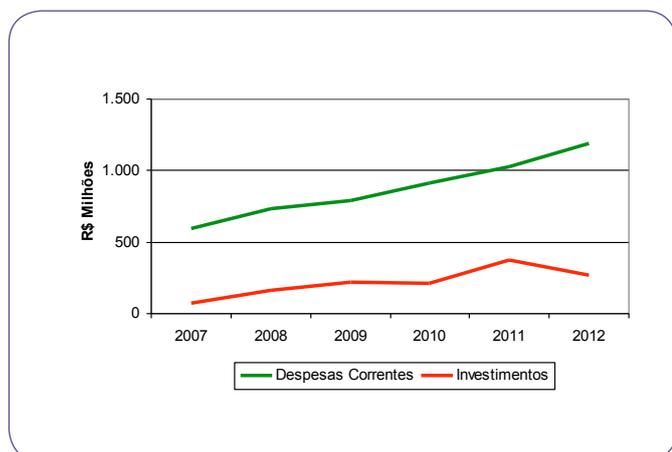
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 358 milhões. O destaque é para a manutenção dos trechos rodoviários, com R\$ 325,8 milhões. Ainda serão destinados R\$ 25 milhões para construção dos trechos rodoviários de Alcinópolis, na BR-359 (Divisa GO/MS), e do entroncamento da BR-163 - Alcinópolis - na BR-359.

No item Demais, estão os recursos destinados à agricultura, que receberá R\$ 61,7 milhões para Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 5.000 hectares no Município de Ponta Porã no Estado de Mato Grosso do Sul.

Espírito Santo



O Espírito Santo (ES) está localizado na Região Sudeste e tem aproximadamente 3,5 milhões de habitantes (1,84% da população do País) em seus 78 Municípios. A população é predominantemente urbana (83,40% dos habitantes). O Estado possui uma área de 46.078 km² e ocupa a 23ª posição em extensão territorial. A economia do Espírito Santo, a 11ª maior do País, com um valor de R\$ 70 bilhões, é baseada principalmente nas atividades portuárias, de exportação e importação, na indústria de rochas ornamentais (mármore e granito), na celulose, extraída dos pinheiros de eucalipto, na exploração de petróleo e gás natural, além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café. O total do orçamento federal para o Espírito Santo corresponde a R\$ 1,4 bilhão. [Detalhe PLOA 2012]

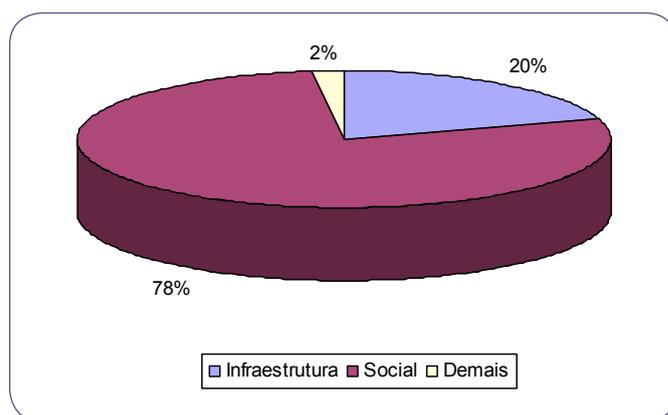
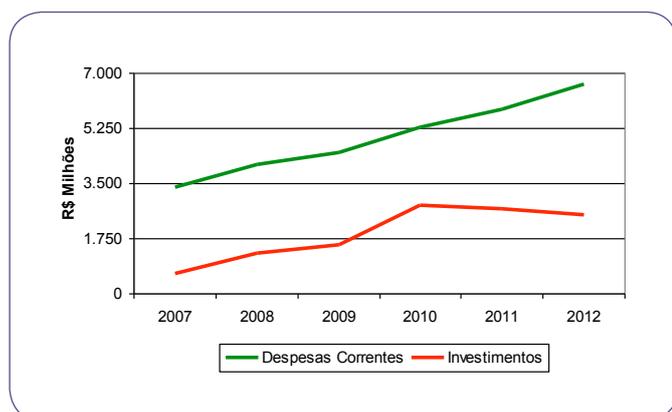


A área Social receberá R\$ 1,2 bilhão. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 914,9 milhões, e Educação, R\$ 308,9 milhões. Os recursos para a Saúde irão para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 584 milhões, e atenção básica, R\$ 226,8 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 90,9 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), R\$ 18,4 milhões; funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica, R\$ 71,2 milhões; e merenda escolar, R\$ 47,3 milhões.

Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 193,9 milhões. Na área rodoviária, os destaques são a manutenção de trechos rodoviários, R\$ 67,5 milhões; e a adequação do Trecho Rodoviário - BR-101 (Km 15,5) - Divisa ES/MG (Km 195,9) - na BR-262, R\$ 33,6 milhões. A área hidroviária tem dois grandes destaques no porto de Vitória: obras de contenção e ampliação do cais, R\$ 30,9 milhões, e dragagem e adequação da navegabilidade, R\$ 20 milhões.

Minas Gerais

Minas Gerais (MG) está localizado na Região Sudeste e tem aproximadamente 20 milhões de habitantes (10,27% da população do País) em seus 853 Municípios. A população é predominantemente urbana (85,29% dos habitantes). O Estado possui uma área de 586.523 km² e ocupa a 4ª posição em extensão territorial. A economia mineira é a 3ª maior do País, com um valor de R\$ 283 bilhões, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. O setor de serviços representa 51% do PIB mineiro, nesse setor, destacam-se as exportações e o setor de alta tecnologia. O setor industrial mineiro (28% do PIB de Minas Gerais) é o 2º maior do País, atrás apenas de São Paulo. Os principais tipos de indústrias que atuam no Estado são: extrativa (mineração), metalúrgica, automobilística, alimentícia, têxtil, construção civil, produtos químicos e minerais não metálicos. O setor agropecuário contribui apenas com 8% do PIB mineiro. O total do orçamento federal em 2012 para Minas Gerais corresponde a R\$ 9,2 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 7,2 bilhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 5,3 bilhões, e Educação, R\$ 1,8 bilhão. Os recursos para a saúde irão para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 3,4 bilhões, e atenção básica, R\$ 1,4 bilhão. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das Universidades Federais, R\$ 649,5 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), R\$ 246,4 milhões; funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica, R\$ 226,6 milhões; e merenda escolar com R\$ 232,6 milhões.

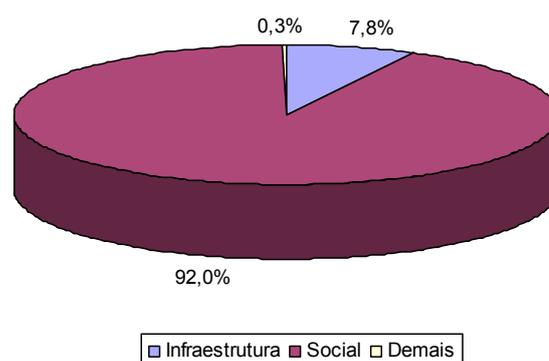
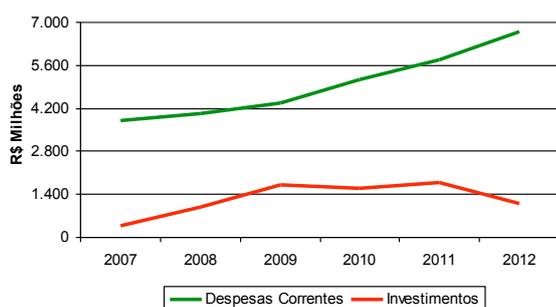
Para a Infraestrutura, será alocado R\$ 1,9 bilhão. Na área rodoviária, os destaques são para manutenção de trechos rodoviários no Estado de Minas Gerais, R\$ 816,7 milhões, e para adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262/381 - Entroncamento BR-040/BR-356 - na BR-262/381/040 R\$ 176 milhões; do Entrocamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entrocamento MG 020 na BR-381, R\$ 150 milhões; e do Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050, R\$ 120 milhões. A área ferroviária tem como destaque a construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória - Iturama, R\$ 190 milhões.

Por fim, o item Demais engloba recursos para a implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa, R\$ 158,8 milhões.

Rio de Janeiro



O Rio de Janeiro (RJ) está localizado na Região Sudeste. Tem aproximadamente 16 milhões de habitantes (8,38% da população do País) em seus 92 Municípios. A população é predominantemente urbana (96,71%). Possui uma área de 43.696 km² e ocupa a 24^a posição em extensão territorial. O Estado do Rio de Janeiro tem o 2^o maior PIB do País, com valor de R\$ 343 bilhões, atrás apenas de São Paulo. Grande parte da economia baseia-se na prestação de serviços (57% do PIB estadual) em áreas como telecomunicações, audiovisual, tecnologia da informação, turismo, turismo de negócios, ecoturismo, entre outros. Outra parte importante da economia desse Estado é a indústria (27% do PIB estadual). O total do orçamento federal para o Rio do Janeiro corresponde a R\$ 7,9 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]

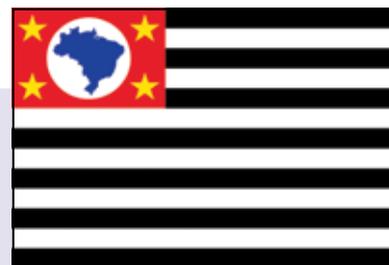


A área Social receberá R\$ 7,1 bilhões. As principais destinações são as áreas de Saúde, R\$ 5,7 bilhões, e Educação, R\$ 1,4 bilhão. Os recursos para a Saúde irão para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 3,1 bilhões, atenção básica, R\$ 690,4 milhões, vigilância epidemiológica, R\$ 113 milhões. Já os principais recursos para a Educação servirão para: funcionamento das universidades federais, R\$ 329 milhões; funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, R\$ 103,6 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), R\$ 280,9 milhões; e merenda escolar, R\$ 233,2 milhões.

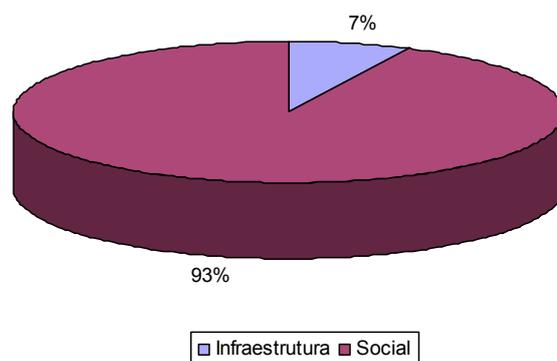
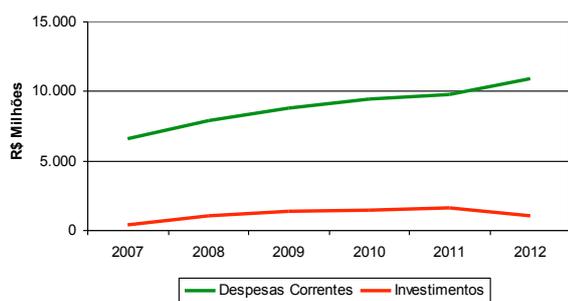
Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 605,2 milhões. Na área rodoviária, o destaque é a construção e adequação do arco metropolitano do Rio de Janeiro, R\$ 183,1 milhões. A área hidroviária tem dois grandes destaques: implantação de píeres de atracação para terminais de passageiros, R\$ 133 milhões, e reforço estrutural no cais da Gamboa, R\$ 84 milhões, ambos no porto do Rio de Janeiro.

Por fim, o item Demais engloba recursos para construção e reforma de prédios governamentais, como a construção do anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, R\$ 15 milhões.

São Paulo



São Paulo (SP) está localizado na Região Sudeste e tem aproximadamente 41 milhões de habitantes (21,63% da população do País) em seus 645 Municípios. A população é predominantemente urbana (95,94% dos habitantes). O Estado possui área de 248.209 km² e ocupa a 12^a posição em extensão territorial. O Estado de São Paulo tem o maior PIB do País, com valor de aproximadamente R\$ 1 trilhão. A economia é bastante diversificada. As indústrias de álcool, de açúcar, têxtil, automobilística e de aviação, os setores de serviços e financeiro e o cultivo de laranja, cana-de-açúcar e café formam a base de uma economia que responde por cerca de um terço do PIB brasileiro. O total do orçamento federal em 2012 para São Paulo corresponde a R\$ 12 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



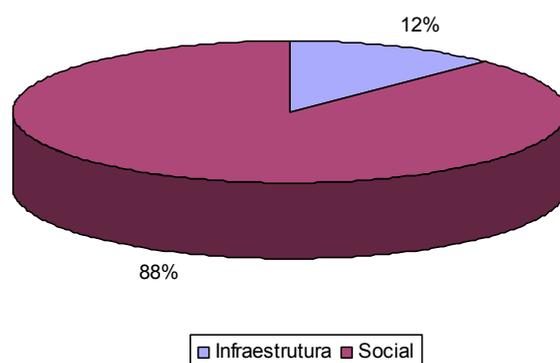
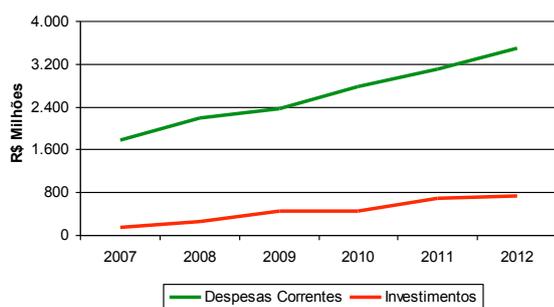
A área Social receberá R\$ 11,1 bilhões. As principais destinações nessa área são Saúde, R\$ 10 bilhões, e Educação, R\$ 939,8 milhões. Os recursos para Saúde irão principalmente para atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade do SUS, R\$ 7,5 bilhões, e para atenção básica, R\$ 1,5 bilhão. Já os principais recursos para a educação servirão para: merenda escolar, R\$ 457,5 milhões; funcionamento das Universidades Federais, R\$ 133 milhões; implantação da Universidade Federal do ABC, R\$ 76,5 milhões; reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), R\$ 63,9 milhões; funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica, R\$ 79,5 milhões; e expansão e reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, R\$ 28,8 milhões.

Para a Infraestrutura, serão alocados R\$ 878,8 milhões. Na área rodoviária, o destaque é para apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte, R\$ 437,5 milhões. A área hidroviária tem dois grandes destaques: apoio à implantação de melhoramentos no canal de navegação da hidrovia do rio Tietê, R\$ 131 milhões, e adequação do cais para Terminal de Passageiros no Porto de Santos (SP), R\$ 79,9 milhões. Para o transporte ferroviário, o destaque é para a construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste, R\$ 100 milhões.

Paraná



O Paraná (PR) está localizado na Região Sul do País. Sua extensão territorial é de aproximadamente 200 mil km², com suas terras marcadas por altitudes elevadas em boa parte do território paranaense. Sua população, conforme o Censo de 2010, totaliza quase 10,5 milhões de habitantes. A economia paranaense é baseada principalmente na produção agropecuária, porém também merece destaque a agroindústria, bem como as indústrias automobilística, de papel e celulose. Um aspecto interessante da infraestrutura paranaense é sua mobilidade urbana, pois recebe elogios pelo sistema de transporte coletivo de Curitiba. O total do orçamento federal para o Paraná corresponde a R\$ 4,2 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social contará com a maior parcela desses recursos, respondendo por um montante de R\$ 3,7 bilhões. Vale destacar o valor relativo à Saúde, com um total de R\$ 2,9 bilhões.

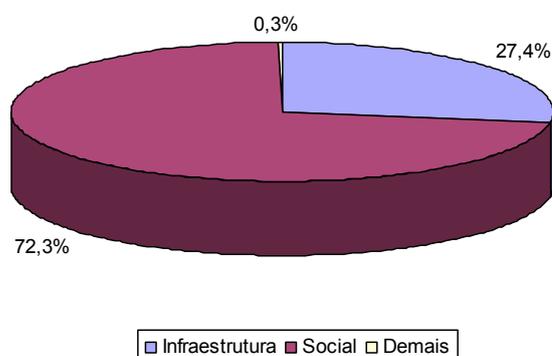
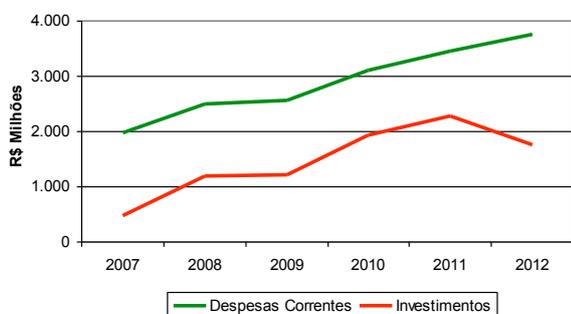
Ainda tratando da área Social, são expressivos os gastos com Educação, que correspondem a R\$ 719,8 milhões. Na Educação, estão alocados R\$ 427,2 milhões para ensino superior e R\$ 85,3 milhões para ensino profissional. Finalmente, cabe ainda lembrar que a Assistência Social receberá R\$ 59,6 milhões.

A área de Infraestrutura paranaense contará com R\$ 524,3 milhões, dos quais a grande maioria será destinada ao transporte rodoviário. Estão alocados R\$ 509,8 milhões para adequação, construção e manutenção em rodovias.

Rio Grande do Sul



O Rio Grande do Sul (RS) é o Estado mais ao Sul do País, fazendo fronteira com dois países que muito marcaram os costumes e tradições dos gaúchos, a Argentina e o Uruguai. O RS tem o 4º maior PIB do Brasil, além de possuir a 5ª maior população (10,7 milhões de habitantes). O território é de 282 mil km². A economia rio-grandense-do-sul tem como destaques a indústria alimentícia e metal-mecânica, principalmente na região da capital, Porto Alegre. Também é intensa a produção de sapatos e artefatos de couro, bem como de vinhos e produtos agropastoris. O total do orçamento federal para o Rio Grande do Sul corresponde a R\$ 5,6 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 4 bilhões, que se dividem em Assistência Social, Educação e Saúde. Desse valor, serão destinados R\$ 2,9 bilhões para Saúde, que incluem R\$ 2,2 bilhões referentes à assistência hospitalar e ambulatorial. Na Educação, com total de R\$ 1,1 bilhão, grande parcela dos recursos foi destinada para ensino profissional e ensino superior, com totais respectivos de R\$ 151,2 milhões e R\$ 573,1 milhões.

Para a área de Infraestrutura, será alocado R\$ 1,5 bilhão. Nessa área, elevado valor irá para transportes, somando R\$ 1,3 bilhão, que está distribuído majoritariamente entre transporte rodoviário, R\$ 1,2 bilhão, e transporte hidroviário, R\$ 40 milhões. Ainda tratando de infraestrutura, merece destaque adicional o valor destinado a Urbanismo, com montante de R\$ 234,8 milhões, dos quais, grande maioria, R\$ 210,7 milhões, está atrelada aos transportes coletivos urbanos. Neste último aspecto em especial, chama-se a atenção para expansão e melhoria da malha metropolitana do sistema de trens urbanos de Porto Alegre, que contará com recursos na ordem de R\$ 140,2 milhões.

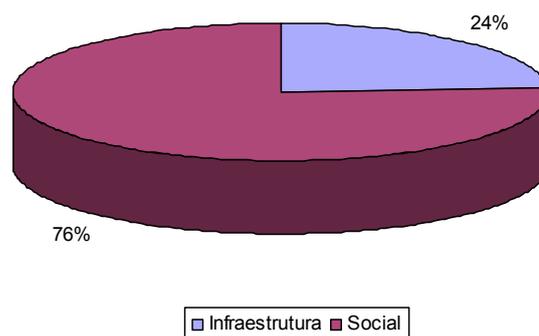
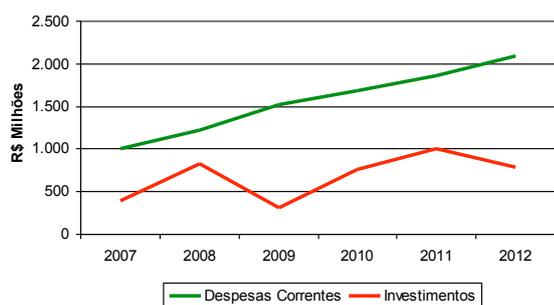
Outros aspectos merecem realce. Em relação à Agricultura, serão destinados R\$ 16 milhões para irrigação, com três principais ações relacionadas à agricultura irrigada, as duas primeiras relacionadas com a construção de canais de irrigação e a outra com a expansão do perímetro de irrigação do Arroio Duro na Costa Doce do Estado do Rio Grande do Sul.

Santa Catarina



O Estado de Santa Catarina (SC) está localizado no centro da Região Sul do País. Possui a 20ª maior extensão territorial do Brasil, bem como a 11ª maior população. A economia catarinense é baseada tanto na agropecuária quanto na indústria (cerâmica, metal-mecânica e têxtil) e no extrativismo mineral.

Numa visão sumária, dados do Censo revelam que SC tem população de 6.248.436 pessoas, que representa um aumento de 16,8% no período entre 2000 e 2010. Um dado que chama a atenção é o aumento da população urbana – o grau de urbanização atingiu 84% em 2010. Também, seguindo a tendência nacional, o Censo de 2010 permite identificar o envelhecimento da população catarinense, relacionado, sobretudo, à diminuição do número médio de filhos. O total do orçamento federal para Santa Catarina corresponde a R\$ 2,9 bilhões. [Detalhe PLOA 2012]



A área Social receberá R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão destinado à área de Saúde. Nessa área, destacam-se os procedimentos de média e alta complexidade, com recursos na ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Ainda na área Social, serão destinados R\$ 523,9 milhões à Educação, onde se têm R\$ 120,7 milhões para ensino profissional e R\$ 275,7 milhões para ensino superior. Neste último caso, o do ensino superior, cabe um destaque adicional, representado pelos R\$ 44 milhões para a Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Além disso, R\$ 33 milhões serão destinados à Assistência Social, sobretudo no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

Na área de Infraestrutura, Santa Catarina receberá R\$ 697,9 milhões. Quase todo o valor será aplicado em transporte, pois, do valor total citado para a área, serão distribuídos R\$ 692,7 milhões entre os setores: rodoviário, R\$ 625,6 milhões; hidroviário, R\$ 42 milhões; e ferroviário, R\$ 25,1 milhões. Complementando, ainda serão alocados R\$ 5,1 milhões em gestão ambiental.

Ministério do
Planejamento

